



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE



Reconhecida pelo Decreto nº 51.163, de 08/08/61, publicado no D.O. de 16/08/61

Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais

Martha Amaral França

DISSERTAÇÃO

**A “CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA:
UM ESTUDO SOCIOECONÔMICO RECENTE**

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Cavenaghi
Co-orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Rio de Janeiro
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Martha Amaral França

A “CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA:
UM ESTUDO SOCIOECONÔMICO RECENTE

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Cavenaghi
Co-orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Rio de Janeiro
2010

Martha Amaral França

A “Classe Média” brasileira: um estudo socioeconômico recente

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Suzana Cavenaghi
Orientadora – ENCE/IBGE

Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves
Co-Orientador – ENCE/IBGE

Prof. Dr. Pedro Luis do Nascimento Silva
ENCE/IBGE

Prof. Dr. Amaury de Souza

Rio de Janeiro
Junho, 2010

“No dia em que todo brasileiro comer todo dia, quando toda criança tiver um primeiro grau completo, quando cada homem e mulher encontrar um emprego estável em que possa progredir, se edificará aqui a civilização mais bela deste mundo. É tão fácil; estendendo os braços no tempo, sinto esta utopiazinha nossa se realizando.”

Darcy Ribeiro

Agradecimentos

Gostaria de registrar aqui os meus mais sinceros agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram e tornaram possível a realização deste sonho:

Em primeiro lugar à minha família, em especial à minha mãe, que me ajudou a iniciar este caminho, e aos meus avós: Arthur Carvalho do Amaral (*in memoriam*) que sempre foi um grande exemplo de caráter, de empenho e dedicação; e Nadir d’Azeredo França da Silva (*in memoriam*), que sempre acreditou em mim. A lembrança dos meus avós me fez seguir adiante, nos momentos em que tive dúvidas.

Agradeço também aos meus queridos amigos-irmãos e compadres, Silvia Helena e Márcio Felippo, e Luiz Carlos e Paula Spindola, por sempre terem palavras de incentivo e por entenderem minha ausência. Ao meu amigo-irmão Guga Mercindo, pelo enorme carinho, dedicação, apoio e pelas caminhadas nas breves pausas para “respirar”. Às amigas de curso Carolina Ramalho e Rejane Soares, por dois anos de trocas, risadas, desabafos, lágrimas e incentivos. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil! A amiga Rogerita Silva Barros, pelo apoio.

Agradeço ainda ao professor André Wallace Costa, sem o qual a minha programação de SAS não teria saído do básico e os problemas nas leituras não teriam sido resolvidos. Agradeço por sua disponibilidade, competência e alto astral.

Aos meus orientadores, Suzana Cavenaghi e José Eustáquio, que por vezes pareciam acreditar mais em minha capacidade do que eu mesma, sempre me apresentando desafios cada vez maiores! Pessoas muito atarefadas, mas que nunca me negaram um tempinho para uma dúvida ou outra.

A todos os professores da ENCE, que direta ou indiretamente também contribuíram com minha formação, em especial os professores Nelson Senra, Maysa Magalhães e Aída Lazo, por tudo o que me ensinaram.

A todos os funcionários da ENCE, sempre prontos a ajudar com algum problema burocrático.

Ao IBGE pelo apoio financeiro.

Resumo

O Brasil, hoje, é um país em processo de crescimento econômico, de controle inflacionário e de retomada da dinâmica expansionista da produção que, aliada à reorientação das políticas públicas realizou mudanças na estrutura social brasileira, reduzindo a desigualdade e a pobreza. Essa nova dinâmica de conquista da estabilidade econômica, de expansão do crédito e de implementação de alterações estruturais de impacto social propiciou um fenômeno de mobilidade social ascendente que elevou um grande contingente populacional ao patamar de classe média. É exatamente nesse contexto de encurtamento das distâncias sociais gerado pelo crescimento econômico atrelado à redução da desigualdade, deste início do século XXI, que o Brasil se tornou um país essencialmente de classe média. Dessa forma, a compreensão da realidade brasileira e de suas perspectivas para o futuro passa, necessariamente pela compreensão do resultado dessas transformações – o crescimento da classe média. Esta tarefa, no entanto, não é das mais fáceis. Não há consenso sobre a metodologia ideal de estratificação socioeconômica a ser aplicada para se enquadrar um dado grupo populacional na classe média. Partindo, então, do princípio de que a discussão sobre diferentes técnicas de estratificação socioeconômica se coloca como ponto chave no delineamento de um instrumental coerente para a análise do impacto econômico, social e político deste processo de mobilidade ascendente, a presente dissertação tem como objetivo contribuir para o estudo da classe média brasileira. Nela, busca-se uma forma de identificação/delimitação desta classe a partir de uma análise comparativa das técnicas utilizadas na definição dos critérios de classificação dos estratos socioeconômicos no Brasil, traça-se um panorama sociodemográfico da classe média brasileira, analisando as mudanças ocorridas em seu perfil no período de 1996 a 2008, com base nos dados das PNADs – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios.

Palavras chave: classe média, mobilidade social, redução da desigualdade.

Abstract

At present, Brazil is a country with good perspectives regarding economic growth, inflation control and recovery of dynamic expansion in production, which coupled with the reorientation of public policies, has made changes in the Brazilian social structure, reducing inequality and poverty. This economic stability achievement, the credit expansion and the implementation of structural modifications had large social impact and led to an upward social mobility, pushing a large amount of people into the level of middle class. Indeed, in this context of social shortening distances, generated by economic growth linked to the reduction of inequality, Brazil has become a country mainly of middle class, by the beginning of XXI century. Thus, having a good understanding of the Brazilian reality and its prospects for the future comes necessarily by understanding the result of the transformations - the middle class growth. This is, however, a difficult task to achieve as there is no consensus on the ideal of socioeconomic stratification methodology to be applied in order to fit one population group in the middle class. Assuming that the discussion on different techniques of socioeconomic stratification is a key point in designing a coherent instrument for the analysis of the economic, social and political impact of this process of upward mobility, this essay aims to contribute to Brazilian middle class' studies. It seeks a way to the middle class' identification thru a comparative analysis of the different techniques applied in Brazilian's social strata classification, by tracing a social-demographic overview of Brazil's middle class and its changes during 1996-2008, based on data from a national household survey, the PNAD.

Keywords: middle class, social mobility, inequality reduction

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 3.1 – Composição dos Rendimentos Domiciliares Mensais Médios na POF, segundo tipo de recebimento (em R\$ e %), Brasil 2002/2003 | 56 |
| Tabela 3.2 – Comparação entre os rendimentos mensais domiciliares da POF e da PNAD (em R\$)..... | 58 |
| Tabela 3.3 – Composição Relativa dos Rendimentos Domiciliares nos décimos de rendimento da POF (em %)..... | 59 |
| Tabela 3.4 – Estatísticas básicas da distribuição dos Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares, segundo classes socioeconômicas calculadas pelo Critério Brasil, Brasil, 2002/2003..... | 63 |
| Tabela 3.5 – Estatísticas básicas da distribuição de Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares das Classes Socioeconômicas, segundo o Critério Brasil, Agrupadas, Brasil, 2002/2003. | 64 |
| Tabela 3.6 – Estatísticas básicas da distribuição de Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo o Agrupamento de Décimos (10/30/60), Brasil, 2002/2003. | 66 |
| Tabela 3.7 – Estatísticas básicas da distribuição Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo o Agrupamento de Décimos (10/40/50), Brasil, 2002/2003. | 67 |
| Tabela 3.8 – Estatísticas básicas da distribuição Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo Quintos de Rendimentos, Brasil, 2002/2003..... | 68 |
| Tabela 3.9 – Estatísticas básicas da distribuição Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo a Universidade de Nova Iorque (NYU), Brasil, 2002/2003..... | 69 |
| Tabela 3.10 – Estatísticas básicas da distribuição rendimentos monetários mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos, segundo o Massachusetts Institute of Technology (MIT), Brasil, 2002/2003..... | 70 |
| Tabela 3.11 – Estatísticas básicas das quantidades de bens presentes nos domicílios do estrato médio, segundo o Critério Brasil, proporções 10/30/60 e 10/40/50, Brasil, 2002/2003..... | 72 |
| Tabela 3.12 – Percentual de domicílios do estrato médio brasileiro por grau de instrução e faixa etária da pessoa de referência, segundo técnicas de classificação do estrato médio, Brasil, 2002/2003. | 74 |
| Tabela 3.13 – Percentual de domicílios do estrato médio brasileiro por tipo de arranjo familiar segundo técnicas de classificação do estrato médio, Brasil, 2002/2003..... | 76 |
| Tabela 3.14 – Composição relativa das despesas mensais dos domicílios do estrato médio brasileiro. Brasil, 2002/2003. | 78 |
| Tabela 4.1 – Rendimentos mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos brasileiros, nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008..... | 81 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 4.2 – Distribuição percentual dos domicílios do estrato médio e totais entre área rural e urbana, segundo proporção 10/40/50 e banda fixa, Brasil 1996 e 2008. | 86 |
| Tabela 4.3 – Distribuição percentual dos domicílios por sexo do responsável e número de moradores, segundo a área de residência. Brasil, 1996, 2002, 2006 e 2008. | 90 |
| Tabela 4.4 – Distribuição percentual de arranjos domésticos do estrato médio e total Brasil, para os anos de 1996, 2002, 2006 e 2008. | 92 |
| Tabela 4.5 – Distribuição percentual do nível de educação dos chefes dos domicílios do estrato médio, por sexo, e total Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008). | 95 |
| Tabela 4.6 – Distribuição percentual da jornada semanal de trabalho, por faixas de carga horária, dos chefes dos domicílios do estrato médio, por sexo, e total Brasil (1996, e 2008). | 100 |
| Tabela A1.1 – Percentual da renda apropriada pelos décimos de rendimentos e desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini e pela Razão entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres – Brasil – 1960 a 2005. | 122 |
| Tabela A1.2 – Síntese de indicadores macroeconômicos para o período de 1974 a 2004, em médias anuais – Brasil..... | 123 |

Lista de Gráficos e Quadros

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1.1 – Evolução do Coeficiente de Gini ao longo do período de 1976 a 2008 – Brasil. | 19 |
| Gráfico 1.2 – Percentual de crescimento da renda total por décimos da distribuição nos períodos 2004/2005 e 2005/2006 – Brasil. | 23 |
| Gráfico 1.3 – Taxa anual de crescimento da renda domiciliar <i>per capita</i> média por décimos da distribuição, no período entre 2001 e 2008 – Brasil | 24 |
| Gráfico 1.4 - Razão entre a renda per capita dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres ao longo do período de 2001 a 2005 – Brasil. | 25 |
| Quadro 2.1 – Exemplo da estrutura de códigos e de recodificação de produtos da POF 2002/2003 | 40 |
| Gráfico 3.1 – Percentual de domicílios do estrato médio por grandes regiões brasileiras, segundo técnicas de classificação do estrato médio, Brasil, 2002/2003.77 | |
| Gráfico 4.1 – Taxa de crescimento do rendimento domiciliar médio mensal dos estratos socioeconômicos e do rendimento domiciliar médio mensal nacional entre os anos de 2002 e 2008. | 82 |
| Gráfico 4.2 – Variação percentual dos estratos socioeconômicos brasileiros entre os anos de 1996 e 2008. | 84 |
| Gráfico 4.3 – Participação relativa do estrato médio nas grandes regiões brasileiras, nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008. | 85 |
| Gráfico 4.4 – Participação percentual do estrato médio nas áreas rural e urbana, entre os anos de 1996 e 2008, segundo proporção 10/40/50 e banda fixa, Brasil... 87 | |
| Gráfico 4.5 – Distribuição por sexo da responsabilidade pelos domicílios do estrato médio brasileiro e total, nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008. | 88 |
| Gráfico 4.6 – Número médio de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios do estrato médio brasileiro, por sexo, e total Brasil nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008. | 94 |
| Gráfico 4.7 – Evolução da Taxa de Atividade e da Taxa de Desocupação, Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008). | 97 |
| Gráfico 4.8 – Distribuição percentual da situação de ocupação dos chefes de domicílio economicamente ativos, no estrato médio e total Brasil (1996 e 2008). ... | 98 |
| Gráfico 4.9 – Distribuição percentual da situação de ocupação dos domicílios, no estrato médio e total Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008). | 102 |
| Gráfico 4.10 – Densidade média de moradores por cômodo utilizado como dormitório nos domicílios do estrato médio, nas regiões brasileiras (1996, 2002, 2006 e 2008) | 103 |
| Gráfico 4.11 – Percentual dos domicílios com posse de conjunto de bens duráveis, para o estrato médio e total Brasil (1996 e 2008). | 104 |
| Gráfico A1.1 – Taxa de crescimento (%) da renda, por décimos da distribuição, entre 1970 e 1980 - Brasil | 123 |

Sumário

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA | 4 |
| 1.1 – As classes sociais | 4 |
| 1.1.1 – Classe Média | 6 |
| 1.2 – Breve resumo da evolução da desigualdade de rendimentos e da classe média no Brasil | 9 |
| CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA | 29 |
| 2.1 – BASES DE DADOS | 29 |
| 2.1.1 – A POF | 30 |
| 2.1.2 – A PNAD | 32 |
| 2.1.3 – Comparação entre os dados sobre rendimentos disponíveis na POF e na PNAD | 34 |
| 2.2 - Variáveis utilizadas | 35 |
| 2.3 – Separação dos rendimentos monetários e não monetários na POF | 39 |
| 2.4 - Técnicas de Estratificação | 42 |
| 2.4.1 – Técnicas Subjetivas | 42 |
| 2.4.2 – Técnicas Objetivas | 43 |
| 2.4.2.2 – Medidas Relativas | 46 |
| CAPÍTULO 3 – CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL | 53 |
| 3.1 – Comparando os rendimentos coletados pela POF 2002/2003 e pela PNAD 2002 | 54 |
| 3.2 – As Medidas Relativas de estratificação socioeconômica aplicadas a POF 2002/2003 | 60 |
| 3.2.1 – O Critério Brasil | 61 |
| 3.2.2 – Aplicações de Outras Medidas Relativas de Estratificação Socioeconômica | 65 |
| 3.3 – Seleção da técnica de delimitação do Estrato Médio | 70 |
| CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL | 79 |
| 4.1 – Rendimentos, dimensão e distribuição geográfica do estrato médio brasileiro no período de 1996 a 2008 | 80 |
| 4.2 – Perfil e tendências do estrato médio brasileiro, de 1996 a 2008, a partir da medida relativa 10/40/50 | 87 |
| 4.2.1 – Composição domiciliar e familiar | 88 |
| 4.2.2 – Educação | 93 |
| 4.2.3 – Ocupação | 96 |
| 4.3 – Potencial de consumo do estrato médio, a partir da medida relativa 10/40/50 | 101 |
| CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 114 |
| ANEXOS | 121 |

INTRODUÇÃO

O Brasil, hoje, é um país de mais de 190 milhões de habitantes em processo de crescimento econômico, de controle inflacionário e de retomada da dinâmica expansionista da produção que, aliada à reorientação das políticas públicas realizou mudanças na estrutura social brasileira, reduzindo a desigualdade e a pobreza.

Essa nova dinâmica de conquista da estabilidade econômica, de expansão do crédito e de implementação de alterações estruturais de impacto social propiciou um fenômeno de mobilidade social ascendente que elevou um grande contingente populacional a patamar de classe média.

Como será visto ao longo deste trabalho, estudos recentes - nacionais e internacionais - destacam a importância da classe média e muitos mostram que ela se tornou a maior das classes na pirâmide social brasileira - em número absoluto de pessoas - em função do encurtamento das distâncias sociais gerado pelo crescimento econômico atrelado à redução da desigualdade, deste início do século XXI, ou seja, o Brasil se tornou um país essencialmente de classe média². Dessa forma, a compreensão da realidade brasileira e de suas perspectivas para o futuro passa, necessariamente pela compreensão do resultado dessas transformações – o crescimento da classe média.

Esta tarefa, no entanto, não é das mais fáceis. Não há consenso sobre a metodologia ideal de estratificação socioeconômica a ser aplicada para se

² Ver Anexo – A.I - Imagens do impacto do crescimento da classe média na mídia nacional.

enquadrar um dado grupo populacional na classe média, ou em qualquer outra classe. Daí nasce a relevância deste trabalho.

Partindo do princípio de que a discussão sobre diferentes técnicas de estratificação socioeconômica se coloca como ponto chave no delineamento de um instrumental coerente para a análise do impacto econômico, social e político desse processo de mobilidade ascendente, a presente dissertação tem como objetivo contribuir ao estudo da classe média brasileira buscando uma forma de identificação/delimitação desta classe a partir de uma análise comparativa das técnicas utilizadas na definição dos critérios de classificação dos estratos socioeconômicos no Brasil, traçando um panorama sociodemográfico da classe média brasileira e analisando as mudanças ocorridas em seu perfil no período de 1996 a 2008, com base nos dados das PNADs – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Para tal, buscou-se fazer um levantamento dos diferentes critérios de estratificação socioeconômica presentes na literatura, uma seleção de técnicas, com comparação destas através de sua aplicação nos dados da POF – Pesquisa de Orçamento Familiar, de 2002/2003³, e uma posterior definição da técnica a ser empregada aos dados das PNADs de forma a permitir a análise das mudanças do perfil sociodemográfico da classe média ao longo do período.

A dissertação é organizada em cinco capítulos. No Capítulo 1 é feita uma explanação sobre os termos *classes sociais* e *classe média*, necessária para o entendimento do objeto deste estudo e, posteriormente, é descrito de forma breve o contexto de desigualdade de rendimentos brasileira a partir de meados do século XX, amparado em ampla literatura nacional sobre o tema, de forma a gerar subsídios para a compreensão da evolução da classe média brasileira. O Capítulo 2 trata da descrição dos aspectos metodológicos da dissertação, desde a descrição das bases de dados escolhidas para a realização deste estudo, até a descrição dos métodos de separação em “classes” sociais mais encontradas na literatura. No Capítulo 3 é apresentada uma análise para a escolha da técnica de estratificação socioeconômica a ser aplicada na definição dos estratos socioeconômicos e, conseqüentemente, para a identificação do estrato médio brasileiro. Como estratégia

³ A estratégia adotada de utilização da POF como base para a comparação das técnicas de estratificação socioeconômica se deu por esta base permitir a aplicação de técnica amparada na posse de bens domiciliares.

de pesquisa, as técnicas de estratificação socioeconômica são aplicadas na POF para, posteriormente a técnica selecionada ser aplicada à PNAD. O desenvolvimento dessa estratégia, no entanto, implica na comparação dos rendimentos domiciliares coletados pela POF e pela PNAD, de forma a determinar em que circunstâncias estes rendimentos são comparáveis. Assim inicialmente é apresentada uma análise comparativa das informações sobre rendimentos disponíveis nas bases de dados utilizadas: POF e PNAD. Com base na discussão realizada neste capítulo, no Capítulo 4 é traçado o perfil sociodemográfico em termos de rendimentos, tamanho, distribuição geográfica, composição domiciliar e familiar, educação e ocupação da classe média brasileira, no período de 12 anos, entre 1996 e 2008, e seu potencial de consumo, a partir dos microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008. E a última parte da dissertação, o Capítulo 5, é dedicada às considerações finais sobre o estudo realizado deixando, por fim, a crença de que esta dissertação pode materializar a complexidade que envolve a compreensão da classe média brasileira, tema desafiador, que merece diversos outros desdobramentos.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

Neste capítulo é descrito o contexto de desigualdade de rendimentos brasileira, amparado em ampla literatura nacional sobre o tema, de forma a gerar subsídios para a compreensão da evolução da classe média brasileira. O capítulo está dividido em 2 seções: na primeira há uma explanação sobre os termos *classes sociais* e *classe média*, necessária para o entendimento do objeto deste estudo; na segunda, há uma breve descrição da evolução da classe média e da desigualdade de rendimentos no Brasil, desde o ano de 1964 até a atualidade, com base na literatura disponível.

1.1 – As classes sociais

De acordo com a tradição marxista, as classes sociais são categorias definidas por sua participação nas relações fundamentais de produção, no contexto de um sistema econômico e social particular. Seria essa, também, a base em que ocorrem os conflitos político-sociais e as transformações históricas (Dicionário de Economia,

1985). As classes sociais seriam estruturalmente bem delimitadas, conscientes de si e caracterizadas por estilos de vida, padrões de comportamento e projetos de sociedade diferenciados de uma classe em relação às outras. Essa “consciência de classe” marxista seria dificilmente encontrada no mundo atual, caracterizado pelas “sociedades de massa” (Souza e Lamounier, 2010).

Em oposição a esta definição, a tradição weberiana se ateria a características objetivamente mensuráveis e entendidas como atributos individuais, tais como: educação, renda e ocupação, deixando de lado a idéia de “consciência de classe” (Souza e Lamounier, 2010).

O Dicionário de Economia (1985), por sua vez, coloca que as classes sociais são “cada um dos grandes grupos diferenciados que compõe a sociedade. Os critérios empregados na definição de um grupo social como classe, no entanto, são motivos de divergência” (p.65). De forma geral, podem-se privilegiar nessa caracterização os fatores socioeconômicos como profissão, riqueza, origem dos rendimentos, nível de consumo, entre outros. O Dicionário explica, ainda, “que os membros de uma classe social, além de terem no conjunto os mesmos interesses, tendem a compartilhar valores semelhantes”.

Já o Dicionário de Ciências Sociais (1987) coloca que, em sentido geral, “classe” é sinônimo de categoria e associa-se com o termo estratificação. De acordo com este dicionário, o termo “classe social” seria usado para indicar famílias (ou indivíduos) que possuem, dentro da estrutura de uma sociedade específica, “a mesma quantidade relativa de poder, riqueza, prestígio, ou uma combinação destes elementos” (p.195).

Karsaklian (2000) explica que as classes sociais podem ser consideradas como divisões relativamente homogêneas de uma sociedade, nas quais indivíduos ou famílias partilham de valores semelhantes, interesses e comportamento, baseados em sua posição socioeconômica, de modo a poderem ser categorizadas.

E, no âmbito específico das pesquisas de mercado e de estudos do comportamento do consumidor, Schiffman (1998) coloca que as classes podem ser identificadas

exclusivamente a partir dos níveis de renda e de consumo familiar e/ou individual, ou seja, identificadas em termos quantitativos e estatísticos.

Dessa forma, observa-se que o conceito de classe social varia no decorrer dos períodos históricos e de acordo com os diferentes modos de produção, o que faz com que a base econômica, principalmente no sistema capitalista, tenha um papel subjacente à divisão entre as classes.

Por fim, Bresser-Pereira (2006), em consonância com o descrito pelo Dicionário de Ciências sociais, afirma que o termo “classe social” vai de encontro à necessidade de identificação e descrição de um estrato social específico em termos de poder, prestígio e renda. Porém, para o autor, apesar do uso corrente deste termo ser viável, ele sugere que seria mais apropriado o uso dos termos: “estrato social” ou “camada” de uma sociedade.

Neste estudo, por um lado foi empregada a descrição de classe social weberiana, ou seja, teve-se a características objetivamente mensuráveis como: educação, renda e ocupação, deixando de lado a idéia de “consciência de classe” e, por outro, seguiu-se a estratificação descrita por Schiffman, identificando as classes a partir dos níveis de renda e de consumo familiar e/ou individual, ou seja, em termos quantitativos e estatísticos.

1.1.1 – Classe Média

É possível se observar que embora não haja um consenso acerca do conceito de classes sociais e da forma como se faz a sua delimitação, há consenso na literatura acadêmica – e até mesmo na mídia – quanto à relevância da classe média e de seu potencial de consumo, como contribuição ao crescimento econômico de uma sociedade. Independente da clara definição e quantificação dos estratos sociais, do estrato médio de uma sociedade é esperado que este desempenhe um papel de força dominante no estabelecimento ou na consolidação da democracia nos países, seguindo o exemplo histórico da Inglaterra e dos Estados Unidos. E, no cenário atual

mundial de pós-crise econômica, entidades como o Banco Mundial nela buscam o impulso necessário para a retomada do crescimento, a partir do seu potencial de consumo.

Guerra et al (2006) utilizam como referência conceitual de classe média “o conjunto demográfico que, embora com relativamente pouca propriedade, destaca-se por posições altas e intermediárias tanto na estrutura sócio-ocupacional como na distribuição pessoal da renda e riqueza” (p.16). Assim sendo, a classe média poderia ser entendida como um estrato possuidor de autoridade, status social e padrão de consumo, reconhecidos.

Em termos práticos, pode-se entender a classe média como aquela que além de se encontrar no meio da pirâmide de distribuição de renda, auferindo a renda média da sociedade, possui padrões de consumo, renda e escolaridade que se assemelham à média da população (Torres, 2004).

Como um grupo, a classe média – tão como as demais classes – não é homogênea e se desenvolveu como uma densa camada social intermediária, a partir do surgimento e da expansão do modo de produção capitalista. Sua evolução não foi contínua ao longo do tempo, visto que as diversas transformações na dinâmica de acumulação capitalistas que se sucederam, acabaram por alterar tanto a concentração da propriedade privada, quanto a divisão do trabalho, impactando diretamente a classe média de origem proprietária - de bens e meios de produção - e a classe média assalariada – não proprietária (Guerra et al, 2006).

Normalmente, uma característica essencial para a definição da classe média em termos econômicos, é a disponibilidade de cerca de um terço de seu rendimento como renda discricionária⁴, o que permitiria, entre outras coisas, seu uso no consumo de bens, na melhoria do tipo de cobertura do plano de saúde, no investimento em educação. Essa disponibilidade de renda implicaria em emprego regular e formal, outra característica da classe média.

⁴ Renda familiar ou individual disponível para o consumo de bens e serviços após o pagamento tanto das despesas essenciais de alimentação e vestuário, quanto das despesas de moradia e com impostos.

À medida que vê seus rendimentos crescerem, fruto de emprego regular, formal e estável, o perfil de consumo da classe média se alteraria, com aumento dos gastos discricionários – saúde, educação, lazer e recreação, comunicações, cuidados pessoais e produtos para o domicílio – e a estabilização dos gastos com necessidades básicas (Souza e Lamounier, 2010). Ou seja, como Lipovetsky (2007) observa, o consumo passa a assumir um perfil mais intimizado, emocional e voltado para as satisfações privadas, deixando de ser uma mera ferramenta para exibição de uma posição social e passando a se conformar como ferramenta de busca de maior bem-estar e mais qualidade de vida, mas ainda assim estruturado pelo *habitus* de classe⁵.

A educação também pode ser considerada como um símbolo da identidade da classe média e um dos principais fatores de ascensão social. A valorização da educação formal pode ser entendida tanto como resquício de antigas considerações de *status*, quanto como reflexo do mercado de trabalho que busca mão-de-obra cada vez mais qualificada, em função de sua revolução tecnológica e informacional.

Nas democracias contemporâneas, o pertencimento à classe média também envolveria a valorização da competição, do mérito, da igualdade perante a lei e do respeito à liberdade individual, em paralelo a aversão a riscos e uma forma mais conservadora de reação diante de ameaças ao seu *status quo* (Souza e Lamounier, 2010).

Numa sociedade contemporânea que reforça a importância do crescimento econômico e da mobilidade social, percebe-se que a classe média se afastou do comportamento tradicional de aceitação da autoridade estabelecida, dando maior ênfase às leis e aos direitos, ao mérito e não ao privilégio. Ela também se engaja num amplo debate político e sobre políticas públicas, demandando governos estáveis e responsáveis, embora por vezes desconfiando de suas instituições⁶ (Souza e Lamounier, 2010).

⁵ Pierre Bourdieu em seu livro “A Distinção”, de 1979, desenvolveu o conceito de *habitus* de classe, que pode ser entendido como a diferenciação de cada indivíduo (ou sujeito social) a partir de seus gostos e dos hábitos que praticam, e que, por estas práticas, também exprimem ou traduzem a posição desses indivíduos nas classificações sociais objetivas.

⁶ Entendendo-se como instituições os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e os partidos políticos.

Como um grupo, a classe média é historicamente vista como a espinha dorsal da economia de mercado, no entanto, com o mundo globalizado ainda sob os efeitos da maior crise desde 1929, economistas de todo o mundo tem a expectativa de que a classe média dos países emergentes, como o Brasil, desempenhe papel de vital importância na retomada do crescimento mundial em função de seu potencial de consumo.

1.2 – Breve resumo da evolução da desigualdade de rendimentos e da classe média no Brasil

A origem e a produção da desigualdade de rendimentos são objeto de intenso estudo no Brasil, principalmente após o golpe militar de 1964 e a publicação dos Censos Demográficos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1960 e 1970. A partir dos dados destes censos específicos foi possível a constatação de que houve um grande incremento no grau de desigualdade de rendimentos ao longo dos anos 60 (Barros e Mendonça, 1995), demonstrada pelo crescimento do Coeficiente de Gini – uma das medidas de desigualdade de rendimentos amplamente utilizada no Brasil e no mundo, que consiste em um número entre 0 (completa igualdade - onde todos de uma população teriam a mesma renda) e 1 (completa desigualdade – onde apenas um membro da população teria todo rendimento e, os demais membros, nenhum rendimento).

O ano de 1964, especificamente, é por si só um marco na história política e econômica brasileira. Em abril de 1964 assumiu a presidência da república o Marechal Castelo Branco, cujo modelo de política econômica fora traçado por economistas de perfil ortodoxo – Roberto Campos e Octávio de Bulhões, respectivamente ministro do Planejamento e da Fazenda. Segundo Hermann (2005), os ministros instituíram como objetivos principais da política econômica o combate progressivo à inflação, a melhora das contas externas a partir do aumento do volume de exportações e da substituição de importações, e a recuperação do

crescimento econômico. Essa orientação inicial foi seguida sem grandes desvios até 1973, mesmo com as posteriores trocas de presidentes e de ministros.

Ao longo de 1963 e no início de 1964, a economia brasileira vivia um estado de estagnação da atividade econômica, associada a um aumento da inflação (Hermann, 2005). Nesse cenário, Castello Branco implementou o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, um programa de ajuste fiscal de matriz liberal, marcado por estabilização de preços e por importantes reformas estruturais no sistema financeiro, na estrutura tributária e no mercado de trabalho.

Ao assumirem o poder em 1964, os militares possuíam um discurso que imputava ao governo militar a missão de salvaguardar o país do caos econômico e político para o qual estaria caminhando antes do golpe (Hermann, 2005). O PAEG faria parte dessa missão. Contudo, de forma a legitimar o regime de exceção tanto junto à classe empresarial e às camadas mais abastadas da sociedade, quanto junto ao meio político internacional, era importante que se preservasse a renda agregada de uma queda brusca, ao passo em que se instaurava o plano de combate à inflação. Num segundo momento, já com a inflação controlada, o foco seria voltado para o crescimento e desenvolvimento econômico, o que, de fato, ocorreu a partir de 1967.

O país, nesse período, passava por outras importantes alterações: a inversão da relação campo/cidade, que levou o eixo econômico a se deslocar do campo (cenário tradicional de produção de riqueza), para as cidades; e a generalização das relações de produção capitalista, com aumento da população operária (Silva, 1990).

O incremento significativo na desigualdade de distribuição de rendimentos entre 1960 e 1970, constatado a partir dos dados censitários, teve explicações divididas em duas correntes, segundo Ramos e Mendonça (2005):

- por um lado, autores como Langoni⁷ (1973), que viam o crescimento econômico acelerado do período, combinado a desequilíbrios no mercado de trabalho - um descompasso entre a expansão da demanda e da oferta de mão-de-obra qualificada, como uma causa natural da elevação da

⁷ Estudo realizado com o apoio do então ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto.

desigualdade, isto é, a educação seria uma das variáveis mais importantes na explicação da desigualdade ;

- e, de outro lado, autores como Fishlow (1973) e Hoffmann (1973), que recorriam à visão estruturalista e a teorias de mercado interno de trabalho, acreditavam haver uma relação direta entre essa elevação da desigualdade e as políticas econômicas adotadas na época.

Barros e Mendonça⁸ (1995) mostram que houve um incremento de 25% do nível médio de rendimentos de 1960 para 1970, o que equivaleria a uma taxa de crescimento médio anual de 2,2%. Mesmo assim, observa-se um aumento acentuado do grau de desigualdade nos anos 1960, com a razão entre o percentual de renda apropriada pelo décimo mais rico da população e o décimo mais pobre, variando de 33 para 39, e o Coeficiente de Gini passando de 0,50 para 0,57. E mais, o crescimento do percentual de renda apropriada por décimo da população não se deu de forma homogeneamente distribuída. Os 10% mais ricos foram aqueles que se beneficiaram do processo de crescimento, tendo seu percentual de renda apropriada passado de 39,7% para 46,5%, enquanto que os oito décimos inferiores tiveram seu percentual reduzido, a exceção do primeiro, que se manteve o mesmo 1,2% (ver Anexo – Tabela A1.1). Como observam Ramos e Mendonça (2005), os mais pobres perderam participação na renda total.

A década de 1970 engloba o período chamado de “milagre econômico”, caracterizado por um excepcional crescimento econômico, impulsionado pelo PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento, que priorizava não só a estabilização gradual de preços, como também o fortalecimento das empresas privadas, com vistas à retomada dos investimentos; a estruturação da infra-estrutura básica, sob a responsabilidade do governo; e a ampliação do mercado interno, para a manutenção da demanda por bens de consumo duráveis (Hermann, 2005). Neste período, houve melhor distribuição do crescimento econômico, porém, mais uma vez, o quinto e o sexto décimos tiveram um crescimento abaixo da média: 5,6% e 5,9%, respectivamente, comparados com a média de 6,7%. O décimo mais pobre

⁸ O artigo tomou como base as informações dos Censos Demográficos para a população economicamente ativa com rendimentos positivos de acordo com o rendimento pessoal total (somatório dos rendimentos de todas as fontes).

apresentara a segunda maior taxa de crescimento 7,2% só ficando atrás do décimo mais rico que conquistou uma taxa de 7,3% no período (ver Anexo – Gráfico A1.1).

O “milagre econômico” combinou a redução das taxas de inflação ao crescimento econômico e ao superávit da balança de pagamentos. Houve, entretanto, aumento das desigualdades na distribuição de renda, quando comparados os segmentos de renda mais baixa e de renda mais alta, apesar do crescimento generalizado da renda per capita; aumento da dependência externa do país em termos de bens de capital, petróleo e derivados (que não poderia ser atendida pelo parque industrial brasileiro); e aumento da dependência externa em termos financeiros, por reflexo da política de endividamento (Netto, 2005).

Esse período, compreendido entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, marcou a evolução da classe média brasileira, graças à geração de empregos em empresas estatais, à educação pública e ao funcionalismo público, ou seja, resultado de uma política de estado e não de crescimento, o que ocasionou um aumento das desigualdades sociais. Especialmente no período do “milagre econômico”, houve grande expansão do número de postos de trabalho de nível superior, no setor produtivo estatal, o que passou a ser conhecido como “os anos dourados da classe média brasileira”. Movimento similar só havia ocorrido anteriormente, na década de 1930, por força da expansão dos empregos assalariados e de maiores rendimentos, associados ao projeto de industrialização nacional, com ênfase na urbanização que terminou alterando o modelo econômico primário-exportador. E movimento similar só voltaria a ocorrer no final da década de 1980, como será visto mais adiante.

A partir do primeiro choque dos preços do petróleo⁹, em fins de 1973, a situação de dependência externa se converteu numa situação de restrição. Com os novos preços, reduziu-se a capacidade de importação e, em consequência, reduziu-se a capacidade de crescimento do país, pois se via estrangulada a indústria nacional, basicamente focada em montadoras de veículos e abastecida pelos produtos derivados do petróleo (Silva, 1990). Com isso, houve um aumento do

⁹ Em dezembro de 1973 os países membros da OPEP promoveram um aumento brusco e significativo dos preços do insumo no mercado internacional, que passou de US\$3,29 para US\$11,58/barril.

descontentamento com o regime militar, período no qual foram acentuadas as desigualdades regionais e sociais, propiciando uma grande concentração de renda na camada mais favorecida da população.

A partir de 1974 teve início o longo processo de dissolução do regime autoritário vigente após o golpe de 1964, que gradualmente (mesmo com a resistência de grupos militares) levou à redemocratização do país. O ano de 1974 também foi marcado pelos sinais de aceleração da inflação, que persistia em dois dígitos¹⁰.

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 representam o auge e o esgotamento do modelo de crescimento baseado na industrialização por substituição de importações, chefiada pelo Estado e apoiada no endividamento externo. Hermann (2005) destaca o período de 1979/1980 como o de manutenção do forte crescimento dos anos anteriores, todavia com deterioração das contas públicas. O período de 1981 a 1983 foi marcado por grande desequilíbrio fiscal e por aceleração inflacionária, já o período a partir de 1984 foi marcado pelo início de curtas fases de recuperação econômica. O autor também lembra que as dificuldades do segundo período – 1981/1983 – deram início a um longo período de dependência em relação ao endividamento externo, estagnação econômica, altos níveis inflacionários e de desemprego, que mesmo com raras e curtas interrupções, durou até meados da década de 90, caracterizando assim os anos 1980 como “a década perdida”, em termos do desenvolvimento econômico.

Os indicadores macroeconômicos para o período de 1974 a 1984 mostram que nos anos 1974/78 o PIB brasileiro crescia em média a 6,7% ao ano, a inflação média do período chegava ao nível de 37,8% ao ano, e o déficit de conta corrente alcançava o patamar de US\$6,5 bilhões¹¹, sendo que Hermann (2005) considera parte dessa deterioração como resultado da balança comercial negativa em cerca de US\$2,3 bilhões.

Já para o período de 1979/80, embora apresentasse um crescimento do PIB, o país manteve as tendências de aumento da inflação e do déficit em conta corrente. Houve ainda um aumento marginal do déficit da balança comercial. No período de

¹⁰ Inflação medida pelo IGP dez/dez de 37,8% a.a entre 1974 e 1978.

¹¹ O período de 1968-73 teve um déficit de conta corrente de US\$1,2 bilhão.

1981/83, marcado por recessão no comportamento do PIB, apesar da manutenção no quadro de elevado déficit em conta corrente, houve clara reversão da tendência da balança comercial, que alcançou um superávit de cerca de US\$2,8 bilhões. Hermann (2005) considera que essa reversão pode ser entendida basicamente como resultado da combinação de três fatores: os efeitos das maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1979 e 1983; a recessão da economia entre 1981 e 1983, que contraiu as importações; e a política de substituição das importações da época.

Por fim, o ano de 1984 marcou o início de um período de recuperação econômica, com o PIB crescendo à taxa média de 5,4% ao ano, a balança comercial superavitária e o saldo positivo da conta corrente de US\$95 milhões. A inflação, no entanto, chegou ao patamar de 223,9% ao ano (média).

O percentual da renda total apropriada pelos décimos da distribuição da renda total, a renda média e o índice de desigualdade, para o período entre 1981 e 1985, mostram uma relação entre o ciclo macroeconômico e a desigualdade de renda. No período de recessão – 1981/83 – a renda média caiu de R\$305 para R\$265 (Reais de outubro de 2002), enquanto que o coeficiente de Gini aumentou de 0,58 para 0,60, tal como aumentou a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, que passou de 21,5 para 23,1, ou seja, os 10% mais ricos passaram a se apropriar de uma renda 23,1 vezes maior do que a apropriada pelos 40% mais pobres. Com a volta do crescimento em 1984, a renda média aumentou ligeiramente, passando para R\$267 (Reais de outubro de 2002), enquanto que o coeficiente de Gini caiu para 0,59 e a razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos passou a ser 22 vezes maior do que a renda apropriada pelos 40% mais pobres.

O período de recessão, no começo da década de 1980, levou a um aumento da desigualdade, com todos os décimos de distribuição tendo seu percentual da renda total reduzido, exceto o nono e o décimo, que passaram de 16,4% e 46,5% para 16,6% e 47,5%, respectivamente. Já com o crescimento de 1984, os sete primeiros decis aumentaram seu percentual da renda total, em detrimento dos decis mais ricos, que apresentaram uma pequena redução em seu percentual (ver Anexo – Tabela A1.1).

No campo político, em 1984 o país experimentou um momento peculiar de sua história, segundo Castro (2005). Após 20 anos de regime autoritário, o movimento por eleições “Diretas Já” ganhou força e, no imaginário dos brasileiros que participavam das manifestações em prol do direito de eleger diretamente o presidente da República, a democracia poderia não só reverter a situação de restrições das liberdades civis e políticas, mas também reverteria o processo inflacionário e propiciaria o crescimento econômico e a redistribuição da renda. O que, de fato, não ocorreu. A emenda das “diretas” não foi aprovada e o período compreendido entre 1985 e 1989 – conhecido como “Nova República” – resultou num conjunto de experiências mal sucedidas de estabilização da inflação.

Os indicadores macroeconômicos para o período de 1985 a 1989, mostram que a taxa de inflação média era de 471,7% ao ano, apesar de ter havido uma melhora da balança comercial que passou de uma média de US\$5,4 bilhões (1981/1984) para US\$13,5 bilhões. O crescimento médio do PIB alcançou o patamar médio de 4,3% ao ano, uma taxa relativamente alta se comparada à taxa média do início da década.

Os planos econômicos da segunda metade da década de 1980 (Planos Cruzado, Bresser e Verão) envolveram medidas como o congelamento de salários e preços, a criação do salário-desemprego e um “gatilho salarial” para o caso da inflação ultrapassar o patamar de 20%. Porém, apesar de algum sucesso inicial, logo após seu lançamento, até mesmo apresentando redução da miséria no país, os preços (inclusive das tarifas públicas) e a inflação dispararam, e a extrema pobreza também voltou a crescer. Dessa forma, Castro (2005) lembra que ao final da década, havia um certo consenso entre os economistas de que o congelamento de preços não era uma estratégia eficiente no combate à inflação e na redução da desigualdade.

O percentual da renda total apropriada por décimo da distribuição da renda total, a renda média e o índice de desigualdade para o período entre 1985 e 1989, mostraram uma redução na taxa de crescimento total, o que levou a um impacto distributivo, elevando sobremaneira a desigualdade. A parcela de renda apropriada decresceu em todos os décimos de distribuição, menos nos 10% mais ricos que tiveram seu percentual elevado de 48,1% em 1985 para 51,6% em 1989.

O ano de 1986 foi atípico, apresentando redução no Coeficiente de Gini, que passou de 0,60 no ano anterior, para 0,59, e na razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, que passou de 23,3 em 1985, para 21,9, indicando queda da desigualdade. Essas mudanças nas medidas de desigualdade foram devidas aos efeitos redistributivos de uma inflação menor, reação inicial ao plano econômico (Plano Cruzado) de 1986.

O período entre os anos de 1985 e 1989 apresentou um aumento de 16% na renda média, no entanto, houve aumento do grau de desigualdade medido tanto pela razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, quanto pelo Coeficiente de Gini, que atingiu seu nível máximo no auge da instabilidade macroeconômica de 1989 – 0,64 para o Coeficiente de Gini e 30,2 para a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres.

Hoffmann (2002) comenta que a inflação acelerada da década de 1980 contribuiu para um aumento ainda maior da desigualdade, levando o Brasil ao “posto” de país mais desigual do mundo, dentre aqueles com dados confiáveis sobre a distribuição de rendimentos, em 1989, no último ano do governo Sarney.

Este cenário marcou sobremaneira a evolução da classe média brasileira, em função da decomposição das ocupações intermediárias no interior das grandes empresas, impulsionada pelas alterações na economia brasileira, desencadeadas no final da década de 1980 (Guerra et al, 2006; Neri, 2008), quando os episódios de hiperinflação deixaram a classe média mais pobre, destruindo suas economias, e levando à perda da importância relativa da classe média assalariada na sociedade. A década de 1990, por sua vez, marca o rompimento do padrão de reprodução da classe média assalariada, abrindo espaço para uma maior ênfase à classe média cuja ocupação era vinculada à existência de algum meio de produção e de posse de propriedade privada (profissionais autônomos e empresários de micro ou pequenos negócios).

O período entre 1990 e 1994 foi marcado por uma alteração no “modelo” de crescimento empregado na economia brasileira até então, que tinha grande ênfase na substituição de importações, dando início ao processo de privatizações e de abertura econômica (Castro, 2005).

Em termos políticos, este também foi um período conturbado, que culminou com o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, que havia sido eleito no primeiro pleito direto após 30 anos, cabendo ao vice-presidente – Itamar Franco – assumir a presidência.

Os indicadores macroeconômicos para o período entre 1990 e 1994 indicam que o crescimento médio do PIB entre os governos Collor e Itamar foi de 1,3% ao ano. Castro (2005) ressalta que se o Plano Collor gerou uma forte retração econômica em 1990 e mesmo após um modesto crescimento em 1991, a crise instalada no país com o processo de *impeachment* levou o PIB a cair novamente em 1992. Esta foi uma fase de “incerteza crônica” (Neri, 2006), em que o brasileiro convivia com a instabilidade derivada da alta inflação e com os sucessivos pacotes econômicos.

O biênio 1993/1994, por outro lado, apresentou crescimento econômico, associado principalmente pelo bom resultado da agropecuária (em 1994), a existência de uma demanda reprimida, a um relativo afrouxamento da política monetária (em 1993) e a oportunidade de renovação do parque industrial (bens de capital) em função das novas oportunidades de financiamento após a estabilização provocada pela implementação do Plano Real.

Castro (2005) lembra ainda que, em termos inflacionários, o país viveu tecnicamente um período de hiperinflação, mesmo com as quedas na taxa de inflação alcançadas logo após a introdução de um novo plano econômico, uma vez que esta taxa voltava a se acelerar. Já em relação ao comportamento da balança comercial, o autor lembra que os dois primeiros anos (1990/1991) foram de grande recessão e os outros dois foram de expansão e de intensificação da abertura comercial, resultando num superávit de US\$12 bilhões.

Os dois planos econômicos lançados pelo governo Collor, tal como os planos da década anterior, fracassaram na tentativa de alcançar uma estabilidade de preços duradoura. A estabilização foi obtida apenas através do Plano Real, concebido como uma estratégia de três fases, sendo a primeira a de promoção do ajuste fiscal necessário para o equilíbrio das contas do governo e eliminar a inflação; a segunda, de criação de um padrão estável de valor; e a terceira, de estabelecimento das regras de emissão e lastramento da nova moeda (Real) com o intuito de promover

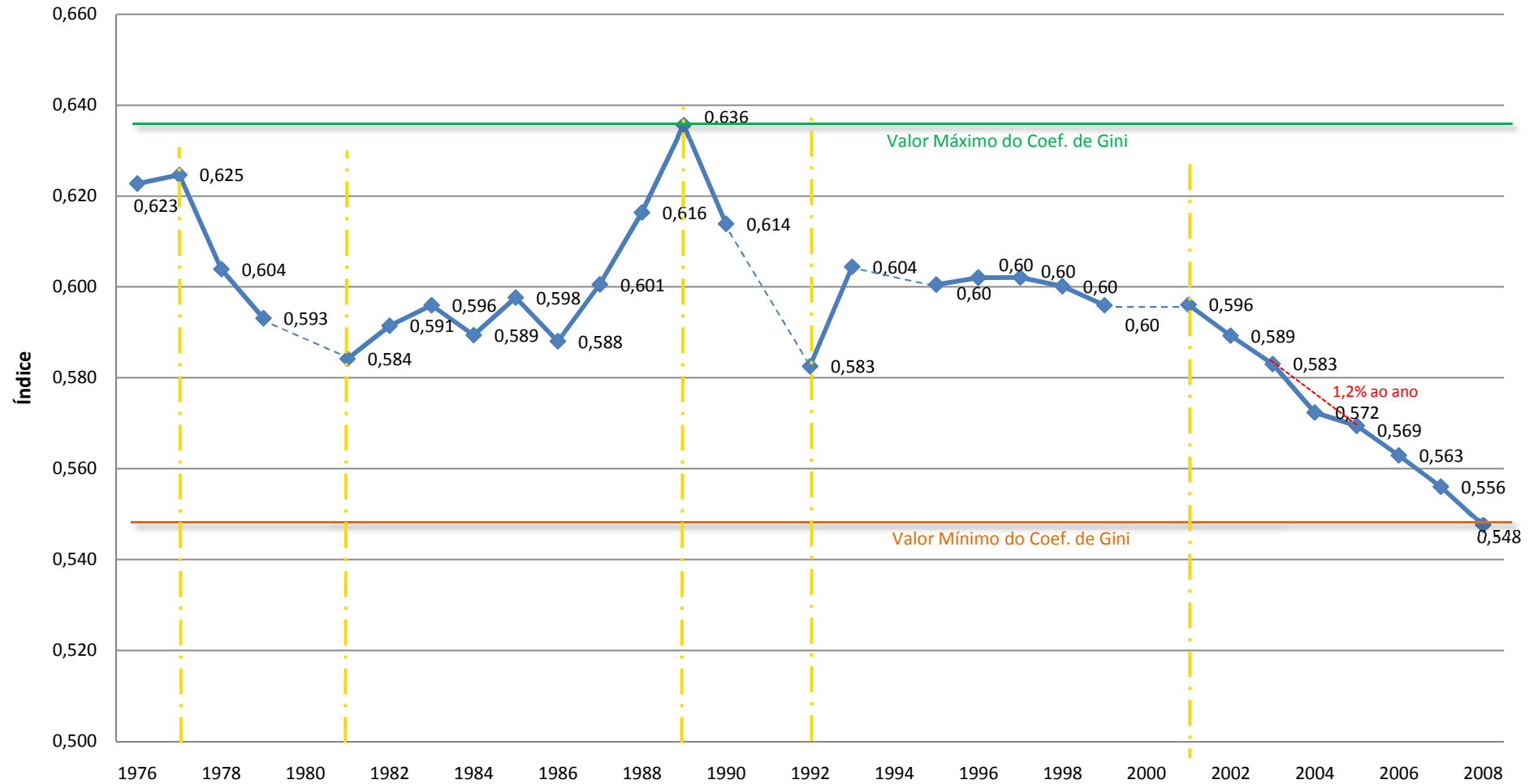
sua estabilidade (Castro, 2005).

Em sua concepção, o Plano Real diferiu dos seus predecessores da década de 1980 e do início da década de 1990, visto que teve o ajuste fiscal como principal pré-condição para a execução do combate à inflação. E mesmo o ajuste não acontecendo como na teoria, a inflação foi reduzida continuamente até 1999, quando ocorreu a desvalorização cambial.

Neri (2006) classifica a fase entre 1994 e 1995 como “de lua de mel com o Plano Real”, sendo que a incerteza econômica fora retirada do cenário econômico nacional, sendo substituída por uma fase de euforia e crescimento econômico e social. Soares e Osório (2007), por outro lado, avaliam que pode ser usual a associação entre as mudanças ocorridas no período de 1993 a 1995 ao Plano Real, no entanto, os autores ponderam que apesar da importante conquista do estabelecimento de uma moeda relativamente estável a partir de julho de 1994, com várias consequências benéficas sobre o funcionamento da economia, em termos de redistribuição de renda, os resultados obtidos com o plano não foram suficientes para compensar o desempenho negativo do período anterior à sua implementação, de forma que, em 1997, tanto o Coeficiente de Gini de 0,60, quanto a razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a renda apropriada pelos 40% mais pobres, de 24,5, ainda foram superiores ao de 1992, cujos valores eram 0,58 e 21,8, respectivamente (ver Anexo – Tabela A1.1).

Guerra et al (2006) destacam que “com a onda neoliberal de promoção da abertura comercial, financeira, tecnológica, produtiva e laboral, a classe média foi forte e especialmente atingida” (p.14). O parque industrial nacional, sujeito à concorrência externa, num cenário macroeconômico instável, levou a redução dos postos de trabalho, principalmente aqueles de maior nível salarial, e também à prática da terceirização das funções. Mas também foi na década de 1990 que o Brasil estabilizou sua economia e implementou o processo de reformas estruturais, com forte impulso à reorientação da política social.

Gráfico 1.1 – Evolução do Coeficiente de Gini ao longo do período de 1976 a 2008 – Brasil.



Fonte: Ipeadata (WWW.ipeadata.gov.br), a partir dos dados das PNADs (de 1976 a 2008).

Nota: Não há dados para os anos censitários de 1980, 1991 e 2000, e para o ano de 1994.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) também ponderam que, a despeito de pequenos pontos de discrepância na distribuição do Coeficiente de Gini do final da década de 1970 até o final da década de 1990, houve manutenção do seu patamar de 0,60, como pode ser observado no Gráfico 1.1, do Coeficiente de Gini para o Brasil, entre 1976 e 2008. Além disso, as décadas analisadas desvelam um panorama de concentração da renda em que os 10% mais ricos se apropriam de uma renda média mais de 20 vezes maior que a apropriada pelos 40% mais pobres. Na segunda metade da década de 1990, houve pequeno crescimento econômico, com o PIB crescendo 2,1%a.a. e a balança comercial superavitária em US\$3,5 milhões, no final do período, associado à melhora da inflação calculada pelo IGP dez./dez. que atingiu o patamar de 8,8%a.a. (1999/2002) e à melhora sistemática do déficit em conta corrente.

No limiar do século XXI, o Brasil ainda era um país extremamente injusto e desigual, com um grande contingente de pobres. E como colocam Barros, Henriques e Mendonça (2001):

“A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo.” (p.23)

Castro (2005) afirma que, de certa forma, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso podem ser considerados como bastante diferentes entre si. O primeiro (1995/1998) se caracterizou por uma política cambial rígida, crescente dependência do financiamento externo e um grande desequilíbrio fiscal. Já o segundo (1999/2002) foi marcado pelo câmbio flutuante, pelo ajuste fiscal, pela redução do déficit em conta corrente e pelas políticas sociais que, embora tenham aumentado o gasto público, criaram uma rede de proteção social, ainda que relativamente limitada.

O Brasil, no início do novo milênio, possuía não só estabilidade econômica, mas também instrumentos de proteção às classes menos favorecidas da população, cuja distribuição de recursos fora idealizada para ser conduzida de forma democrática, sem a intermediação de nenhum tipo de liderança política. E, a verdade é que a

partir de 2001, a desigualdade de renda no país passou a apresentar um declínio acentuado.

Dessa forma, a posse do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, em janeiro de 2003, teve significados importantes: em termos políticos representou a ascensão da esquerda ao poder, carregando uma mensagem de transformação; e em termos econômicos, representou um grande teste para a recém adquirida estabilidade. Lula deu continuidade às reformas estruturais empreendidas pelo governo Itamar e, em escala mais intensa, por Fernando Henrique Cardoso (principalmente em seu segundo mandato); e também deu continuidade à política econômica baseada na conjunção de flutuação cambial - metas de inflação - austeridade fiscal, abandonando a postura de esquerda radical e assumindo um perfil mais “de centro”, em prol da governabilidade (Giambiagi, 2005).

Os primeiros anos do Governo “Lula” apresentaram um resultado misto, no que se refere às variáveis econômicas. O PIB sofreu uma contração 0,2%a.a em 2003, após o efeito negativo da alta de juros implementada pelo governo, porém seu desempenho melhorou, no contexto de uma redução gradativa das taxas de juros nominais e reais (Giambiagi, 2005). Dessa forma, houve estímulo ao consumo e aos investimentos, o que permitiu uma expansão de 3,8%a.a. do PIB em 2004. Também houve queda da inflação calculada pelo IGP dez./dez., que chegou ao patamar de 7,5%a.a., superávit na balança comercial e crescimento no saldo positivo da conta corrente (ver Anexo – Tabela A1.2).

O Coeficiente de Gini entre os anos de 2003 e 2005, mostra que o grau de desigualdade de renda continuou a declinar de forma contínua e acentuada (Gráfico 1.1). O Coeficiente de Gini brasileiro declinou 2,4%, passando de 0,583 em 2003, para 0,569 em 2005, o menor valor obtido até então.

Hoffmann (2007) mostra que a taxa de crescimento anual da renda média dos 10% e dos 20% mais ricos foi negativa (0,3% e 0,1%, respectivamente) no período entre 2001 e 2005, mesmo com o crescimento de 0,9% anual da renda média nacional. Dessa forma o autor conclui que para a renda nacional ter crescido, tanto a renda dos mais pobres quanto dos intermediários necessariamente devem ter crescido. De fato, a taxa de crescimento da renda média dos 10% mais pobres atingiu 8% ao ano.

Portanto, para o autor, este período foi marcado por duas transformações desejáveis na distribuição de renda brasileira: houve crescimento, mesmo que modesto; e houve redução significativa da desigualdade.

O comportamento do Coeficiente de Gini ao longo do período de 1976 a 2005 deixa ainda mais evidente a evolução deste indicador nos primeiros anos da década de 2000, que alcançou uma queda de quase 4% em 2005, em comparação a 2001. Outro aspecto relevante é que houve três períodos de redução da desigualdade no país. O primeiro ocorreu entre 1977 e 1981, quando o Coeficiente de Gini declinou em aproximadamente 7%; o segundo, entre 1989 e 1992, quando a queda foi de cerca de 9%; e o terceiro, entre 2001 e 2005, com uma redução de cerca de 4%. A diferença deste último período para os anteriores, no entanto, é a persistência em sua tendência de queda. Barros et al (2007) ressaltam que mesmo o país ainda apresentando um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo, o ritmo de queda neste período era um dos mais acelerados à época.

Ao avaliar os determinantes desta queda acentuada, Barros et al (2007) destacam que apesar desta queda, a desigualdade ainda se mantinha extremamente elevada. O percentual da renda total apropriado pela parcela 1% mais rica era da mesma magnitude que o percentual apropriado pelos 50% mais pobres.

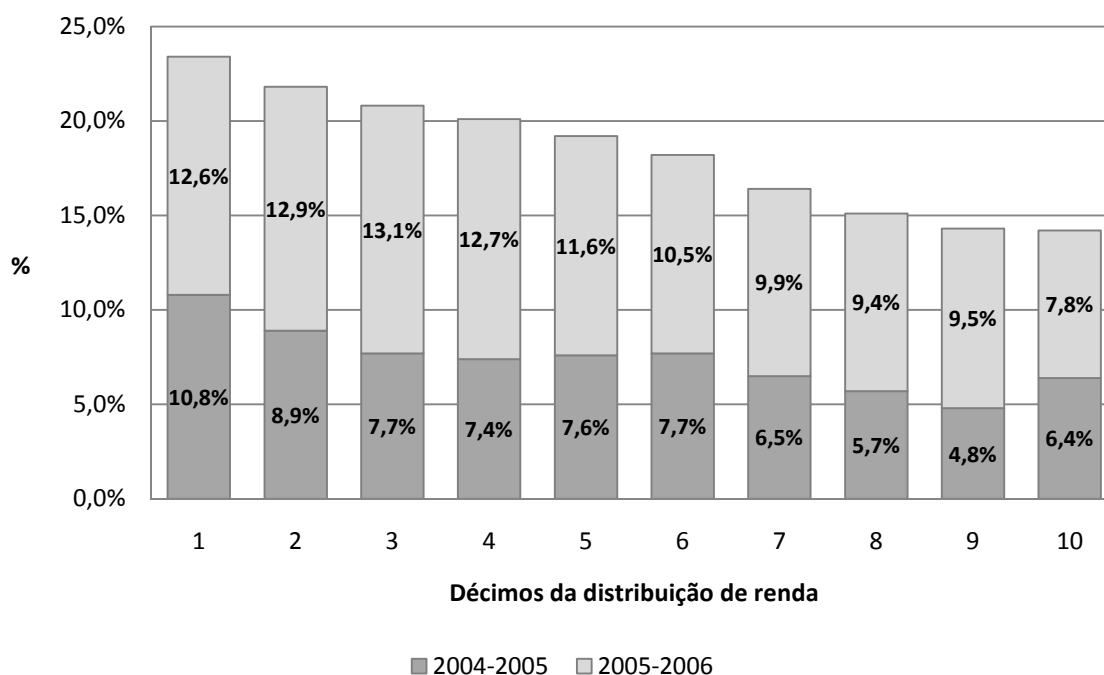
No período entre 2001 e 2005, o percentual da renda total apropriada por décimos da distribuição mostrou forte crescimento da renda apropriada pelos décimos mais pobres e pelos décimos intermediários. Os dois décimos mais ricos tiveram redução do percentual de renda apropriada. Dessa forma, verifica-se que efetivamente houve redução na desigualdade de distribuição de rendimentos no período (ver Anexo – Tabela A1.1).

Avaliando a redução no grau de desigualdade de renda brasileiro até 2005 verifica-se que, em termos dos componentes da renda total, os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, contribuíram para a redução da desigualdade. Contudo, a ampliação do mercado de trabalho e os reajustes reais do salário mínimo tiveram um grande peso nesta redução, o que pode ser considerado como um aspecto positivo uma vez que, se fossem os programas de transferência de renda os principais responsáveis, aportes orçamentários crescentes seriam

necessários para a sustentabilidade do processo (Soares, 2006; Barros et al, 2006; Neri, 2007).

A partir de 2004, todos os décimos da distribuição auferiram aumento em suas rendas totais médias, sendo que o aumento relativo nos décimos mais pobres e intermediários foi maior do que o aumento nos décimos mais ricos. Pode-se observar no Gráfico 1.2, de percentual de crescimento da renda total por décimos da distribuição, que do primeiro ao sexto décimos, os ganhos percentuais foram maiores que 18%, sendo que os quatro primeiros décimos apresentaram aumentos maiores que 20% no período compreendido entre os anos de 2004 e 2006. Os últimos décimos da distribuição, onde a renda é maior, apresentaram ganhos menores que 15%, no mesmo período.

Gráfico 1.2 – Percentual de crescimento da renda total por décimos da distribuição nos períodos 2004/2005 e 2005/2006 – Brasil.

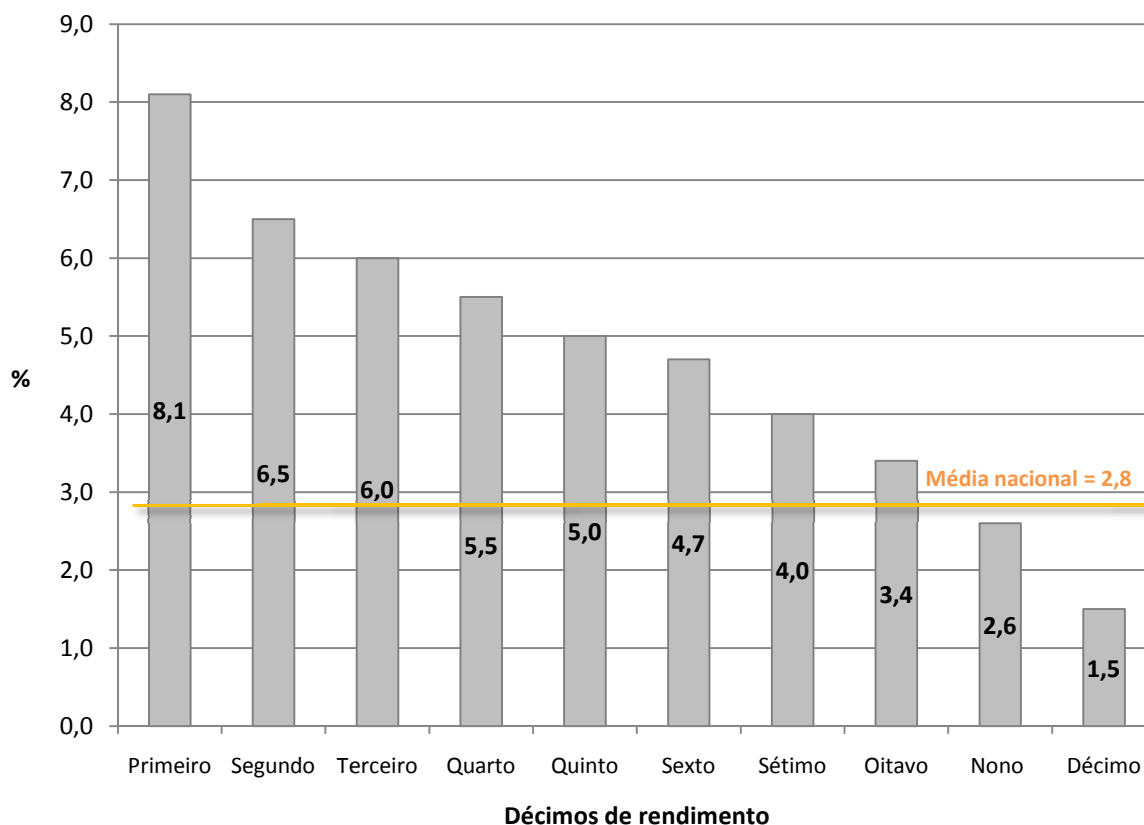


Fonte: IPEA, 2007.

A despeito das flutuações ocorridas na taxa de crescimento do país, o progresso brasileiro em termos de distribuição de renda alcançado entre 2001 e 2008 é

incontestável. Não só a renda *per capita* de todos os décimos da distribuição de renda cresceu, mas também houve um crescimento mais vigoroso entre os décimos mais pobres e intermediários, em comparação aos décimos mais ricos (nono e décimo), resultando na redução da desigualdade de renda, como pode ser observado no Gráfico 1.3, da taxa anual de crescimento da renda domiciliar per capita por décimos da distribuição. Enquanto os 10% mais pobres cresceram a uma taxa quase três vezes superior à média nacional, os 10% mais ricos cresceram praticamente a metade da taxa média nacional. Na verdade, a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* média dos 10% mais pobres foi mais de cinco vezes superior à taxa dos 10% mais ricos (IPEA, 2009).

Gráfico 1.3 – Taxa anual de crescimento da renda domiciliar *per capita* média por décimos da distribuição, no período entre 2001 e 2008 – Brasil

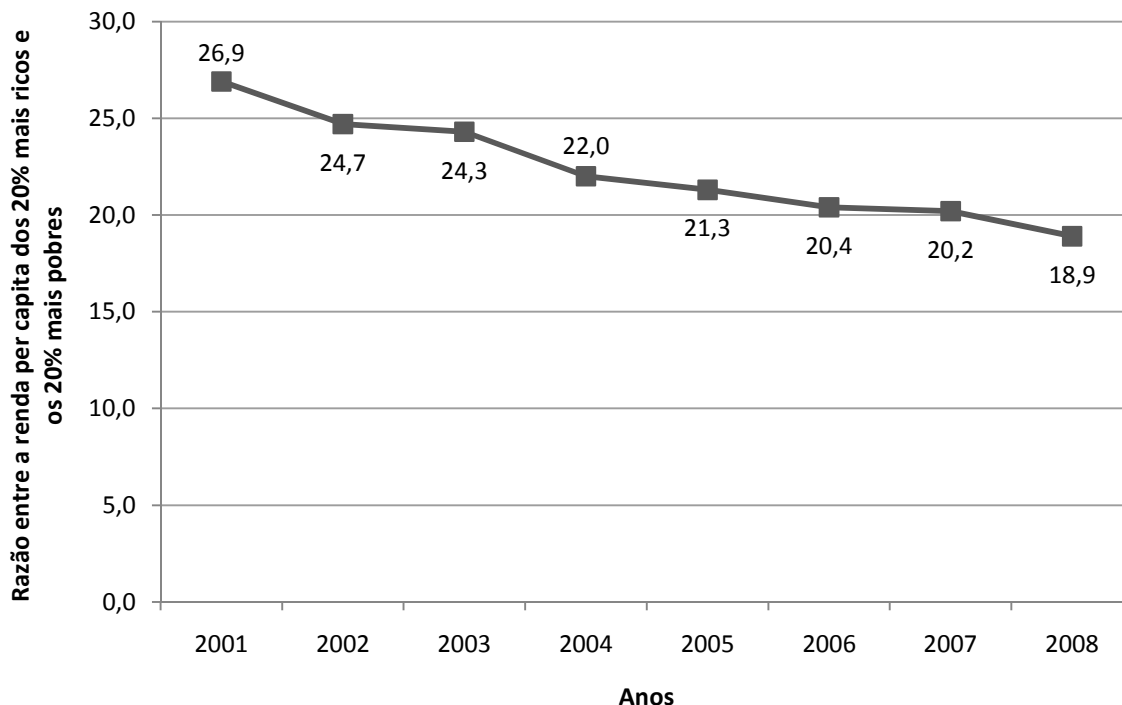


Fonte: IPEA, 2009.

A taxa de crescimento dos mais pobres sendo maior do que a dos mais ricos resultou na redução do grau de desigualdade de renda. A evolução do Coeficiente de Gini ao longo do período de 1995 a 2008, mostra que a partir de 2001 há uma queda contínua e acentuada, passando de 0,596 em 2001 para 0,548 em 2008, isto representa uma queda de 8,86% ao longo desses 7 anos.

O IPEA (2009) sugere uma forma alternativa para a visualização da efetiva redução no grau de desigualdade de renda, apresentado para referência no Gráfico 1.4, de evolução do grau de desigualdade brasileira segundo a razão da renda per capita entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. A partir desse gráfico verifica-se que, se em 2001 a renda per capita dos 20% mais ricos era 26,9 vezes maior que a dos 20% mais pobres, em 2008 passou a ser 18,9 vezes, ou seja, houve uma queda de 30% no grau de desigualdade ao longo desses 7 anos.

Gráfico 1.4 - Razão entre a renda per capita dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres ao longo do período de 2001 a 2005 – Brasil.



Fonte: Adaptado de IPEA, 2009.

Analisando essa queda mais detalhadamente, o IPEA (2009) concluiu que o mercado de trabalho foi a principal força propulsora da redução, sendo responsável por 65% da queda da desigualdade. Neri (2009) ressalta que no ano de 2007 houve aumento do número de empregos formais e ganhos reais de renda, que levaram a processo intenso de mobilidade social ascendente, surpreendendo observadores internacionais, na medida em que essa pujança coincidia com um cenário externo adverso, de crise econômica internacional, a partir do meio do ano.

Alves (2009), por sua vez, lembra a importância de aspectos demográficos no processo de redução da desigualdade de renda e de redução da pobreza:

“A menor razão de dependência demográfica tem efeitos macroeconômicos e microeconômicos. No plano macro, a menor razão de dependência possibilita a melhora da relação entre o número de pessoas em idade ativa e pessoas em idades dependentes. Havendo crescimento econômico e geração de emprego no país, esta situação favorece o aumento da poupança agregada e geração de recursos disponíveis para o aumento das taxas de investimento, condição essencial para a decolagem (take off) econômica. Quanto maior o crescimento econômico e a geração de emprego em termos quantitativos e qualitativos (trabalho decente) maior é a formação de capitais e recursos necessários para o crescimento econômico, o investimento em infra-estrutura física, social e humana. No plano micro, ocorre algo semelhante, pois a menor razão de dependência no seio da família permite que os adultos acumulem recursos para investimento em capital humano em si próprios e nos filhos, melhorando as condições de procura por trabalho produtivo e melhores condições de renda e consumo, rompendo com o ciclo intergeracional de pobreza. O crescimento econômico (com geração de emprego) e o bônus demográfico, quando ocorrem juntos, formam um círculo virtuoso capaz de romper com o círculo vicioso das armadilhas da pobreza (poverty trap).” (Alves, 2009, p.8).

Embora em 2008 tenha havido um agravamento da crise internacional, o país apresentou uma continuidade do processo de mobilidade social ascendente, isto porque, segundo Neri (2009), essa crise seria “contra-elite”, na medida em que a camada mais abastada da sociedade brasileira estaria mais fortemente ligada aos setores em crise: financeiro, industrial e mineiro exportador, setores estes que tem uma menor representatividade na economia nacional.

Tavares (2009) já previa que as perspectivas da economia brasileira não eram tão críticas como em outros momentos da história do país:

“Em relação ao Brasil não posso deixar de estar também moderadamente otimista, tendo em vista o seu baixo grau de inserção na globalização

financeira, a sua pequena dívida de origem fiscal e a proporção tão alta entre o mercado interno e o mercado de comércio exterior. Tudo isso dá ao país um maior grau de autonomia e torna os seus governantes altamente responsáveis pelo destino de nossa recuperação” (p.12).

Na verdade, a economia brasileira, por estar regulada financeiramente, recebeu o impacto da crise internacional de forma não tão grave quanto os demais países e assim, em parte influenciado por medidas governamentais de incentivo ao consumo, o mercado interno continuou aquecido.

Por fim, segundo análise do IPEA (2009) a partir dos dados da PNAD 2008, a retomada da dinâmica expansionista da produção (interferindo diretamente na ocupação da força de trabalho) aliada à reorientação das políticas públicas realizou as mudanças na estrutura social brasileira, reduzindo a desigualdade.

Até o final do século XX, o Brasil era um país extremamente desigual e sem nenhuma tendência de melhoria dessa desigualdade. Apesar da inabilidade das políticas públicas à época em reduzir essa desigualdade, houve uma relativa eficiência no combate à pobreza¹² em episódios estanques, como na década de 1970 e durante o Plano Real. Essa queda, porém, ocorreu exclusivamente em função do crescimento econômico.

Desde o início do século XXI, contudo, houve uma alteração desse cenário, com a associação de crescimento econômico, baixa inflação e redução da desigualdade de renda (desde 2001) e da pobreza (desde 2004). E, desde 2006, há um aumento gradual da renda - incluindo a renda oriunda do trabalho, da aposentadoria e de transferências monetárias governamentais - e da geração de empregos formais, favorecendo a emergência de todo um contingente populacional à classe média - a porta de entrada para a sociedade de consumo de massa (Neri, 2008).

Embora este resultado seja digno de comemoração, o Brasil ainda apresenta uma grande iniquidade de rendimentos. Um Coeficiente de Gini de 0,548 é muito bom, se comparado com os coeficientes dos anos anteriores, porém demonstra que há um longo caminho a ser percorrido para que o país alcance patamares em que a distribuição de renda seja bem menos concentrada. IPEA (2009) lembra que, se 1/3

¹² A pobreza, nesse contexto, pode ser entendida como insuficiência de renda.

da renda nacional fosse igualmente distribuída entre as famílias brasileiras, seria possível garantir a satisfação de todas as suas necessidades mais básicas.

Por fim, em 2008, a classe média se tornou a maior, em número absoluto de pessoas na pirâmide social brasileira, ou seja, como resultado do encurtamento das distâncias sociais em função do crescimento econômico dos últimos anos, traduzido em forte expansão da demanda por bens e serviços, o Brasil se tornou um país essencialmente de classe média.

Assim, dada a ainda elevada desigualdade distribuição de renda brasileira, às crises econômicas internacionais e às naturais alternâncias de partidos no governo, fica a dúvida sobre a continuidade dessa megamobilidade ascendente ocorrida nos últimos anos da década de 2000.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Neste capítulo é descrita a metodologia utilizada na dissertação. O capítulo está dividido em 4 seções: na primeira há um breve histórico e a descrição das bases de dados escolhidas para a realização deste estudo, além da justificativa da escolha das mesmas; na segunda, há a apresentação das principais variáveis utilizadas para o estudo, de acordo com as definições utilizadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e a terceira é destinada à separação dos rendimentos monetários e não monetários da POF; e na quarta há descrição dos métodos de separação em “classes” sociais mais encontrados na literatura.

2.1 – Bases de Dados

As bases de dados utilizadas neste estudo são provenientes da POF – Pesquisa de Orçamento Familiar, 2002/2003, e da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2002, 2006 e 2008, ambas as pesquisas realizadas pelo IBGE.

Estas são pesquisas domiciliares com abrangência nacional e, segundo Barros, Cury e Ulyssea (2007), representam a melhor fonte de informação para medir a desigualdade do país (desigualdades socioeconômicas, de raça, de gênero, etc).

A partir dessas bases foi possível a realização de uma análise comparativa das metodologias utilizadas na definição dos critérios de classificação dos estratos socioeconômicos no Brasil e o desenho de um panorama sociodemográfico da “classe” média brasileira e suas tendências de crescimento no período de 1996 a 2008, período este, pós Plano Real, que perpassa os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2.1.1 – A POF

A POF é originária do ENDEF – Estudo Nacional de Despesas Familiares, realizado em meados dos anos 1970, que se destacou como referência para pesquisas sociais no Brasil, por sua cobertura e profundidade temática, investigando não só os dispêndios familiares e o rendimento dos brasileiros, mas também aspectos antropométricos e de consumo alimentar da população. No entanto, possuía um problema: seu custo elevado.

Em função desse custo elevado, a ENDEF foi substituída pelas POFs - de escopo relativamente menor que o ENDEF, por conta tanto de restrições em sua temática e em sua cobertura geográfica, quanto de sua baixa periodicidade. As restrições e a periodicidade das POFs são consequência não só de questões técnicas, mas também dos custos incorridos em levantamentos desse tipo (DINIZ et al., 2007).

A primeira POF, realizada em 1987/1988, foi restrita a nove regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), à cidade de Goiânia e ao Distrito Federal. Segundo Diniz et al (2007), a pesquisa levantou as despesas e os recebimentos monetários, e as variáveis relativas às condições dos domicílios e às principais características das

peças. Contudo, não investigou o consumo efetivo de alimentos¹³, as medidas antropométricas e o consumo não monetário, particularmente aquele oriundo de produção própria. Os autores relatam que, na POF seguinte, 1995/1996, além dos gastos, foram levantadas informações sobre as quantidades adquiridas de cada alimento.

A POF utilizada nesta dissertação é a de 2002/2003¹⁴ que, diferentemente das anteriores, passou a ter abrangência nacional e investigou as despesas e os recebimentos não-monetários da população, possibilitando assim análises mais precisas acerca das situações de indigência e de pobreza das famílias, e também do perfil de consumo das famílias brasileiras (SILVEIRA et al., 2007, apud DINIZ).

A POF 2002/2003 foi a campo durante 12 meses, tendo sido respondidos, em cada domicílio, quatro questionários (do domicílio, de despesa coletiva, de despesa individual e de recebimento individual) e preenchida a caderneta de despesa coletiva. Pela primeira vez foi empregado, também, um questionário de auto-avaliação das condições de vida.

A amostra da POF é planejada de forma a representar as características gerais da população distribuída no território brasileiro, como renda, instrução, perfil etário, entre outros, de modo a contemplar a sazonalidade dos gastos familiares e do cotidiano das pessoas investigadas na coleta de dados. É importante ressaltar que a POF 2002/2003 utilizou um plano amostral de conglomerado em dois estágios, conforme suas Notas Técnicas:

“[...] adotou-se um plano amostral conglomerado em dois estágios, com estratificação geográfica e estatística (a partir de variável que caracteriza os estratos socioeconômicos) das unidades primárias de amostragem que correspondem aos setores da base geográfica do Censo Demográfico 2000. As unidades secundárias de amostragem são os domicílios particulares permanentes. Os setores foram selecionados por amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao número de domicílios no setor, ao passo que os domicílios foram selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, dentro dos setores selecionados. Em seguida, foi aplicado procedimento de distribuição dos setores (e respectivos domicílios selecionados) ao longo dos 12 meses de duração

¹³ As quantidades consumidas foram estimadas a partir dos gastos coletados pela POF e dos preços levantados para a apuração dos índices de preços.

¹⁴ A POF 2008/2009 foi divulgada em Junho de 2010.

da pesquisa, garantindo em todos os trimestres a coleta em todos os estratos geográficos e socioeconômicos” (IBGE,2004, p.27).

Um grande avanço da POF 2002/2003, em relação às anteriores, foi o levantamento das aquisições não-monetárias, visto que a produção para o autoconsumo no meio rural, a concessão de benefícios pelas redes públicas e privadas de proteção social também se configuram como importantes fontes de rendimento (não monetário).

Os objetivos da POF são a mensuração das estruturas de consumo, de dispêndios e de rendimentos das famílias, possibilitando assim o desenho de um perfil das condições de vida da população brasileira, o que viabiliza o desenvolvimento de estudos sobre a composição dos gastos das famílias, segundo classes de rendimentos, e também sobre disparidades regionais e nas áreas urbanas e rurais, sobre a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços, ampliando, dessa forma, o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. (IBGE, 2004).

Optou-se, então, pela utilização desta base de dados por ela permitir tanto a aplicação de técnicas de estratificação socioeconômica baseadas no quantitativo de bens presente nos domicílios, quanto as técnicas baseadas em faixas de rendimentos.

2.1.2 – A PNAD

A PNAD foi iniciada em 1967 com o intuito de produzir informações básicas que viabilizassem o estudo do desenvolvimento socioeconômico no Brasil. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostragem de domicílios que faz o levantamento de diversas características socioeconômicas, sendo algumas de caráter permanente nas pesquisas ao longo do tempo, e outras com periodicidade variável (como características sobre migração, nupcialidade, fecundidade, saúde, entre outros temas), que são incluídos no sistema conforme a necessidade de informação para o país (IBGE, 2008).

Segundo IBGE (2008), desde sua implementação, a PNAD buscou a abrangência nacional de seu levantamento, o que, contudo, só foi alcançado em 2004. Além disso, sua periodicidade anual só foi implementada a partir de 1971 (inicialmente, a pesquisa ia a campo trimestralmente), tendo sido interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A PNAD passou por diversas mudanças estruturais ao longo do tempo. Perguntas referentes à cor das pessoas e a existência de alguns eletrodomésticos nos domicílios foram incorporadas na década de 1980, sendo que em 1981 a pesquisa teve sua abrangência ampliada no território nacional, deixando de fora do levantamento apenas a área rural dos estados componentes da região Norte à época¹⁵.

A partir de 1992, a PNAD incorporou o estado do Tocantins na região Norte do país. Cabe ressaltar que, em 1994, por razões excepcionais, a pesquisa não foi a campo.

Na década de 2000, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, os temas suplementares de migração e fecundidade também tem sido mantidos.

A comparação dos resultados das PNADs da década de 2000 com os resultados obtidos para as anteriores deve considerar que a classificação das áreas entre urbana e rural é feita de acordo com a legislação em vigor à época dos Censos Demográficos. Com isso, mesmo que haja alguma alteração de classificação de alguma área no período entre censos, a definição adotada é a do censo, ou seja, a definição estabelecida no censo de 1991 foi utilizada nas PNADs de 1992 a 1999 e, da mesma forma, a classificação vigente de 2001 a 2009 é a do Censo de 2000 (IBGE, 2008).

A PNAD é realizada através de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três diferentes estágios de seleção: “unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos)” (IBGE, 2008, p.40).

¹⁵ A região Norte não continha o estado do Tocantins, criado em 1988, a partir da separação do estado de Goiás.

Optou-se pela utilização desta base de dados uma vez que, em função de sua atualidade, principalmente se comparada ao Censo Demográfico, permite o desenho de um panorama sociodemográfico da “classe” média brasileira e suas tendências de crescimento no período de 1996 a 2008. Soma-se a isso o fato de possibilitar, em função do tamanho de sua amostra, uma gama de cruzamentos, sem que se perca a precisão estatística das estimativas.

2.1.3 – Comparação entre os dados sobre rendimentos disponíveis na POF e na PNAD

No Brasil, a PNAD se configura como uma importante fonte sobre a distribuição de rendimento comparável ao longo do tempo. Os dados sobre a distribuição de rendimento, no entanto, não contabilizam a totalidade de impostos diretos tais como IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ou o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e os impostos indiretos, cuja medida não é possível sem informações sobre o consumo. Além disso, a PNAD não capta adequadamente algumas fontes de rendimentos, como o rendimentos de ativos e os rendimentos voláteis/eventuais, como por exemplo o 13º salário, o abono de férias, horas extras, e os ganhos com loterias e jogos de azar. Nesse sentido, a utilização dos dados da POF permitiria uma contabilização de dados mais completa do que a PNAD. Contudo, enquanto há 33 PNADs cobrindo quase a totalidade do território nacional de 1974 a 2008, há apenas uma única POF de abrangência nacional nesse período: a de 2002/2003 (SOARES, 2008).

Diniz et. al. (2007) ressalta que, “concretamente, enquanto na PNAD são investigadas 11 fontes de renda, [...], na POF as rendas são discriminadas em dois quadros, havendo 79 códigos (tipos) de recebimento, que, desagregados, totalizam 195 subcódigos de recebimento. Verifica-se, com isso, uma melhor apuração dos chamados “outros recebimentos”, ou seja, daqueles originários de aluguéis, vendas, doações, auxílios, aplicações de capital, assim como uma captação melhor do total da renda, dado que esta tem como parâmetro as despesas” (p. 26).

Soma-se a isso o fato de que, na POF 2002/2003 foi ampliada ainda mais a pesquisa dos recebimentos, com a incorporação dos rendimentos não-monetários, com especial destaque para o valor relativo ao aluguel estimado de imóveis próprios ou cedidos, a produção para consumo próprio, as trocas não-monetárias entre produtores (trocas de excedentes produzidos), as retiradas em bens dos empreendimentos e as doações privadas e públicas (Diniz et. al, 2007).

Apesar das limitações acima descritas, Paes de Barros, Cury e Ulyssea (2007) consideram que o rendimento, da forma como é medido na PNAD, é relativamente próximo àquele medido pela POF, apresentando diferenças mais substanciais na camada mais pobre, de maior presença de rendimentos não-monetários, e na camada mais rica, de maior presença de renda de capital. As especificidades da POF no levantamento dos rendimentos acabam por se refletir nos valores médios obtidos – o rendimento médio mensal domiciliar total captado na POF é superior ao captado na PNAD. Após uma minuciosa análise, os autores concluíram que o rendimento da PNAD diferiria do rendimento da POF em cerca de 26%. O mais contundente nesta análise foi a verificação de que, mesmo com essa diferença entre os valores de rendimentos captados por ambas as pesquisas, o grau de desigualdade de rendimento captado pelo coeficiente de Gini é virtualmente idêntico. Já Diniz et. al. (2007) estima que os rendimentos monetários mensais domiciliares captados pela POF são entre 20% e 30% superiores aos da PNAD. E, por sua vez, Soares (2008) relata que foram feitos estudos sobre a diferença entre a renda medida pela POF e pela PNAD, e que esta diferença é de 15%, enquanto que o coeficiente de Gini difere em 0,7%.

Estes aspectos serão retomados no Capítulo 3, onde se busca uma aferição das diferenças entre os rendimentos na POF 2002/2003 e na PNAD 2002.

2.2- Variáveis utilizadas

A partir das bases de dados foi feita a definição das variáveis pertinentes à realização deste estudo socioeconômico. Dentre a enorme gama de variáveis

disponíveis na POF, obtidas a partir dos seus registros¹⁶, foram escolhidos os seguintes grupos de variáveis¹⁷:

1. Variáveis de identificação dos dados;
2. Variáveis sociodemográficas;
3. Variáveis de rendimentos e deduções;
4. Variáveis descritivas dos bens duráveis existentes em cada domicílio.

A partir das variáveis escolhidas foram feitas as concatenações e os cálculos pertinentes às informações necessárias para a aplicação das diferentes técnicas de separação dos domicílios em “classes” sociais.

Buscou-se escolher para as PNADs os mesmos grupos de variáveis, ou seja, variáveis de identificação, variáveis sociodemográficas, variáveis de rendimentos e deduções, e variáveis descritivas dos bens duráveis existentes nos domicílios¹⁸.

Cabe ainda a explicação de algumas definições adotadas pelo IBGE¹⁹ (2004), na POF 2002/2003:

- **Domicílio:** é a unidade amostral da pesquisa.
- **Domicílio particular permanente:** é aquele construído para servir exclusivamente à habitação e, no momento da coleta, tinha finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Em função de seus objetivos e características, nessa pesquisa somente foram entrevistados os domicílios particulares permanentes. Segundo Alves (2009), a definição de domicílio adotada pelo IBGE ressalta a importância da separação e da

¹⁶ São registros da POF: Domicílio; Pessoas; Condições de Vida na Unidade de Consumo; Inventário de Bens Duráveis da Unidade de Consumo; Despesas de 90 dias do Questionário de Despesa Coletiva; Despesas de 12 meses do Questionário de Despesa Coletiva; Outras Despesas do Questionário de Despesa Coletiva; Despesas com Serviços Domésticos do Questionário de Despesa Coletiva; Caderneta de Despesa Coletiva; Despesas do Questionário de Despesas Individuais; Despesas com Veículos Individual; Rendimentos e Deduções Individual; e Outros Rendimentos e Movimentação Financeira.

¹⁷ As variáveis e as categorias utilizadas na POF estão disponíveis no quadro A – Q.1 do Anexo.

¹⁸ As variáveis e as categorias utilizadas na Pnad estão disponíveis no quadro A – Q.2 do Anexo.

¹⁹ Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2002aquisicao/aquisicao.pdf>

independência, o colocando como “local estruturalmente separado e independente, que serve de habitação a uma ou mais pessoas”.

- **Unidade de Consumo:** “é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos”. Cabe observar que o termo “família” é considerado equivalente à Unidade de Consumo. “A Unidade de Consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns” (IBGE, 2004, Notas Técnicas – p.3).
- **Família:** “A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa – a Unidade de Consumo” [...] “O conceito de ‘família’ no IBGE refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas. Entretanto, na maior parte das situações, a Unidade de Consumo da POF coincide com a ‘família’” (IBGE, 2004, p.10), o que difere do conceito sociológico ou antropológico de ‘família’, isto é, uma pessoa que viva só seria considerada como família unipessoal, e pessoas sem laços de parentesco vivendo sob normas de convivência, também se constituiriam como um tipo de família.
- **Rendimento Monetário:** “todo e qualquer tipo de ganho monetário recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações” (IBGE, 2004, p.20). Compreende os rendimentos do trabalho, rendimentos auxiliares e transitórios, e a movimentação financeira líquida.
- **Rendimento Não-Monetário:** para seu cálculo é feito uma aproximação às despesas não-monetárias, ou seja, o rendimento não-monetário é a “parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado”,

acrescido da parcela referente ao “valor do rendimento não-monetário correspondente ao aluguel de imóveis”, porém com a dedução “das despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (2003)” (IBGE, 2004, p.23).

- **Despesas Monetárias:** “são as efetuadas através de pagamento, à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou cartão de crédito” (IBGE, 2004, p.15).
- **Despesas não-monetárias:** “correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa” (IBGE, 2004, p.15). O aluguel atribuído ao domicílio, cuja condição de ocupação era diferente de alugado, foi contabilizado como despesa não-monetária.

E também do termo “pessoa de referência”, utilizado tanto na POF, quanto na PNAD:

- **POF – Pessoa de Referência:** é “a pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa, etc.)” (IBGE, 2004, p.14). Naqueles casos em que não houve morador que se adequasse a esta descrição, passou-se a considerar a pessoa de referência como aquela identificada pelos demais moradores.
- **PNAD - Pessoa de Referência:** segundo IBGE (2008) é a pessoa responsável pela unidade de consumo (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros.

Para efeito nesta dissertação, utilizou-se o termo “chefe” como designação da pessoa de referência da unidade de consumo, e utilizou-se a unidade de consumo como *proxy* de domicílio. E o domicílio é utilizado ao longo deste estudo como unidade de análise.

Por fim, cabe mencionar que todas as análises, gráficos e tabelas presentes nessa dissertação foram elaborados a partir dos microdados²⁰ das bases anteriormente descritas, com o uso do software Statistical Analysis System – SAS.

Todas as estimativas inferenciais calculadas como, por exemplo, o rendimento médio e seu erro padrão, foram feitas via SAS, de acordo com o Método do Conglomerado Primário (Pessoa e Silva, 1998). Para tal foi utilizada a 'proc surveymeans', que leva em conta as variáveis PSU (unidade primária de amostragem) e Strata (identificação de estrato de município auto-representativo e não auto-representativo), e o peso dos domicílios. Todas estas informações estão disponíveis nas bases de dados da PNAD e da POF que foram utilizadas, exceto a PNAD de 1996, onde os dados de PSU e Strata foram obtidos por concatenação de outras variáveis de localização disponíveis na pesquisa, conforme indicação de técnicos do IBGE.

2.3 – Separação dos rendimentos monetários e não monetários na POF

A complexidade da POF faz necessárias algumas observações acerca do manuseio de seus microdados para a construção dos tipos de rendimentos.

A separação dos rendimentos monetários e não-monetários é importante para a comparação dos rendimentos obtidos pela POF e pela PNAD, uma vez que os rendimentos não-monetários não fazem parte dos rendimentos totais das PNADs. Como destacado na descrição da POF, o levantamento das despesas/aquisições não-monetárias foi um avanço da última pesquisa realizada, porém restringindo a investigação aos produtos físicos adquiridos de forma não-monetária (DINIZ et al.,

²⁰ O microdado (ou dado individual) representa o mais desagregado nível de informação de uma pesquisa, a partir do qual são possíveis reorganizações das informações, com a geração de novas análises estatísticas, orientadas pelos objetivos específicos de cada estudo.

2007). A partir dessas despesas/aquisições²¹ pode-se calcular o rendimento não-monetário, parte integrante dos rendimentos totais²².

A codificação dos produtos merece especial atenção, visto que a mera utilização da variável código do produto implicaria em erros na medida em que produtos diferentes possuem o mesmo código. O que os torna diferentes é o quadro que os contém, conforme mostra o Quadro 2.1. Cada quadro é referente a um tipo específico de despesas, ou ao inventário de bens duráveis do domicílio e ao período de referência (90 dias ou 12 meses).

Para identificar corretamente os produtos, se incorporou o número do quadro ao código do produto, por meio de uma manipulação algébrica, criando assim um novo código, de 7 dígitos, como demonstrado no Quadro 2.1:

Quadro 2.1 – Exemplo da estrutura de códigos e de recodificação de produtos da POF 2002/2003

| QUADRO | CÓDIGO | PRODUTO | RECODIFICAÇÃO |
|--------|--------|---|---------------|
| 7 | 101 | Água e esgoto (domicílio principal) | 0700101 |
| 8 | 101 | Azulejo e piso | 0800101 |
| 14 | 101 | Fogão | 1400101 |
| 15 | 101 | Exaustor | 1500101 |
| 7 | 501 | Gás de bujão (domicílio principal) | 0700501 |
| 8 | 501 | Cimento | 0800501 |
| 14 | 501 | Batedeira de bolo | 1400501 |
| 15 | 501 | Freezer | 1500501 |
| 7 | 1101 | Álcool (combustível doméstico) (domicílio principal) | 0701101 |
| 8 | 1101 | Ferragens (fechadura, ferro, arame, prego, etc) | 0801101 |
| 14 | 1101 | Máquina de lavar roupas | 1401101 |
| 15 | 1101 | Espremedor de frutas elétrico | 1501101 |

Fonte: IBGE, 2004 (Documento de Cadastro de Produtos POF 2002/2003).

²¹ As aquisições/despesas não-monetárias foram usadas como proxy dos rendimentos não-monetários.

²² Os rendimentos totais são obtidos pelo somatório dos rendimentos monetários, dos não-monetários e do aluguel estimado líquido.

Esta recodificação foi feita para os registros de despesas de 90 dias, de despesas de 12 meses, das outras despesas, das despesas com serviços domésticos, da caderneta, todos relativos às despesas coletivas; e também nos registros de despesas do questionário de despesas individuais e nos registros de despesas com veículos. No caso específico dos produtos alimentícios, materiais de limpeza e outros produtos agregados, utilizou-se o grupo (e não o quadro) para a criação dos novos códigos.

A partir dessa recodificação, para selecionar rendimentos não-monetários foram selecionados apenas os códigos cuja forma de obtenção foi por doação, retirada do negócio, troca, produção própria ou outras.

Os rendimentos monetários, por sua vez, foram compostos pelo somatório dos rendimentos do trabalho, das rendas auxiliares e transitórias, e da movimentação financeira líquida. Esses rendimentos podem ser encontrados nos quadros: 53 (Rendimentos do trabalho e deduções; Outros rendimentos), 54 (Outros rendimentos e dedução – rendimentos eventuais e transitórios) e 55 (Movimentação financeira) da POF.

Cabe salientar que os rendimentos auxiliares e transitórios compreendem um leque de rendimentos diversos, entre eles destacam-se: aposentadoria (oriundas de Previdência pública ou privada), bolsa de estudos, pensão alimentícia, mesada, doação de não-morador, aluguel/exploração de bens imóveis, aluguel/exploração de bens móveis, renda mínima, bolsa escola, auxílios (alimentação, transporte, combustível e doença), décimo terceiro salário, abono de férias, saque do PIS/PASEP, FGTS, indenizações trabalhistas, venda de imóveis e terrenos, lucro de negócios, ganho em jogos, herança, transferência patrimonial, indenização paga por seguradoras, empréstimos, entre outros.

Operou-se também uma manipulação algébrica para o cálculo da movimentação financeira líquida entre os valores de resgates e aplicações, de forma a obter os valores positivos da diferença entre eles.

Somente após o tratamento dado aos microdados foi possível o cálculo dos rendimentos monetários e não-monetários e dos tipos de rendimentos que os constituem.

2.4 - Técnicas de Estratificação

A literatura mostra uma enorme gama de formas de se definir estratos socioeconômicos, não existindo apenas uma forma correta, nem existindo formas “erradas”. A estratificação socioeconômica depende muito do critério buscado pelos pesquisadores, ou seja, como visto no Capítulo 1, não há um consenso sobre uma técnica de estratificação socioeconômica, por isso, nos trabalhos técnicos e acadêmicos normalmente é empregada aquela que mais se adéqua aos dados disponíveis e ao propósito específico (estudos socioeconômicos, estudos das interações entre estratos sociais e gênero, estudos do comportamento do consumidor, da segmentação de mercado, da desigualdade social, etc).

Dentre as inúmeras técnicas encontradas na literatura, destacou-se:

- Técnicas subjetivas: da autodefinição; e da reputação.
- Técnicas objetivas: medidas absolutas; e medidas relativas.

2.4.1 – Técnicas Subjetivas

Souza e Lamounier (2010) explicam que, sem que se atribua o rigor do conceito de “consciência de classe”, a idéia de “classes” socioeconômicas envolve um conjunto de valores, atitudes, crenças e estilos de vida. Os autores ressaltam que a definição econômica das “classes” pode mudar ao longo do tempo, porém seu significado moral e cultural tende a ser estável. Com isso, as técnicas subjetivas partiriam de pesquisas exploratórias de opinião com o intuito de identificar subjetivamente cada “classe”.

Engel, Blackwell e Miniard (1968) explicam que estas técnicas, basicamente qualitativas, envolvem relatórios de indivíduos de suas percepções sobre outras pessoas, onde é observada a consciência de pertinência dos membros a um estrato.

Podem ser considerados duas técnicas específicas:

- a) **Da autodefinição** - na qual o indivíduo entrevistado indica, em uma lista, a que estrato crê pertencer. Esta indicação pode ser direta ou comparativa com outros indivíduos. Nesse método também é possível que o indivíduo atribua uma nota (de 0 a 10) numa escala social, ou ainda situar-se sobre os degraus (10 degraus) de uma escada.
- b) **Da reputação** – na qual se recorre a uma pessoa bem informada e formadora de opinião, para que esta indique a que estrato social pertencem vários membros de seu círculo social, baseando-se em sua própria percepção ou atribuindo como referência as atividades/ocupações dos membros de seu círculo social consideradas como superiores ou inferiores.

Segundo os autores, ambas as técnicas são limitadas, sendo que a primeira leva a uma hipertrofia do estrato médio em países menos desiguais, enquanto que a segunda, além de lenta e cara, depende da qualificação e da objetividade dos entrevistadores. Por essas razões, técnicas subjetivas são pouco utilizadas, restringindo-se ao uso por pesquisadores de marketing e do comportamento do consumidor quando da confirmação de uma estratificação feita por alguma outra técnica, não qualitativa.

2.4.2 – Técnicas Objetivas

São técnicas fundamentadas em critérios socioeconômicos (basicamente educação; renda; e ocupação) e obtidas através da categorização dos indivíduos/famílias a partir das suas respostas a pesquisas quantitativas, por meio de questionários que fazem diversas perguntas factuais aos informantes e que são capazes de

proporcionar o levantamento de aspectos socioeconômicos de uma amostra representativa da sociedade ou de um grupo específico.

EDUCAÇÃO

Tradicionalmente a educação tem sido usada como critério de estratificação social no Brasil, segundo Souza e Lamounier (2010). Porém os autores ressaltam que, ao longo do tempo, esse critério tem perdido força como “marca de classe”, uma vez que há uma crescente demanda por educação, incentivada por maiores retornos financeiros, isto é, se outrora um certificado de conclusão de nível médio poderia abrir as portas de um bom emprego, atualmente o requisito mínimo para tal é um diploma de nível superior e a proficiência num segundo idioma, preferencialmente o inglês.

Para esses autores, a importância da educação, então, viria não apenas do fato dela se constituir como um fator determinante da ocupação exercida pelos indivíduos e de suas chances de mobilidade ocupacional futura, mas também pelo fato de que, quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo, maior seria a sua possibilidade de participação em redes sociais e de obtenção de um conjunto maior de informações.

RENDA

Ainda segundo Souza e Lamounier (2010), outra forma de estratificação seria baseada na renda, partindo-se do pressuposto de que “a classe a que um indivíduo pertence é determinada por quanto ele ganha” (p.15). Os limites de cada estrato, porém, diferirão ao se adotar a renda em termos de medidas absolutas, ou em termos de medidas relativas.

OCUPAÇÃO

O uso da ocupação como variável socioeconômica de estratificação deriva da idéia de que os rendimentos podem ser afetados por conjunturas econômicas que podem resultar em bruscas oscilações e incertezas em relação à estabilidade de uma determinada realidade financeira. Dessa forma, a estratificação por tipo de ocupação viria a propiciar uma abordagem de longo prazo (Souza e Lamounier, 2010).

2.4.2.1 – Medidas Absolutas

As medidas absolutas tem como característica a adoção de bandas fixas de renda para a delimitação de cada estrato.

Abaixo listamos algumas das diferentes medidas adotadas em estudos sobre o estrato médio em países em desenvolvimento:

- **Wilson e Dragusanu - Goldman Sachs (2008):** dividem a renda domiciliar total em três bandas e estratificam a sociedade a partir dessa divisão, sendo que a renda domiciliar total anual do estrato “baixo” variaria de US\$0 a US\$6.000; do estrato “médio”, de US\$6.000 a US\$30.000; e a renda domiciliar do estrato “alto” se encontraria acima de US\$30.000.
- **Barnajee e Duflo - pesquisadores do MIT (2007):** também dividem a renda domiciliar total em três bandas e estratificam a sociedade a partir dessa divisão, sendo que a renda domiciliar total mensal do estrato “baixo” variaria de US\$0 a US\$60; do estrato “médio”, de US\$60 a US\$300; e a do estrato “alto” se encontraria acima de US\$300.
- **Banco Mundial (Global Economic Prospects, 2007):** como os anteriores, também divide a renda domiciliar em três bandas e estratifica a sociedade a partir dessa divisão, sendo que a renda domiciliar total anual do estrato “baixo” variaria de US\$0 a US\$17000; do estrato “médio”, de US\$17000 a US\$70000 (o que equivaleria a renda mensal entre de US\$1417 e US\$5833); e a do estrato “alto” se encontraria acima de US\$70000.
- **Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Neri, 2008):** divide a renda domiciliar total mensal em quatro bandas distintas e estratifica a sociedade a partir dessa divisão, sendo que a renda domiciliar mensal do estrato “E” variaria entre R\$0,00 e R\$768,00; a do estrato “D”, entre R\$768,00 e R\$1.064,00; a do estrato “C”, entre R\$1.064,00 e R\$4.591,00; e a do estrato “A e B” se encontraria acima de R\$4.591,00. A

base de dados utilizada pelo estudo da FGV é a PME – Pesquisa Mensal de Emprego, em nível domiciliar. De acordo com a Série Relatórios Metodológicos do IBGE, a PME é uma pesquisa domiciliar mensal que tem por objetivo a produção de indicadores sobre a força de trabalho, de modo a permitir a avaliação de flutuações, a médio e longo prazo, do mercado de trabalho. Atualmente a PME abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador, e “as informações sociodemográficas são obtidas para todos os moradores entrevistados e as referentes à educação e trabalho, para os de 10 anos ou mais de idade” (IBGE, 2007, p.10).

Wilson e Dragusanu - Goldman Sachs (2008) alegam que, apesar de existirem diversas formas absolutas de medir os estratos sociais, nenhuma delas é errada. Cada medida é apropriada para uma determinada proposta de estudo socioeconômico. A vantagem do uso de medidas de referência internacional seria, então, a possibilidade de construção de um mapeamento global da distribuição de renda domiciliar de forma a propiciar a comparação entre os estratos socioeconômicos de diferentes países.

Guerra et al. (2006) acreditam que as medidas absolutas dificultam a realização de comparações internacionais ou até mesmo históricas, dada as diferenças relativas às condições econômicas de países ou ao longo do tempo.

2.4.2.2 – Medidas Relativas

Segundo Karsaklian (2000), o primeiro sistema de medida empírica dos estratos sociais foi criado pelo sociólogo americano Loyd Warner (1949). O ISC – Index of Status Characteristics, criado por Warner, é uma combinação ponderada de scores dados para a profissão, a fonte de renda (e não o valor bruto ou líquido), o tipo de habitação e o local de residência (qualidade da vizinhança).

O United States Bureau of the Census, por sua vez, desenvolveu e utiliza uma medida multivariada, chamada SES – Socioeconomic Status Score, que combina o status da ocupação e o nível de instrução do chefe da família (ou do responsável pelo domicílio), com a renda domiciliar, para fazer sua estratificação socioeconômica.

Outras medidas relativas tem característica univariada, ou seja, tem seu foco na análise da distribuição de renda domiciliar, fazendo um mapeamento das parcelas relativas de cada estrato específico na renda total.

Banerjee e Duflo (2007), da Escola de Gestão do MIT – Massachusetts Institute of Technology – ordenam em ordem decrescente a renda domiciliar total e dividem a sociedade em três estratos, a partir da mediana da renda, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Representação dos Estratos Sociais segundo o MIT

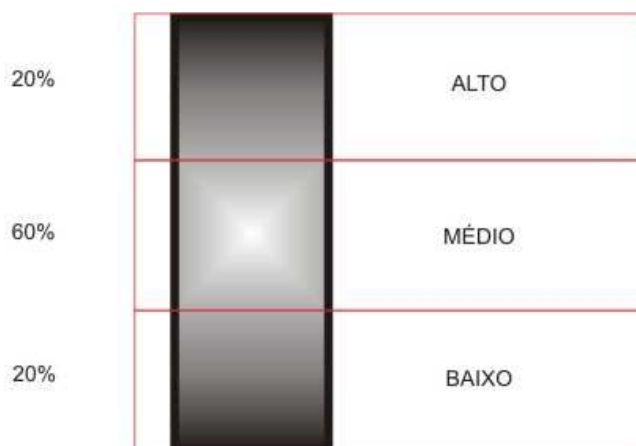


Fonte: Baseado em BANERJEE, A.; DUFLO, E. "What is Middle Class about the Middle Class around the World?" (2007).

Esta forma de estratificação, no entanto, não permite que seja feita uma comparação dos estratos brasileiros com estratos de outros países, uma vez que a mediana de renda difere entre os países.

A Universidade de Nova Iorque, por sua vez, também ordena a renda domiciliar total em ordem decrescente, porém a divide em quintis, agregando os 3 quintis intermediários para constituir o estrato médio, conforme a Figura 2:

Figura 2 – Representação dos Estratos Sociais segundo a Universidade de Nova Iorque



Outra medida relativa muito utilizada em estudos sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil e, também, pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é a divisão da renda total em decis, sendo que parte dos pesquisadores adota a estratificação 10/50/40 (10% mais ricos, 50% intermediários, 40% mais pobres), enquanto que outros adotam a 10/40/50 (10% mais ricos, 40% intermediários, 50% mais pobres).

Guerra et al. (2006) utilizam algumas medidas de estratificação sendo uma delas a divisão da renda em décimos, porém definindo o estrato “médio” como aquele situado nos quatro décimos mais altos, excluindo desse espectro de quatro décimos apenas o centésimo de renda mais elevada, que seria equivalente ao estrato “alto”. Dessa forma, o estrato “baixo” seria composto pelos seis décimos de renda mais baixos.

De fato, nenhum destes cortes empregados apresenta uma explicação clara e argumentativa sobre que aspecto levou o autor a crer que um corte seria melhor do que outro. Ocorre que não existe um critério errado e tão pouco ideal, mas a escolha de qualquer um deles deve estar embasada em fatos/dados empíricos.

Por fim, uma medida relativa comumente utilizada é o chamado Critério Brasil²³, criado pela ABA/Abipeme - Associação Brasileira de Anunciantes/Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa (2008), a partir de experiências similares em vários países como França, Inglaterra, México, Estados Unidos e Canadá, e amplamente utilizado pela área de mercado. Este critério é baseado em um sistema de pontuação padronizado, que faz o levantamento da capacidade de consumo domiciliar, de forma a ser um eficiente estimador do seu potencial de consumo.

Souza e Lamounier (2010) classificam o Critério Brasil como uma variante da estratificação baseada em renda, uma vez que esta é feita pelo potencial de consumo familiar, e não diretamente por seu rendimento. O Critério Brasil só pode ser aplicado em pesquisas que averiguam o grau de instrução dos chefes dos domicílios e as quantidades dos bens duráveis presentes nos lares, como é o caso da POF, isto é, não pode ser aplicado aos dados censitários ou das PNADs, visto que estes perguntam sobre a existência de bens e não sobre suas quantidades.

O Quadro 2.1 contém o sistema de pontuação adotado pelo Critério Brasil 2008, sendo 0 a pontuação mínima e 46 a pontuação máxima possível.

²³ O Critério Brasil adota o termo “classe social”, porém não no sentido sociológico, mas com o mesmo sentido de “estrato social” utilizado nesta dissertação, conforme é explicado no documento de divulgação dos critérios de ranqueamento: “O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado é exclusivamente de classes econômicas”. (ABEP e IBOPE, s.d).

Quadro 2.1 – Critério Brasil 2008: Sistema de Pontos

| POSSE DE ITENS NO DOMICÍLIO | NÃO TEM | TEM (QUANTIDADE) | | | |
|---|---------|---------------------------------------|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Televisão em cores | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Videocassete/dvd | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Rádios | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Banheiros | 0 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Automóveis | 0 | 4 | 7 | 9 | 9 |
| Empregadas Mensalistas | 0 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Máquina de lavar | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Geladeira | 0 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Freezer* | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| *independente ou segunda porta da geladeira | | | | | |
| GRAU DE INSTRUÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA | | | | | |
| Nomenclatura Antiga | Pontos | Nomenclatura Atual | | | |
| Analfabeto / Primário Incompleto | 0 | Analfabeto / até 3ª Série Fundamental | | | |
| Primário Completo | 1 | 4ª Série Fundamental | | | |
| Ginasial Completo | 2 | Fundamental Completo | | | |
| Colegial Completo | 4 | Médio Completo | | | |
| Superior Completo | 8 | Superior Completo | | | |

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa - ABEP (2008).

Os itens máquina de lavar, geladeira e freezer apresentam pontuação constante, independente da quantidade existente no domicílio. Os demais itens apresentam pontuação crescente conforme a quantidade existente. Já a instrução do “chefe” agrega pontuação crescente e alta, principalmente para curso superior. A instrução do “chefe” é utilizada porque, em geral, a instrução do responsável pelo domicílio é maior do que a do cônjuge.

A Tabela 2.1 contém os pontos de corte das classes/grupos socioeconômicos adotados pelo critério. São 5 classes, sendo que as classes A, B e C são subdivididas em duas subclasses cada uma. A classe média é, neste critério, entendida como sendo a classe C, a qual é subdividida em C1 e C2, o que corresponderia à classe média alta e classe média, respectivamente.

Tabela 2.1 – Pontos de corte das classes de propensão ao consumo, segundo Critério Brasil 2008.

| CLASSE | QTDE. de PONTOS |
|-----------|-----------------|
| Classe A1 | 42 a 46 |
| Classe A2 | 35 a 41 |
| Classe B1 | 29 a 34 |
| Classe B2 | 23 a 28 |
| Classe C1 | 18 a 22 |
| Classe C2 | 14 a 17 |
| Classe D | 8 a 13 |
| Classe E | 0 a 7 |

Fonte: ABEP (2008).

Dessa forma, o Critério Brasil discrimina grandes grupos de acordo com sua capacidade de consumo de produtos e serviços acessíveis a um percentual significativo da população, e classifica os domicílios assumindo o pressuposto de que a classe é uma característica familiar²⁴. Cabe salientar que a estratificação por este critério pode gerar algumas distorções entre o rendimento total domiciliar e a classe em que este domicílio se encaixa, na medida em que o que é averiguado é a posse de um determinado item e sua quantidade no domicílio, mas não o seu estado de conservação, nem a forma de obtenção desse item,.

²⁴ Deve-se observar que, para o Critério Brasil há equivalência entre os termos família e domicílio, isto é, que cada domicílio comportaria apenas uma família. Como a estratégia adotada para esta dissertação parte da aplicação do Critério Brasil à POF, a unidade de análise utilizada no decorrer do estudo, na POF e nas PNADs, é o domicílio.

A descrição das bases e das variáveis escolhidas para a realização deste estudo, e a descrição dos métodos de estratificação socioeconômica mais encontrados na literatura fornecem o ferramental necessário para a escolha da técnica de estratificação que possibilitará o traçado do perfil da “classe” média brasileira em termos de dimensão, rendimentos, distribuição geográfica, composição domiciliar e familiar, educação e ocupação; e do seu potencial de consumo (a partir da posse de bens) no período compreendido entre 1996 e 2008.

CAPÍTULO 3 – CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL

Neste capítulo é apresentada uma análise para a escolha da técnica de estratificação socioeconômica a ser aplicada na definição dos estratos socioeconômicos e, conseqüentemente, para a identificação da classe média ou, seguindo terminologia sugerida por Pereira (2006), do *estrato* médio brasileiro. São comparadas as seguintes técnicas: de agrupamento de décimos de rendimento domiciliar mensal na proporção 10/30/60; agrupamento de décimos de rendimento domiciliar mensal na proporção 10/40/50; agrupamento em quintos de rendimento domiciliar mensal; proposta pela NYU; proposta pelo MIT; e Critério Brasil. A aplicação do Critério Brasil, contudo, só é possível nos dados da POF. Dessa forma, como estratégia de pesquisa, as técnicas de estratificação socioeconômica são aplicadas na POF para, posteriormente a técnica selecionada ser aplicada à PNAD. O desenvolvimento dessa estratégia, no entanto, implica na comparação dos rendimentos domiciliares coletados pela POF e pela PNAD, de forma a determinar em que circunstâncias estes rendimentos são comparáveis. Assim inicialmente é apresentada uma análise comparativa das informações sobre rendimentos disponíveis nas bases de dados utilizadas: POF e PNAD.

O capítulo está dividido em 3 seções: na primeira há uma comparação das distribuições de rendimento domiciliar mensal na POF 2002/2003 e na PNAD 2002, de forma a mostrar a diferença entre as bases, que é sugerida pela literatura; na segunda, são aplicadas e comparadas as técnicas de medidas relativas de estratificação socioeconômica na POF, tendo como base o Critério Brasil (também uma medida relativa, porém não baseado no rendimento domiciliar); e, na terceira, é feita a validação da medida escolhida.

3.1 – Comparando os rendimentos coletados pela POF 2002/2003 e pela PNAD 2002

Os dados apresentados nesta seção são baseados na POF e na PNAD, pesquisas que, desde seu desenho amostral, e de sua forma de coleta de dados, até as definições de conceitos importantes utilizados para embasar a coleta dos dados, apresentam diferenças fundamentais. Uma das diferenças se trata do período de referência da coleta dos dados como um todo e sobre as informações sobre os rendimentos, em particular. Com o intuito de tornar os dados o mais comparáveis possível, algumas medidas foram adotadas. Em primeiro lugar, em relação ao período de referência, todos os valores monetários foram expressos em Reais de Maio de 2009. Dessa forma, como as informações da POF possuem como referência o mês de Janeiro de 2003, e os dados da PNAD, o mês de Setembro de 2002, optou-se por corrigir seus valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC²⁵), utilizando as taxas de 1,41467 e 1,56339 respectivamente.

Outros aspectos relevantes de diferença entre as bases, e que podem implicar numa pequena perda de informações são:

- o fato da PNAD 2002 não incluir a área rural da região Norte;
- a POF levar em consideração apenas para os domicílios particulares permanentes; e
- não haver imputação de informações não declaradas.

²⁵ Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtml

Com isso, para a realização da comparação entre as bases POF e PNAD, eliminou-se a área rural da região Norte na POF e utilizou-se as informações dos domicílios particulares permanentes nas duas pesquisas.

Talvez a questão mais relevante a ser levada em consideração na comparação entre os rendimentos domiciliares declarados seja o fato de que os rendimentos domiciliares totais na POF são compostos por rendimentos monetários e não-monetários, acrescidos do aluguel líquido estimado, enquanto que os valores não-monetários e os aluguéis estimados não são levantados pela PNAD. Assim, para dar início à análise dos rendimentos nas bases selecionadas, verificou-se a necessidade de se avaliar a utilização apenas do valor do rendimento monetário domiciliar mensal na comparação com os valores de rendimento mensal domiciliar da PNAD.

Na Tabela 3.1, que apresenta a composição dos rendimentos domiciliares mensais médios, segundo tipo de recebimento, pode ser observado que 86% do rendimento mensal domiciliar total médio²⁶ da POF são relativos ao rendimento monetário, 4% ao rendimento não-monetário e 10% ao aluguel líquido estimado. Outra observação é a de que os rendimentos oriundos do trabalho respondem pela maior porção dos rendimentos monetários, mas uma parte significativa também é devida aos rendimentos auxiliares e transitórios. A movimentação financeira, por outro lado, pouco contribui aos rendimentos monetários.

Ainda em relação à Tabela 3.1, pode-se verificar pelas distâncias interquartílicas que a distribuição de rendimentos e de seus componentes é não normal e assimétrica para a direita.

²⁶ O cálculo dos rendimentos médios e do seu erro padrão foi feito, como dito anteriormente, via SAS, de acordo com o Método do Conglomerado Primário (Pessoa e Silva, 1998).

Tabela 3.1 – Composição dos Rendimentos Domiciliares Mensais Médios na POF, segundo tipo de recebimento (em R\$ e %), Brasil 2002/2003

| Componente | R\$ | Erro Padrão | Mínimo | Q1 | Mediana | Q3 | Máximo | Composição (%) |
|--|----------|-------------|--------|--------|----------|----------|------------|----------------|
| Rendimento Total | 2.570,75 | 42,80 | 6,13 | 741,44 | 1.373,44 | 2.734,63 | 545.002,56 | 100 |
| Rendimento Monetário | 2.201,39 | 38,21 | 0,00 | 533,33 | 1.082,22 | 2.335,97 | 544.189,13 | 86 |
| <i>Rendimentos do Trabalho</i> | 1.423,16 | 23,23 | 0,00 | 246,72 | 696,30 | 1.589,38 | 514.939,88 | 55 |
| <i>Rendimentos Auxiliares e Transitórios</i> | 738,81 | 19,55 | 0,00 | 43,61 | 274,04 | 665,18 | 105.994,15 | 29 |
| <i>Movimentação Financeira</i> | 39,42 | 8,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 49.777,53 | 2 |
| Rendimento Não-Monetário | 115,11 | 7,98 | 0,00 | 0,00 | 15,99 | 84,54 | 148.911,70 | 4 |
| Aluguel Líquido Estimado | 254,25 | 4,54 | 0,00 | 0,00 | 159,86 | 325,37 | 31.108,03 | 10 |

Fonte: POF 2002/2003, valores atualizado pelo INPC (Maio 2009).

Para uma breve ilustração da diferença de rendimentos, procedeu-se uma análise comparativa inicial dos dados de rendimento domiciliar da POF e da PNAD disponíveis na Tabela 3.2, onde se observa que a diferença entre o rendimento mensal monetário domiciliar médio na POF e o rendimento mensal total da PNAD é de 19,77%. Para a construção desta tabela foram somados, na POF, os rendimentos auxiliares e transitórios com a movimentação financeira, que receberam a denominação de '*outros rendimentos*', de forma a tornar possível a comparação do componente 'rendimento do trabalho' e do conjunto de componentes do grupo formado por '*outros rendimentos*', da POF e da PNAD.

É importante, também, observar que a amplitude dos rendimentos na POF e na PNAD é bastante distinta, sendo a amplitude dos rendimentos monetários da POF 2,26 vezes maior do que a amplitude dos rendimentos totais da PNAD. O que, por sua vez, se reflete na diferença entre os rendimentos medianos, que é de 9,88% (POF/PNAD). Observa-se também que, enquanto a amplitude interquartílica dos rendimentos monetários domiciliares mensais na POF é de R\$1.802,64, a amplitude interquartílica dos rendimentos mensais totais na PNAD é de R\$1.407,05, ou seja, diferem em 28,11% (POF/PNAD).

Ainda observando-se a Tabela 3.2, verifica-se que a média do componente 'rendimento do trabalho' corresponde a 64,65% do rendimento monetário mensal médio na POF, enquanto que o componente 'outros rendimentos' corresponde a 35,35%. Já na PNAD, o componente 'rendimento do trabalho' corresponde a 77,37% do rendimento monetário mensal médio, enquanto que o componente 'outros rendimentos' corresponde a 22,63%. Assim, pode-se concluir que, como visto no Capítulo 2, a PNAD não capta adequadamente algumas fontes de renda, como o rendimentos de ativos e as rendas voláteis/eventuais, como por exemplo o 13º salário, o abono de férias, horas extras, além daqueles rendimentos originários de aluguéis, vendas, doações, auxílios, aplicações de capital e os ganhos com loterias e jogos de azar, ou seja, há uma melhor apuração dos chamados 'outros recebimentos' pela POF.

É possível verificar, também, que a amplitude do componente 'rendimento do trabalho' é bastante distinta entre as bases, sendo que a amplitude dos rendimentos do trabalho da POF é 4,39 vezes maior do que a amplitude dos rendimentos do trabalho da PNAD e que a amplitude interquartílica desses rendimentos na POF é de R\$1.342,66, enquanto que da PNAD é de R\$1.250,71. A mediana dos rendimentos do trabalho da POF é, no entanto, menor do que a mediana da PNAD.

Por fim, observando-se o componente denominado 'outros rendimentos' na Tabela 3.2, tem-se que a média deste componente na POF é 1,87 vezes maior do que a média deste componente na PNAD, dado o fato de que a POF capta melhor este componente.

Tabela 3.2 – Comparação entre os rendimentos mensais domiciliares da POF e da PNAD (em R\$)

| Rendimento Domiciliar | | POF 2002/2003 | PNAD 2002 |
|--|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Rendimento Mensal Total Médio | | 2.570,75 | - |
| Rendimento Monetário Mensal Médio | <i>Médio</i> | <i>2.201,39</i> | <i>1.837,96</i> |
| | Máx | 544.189,13 | 240.762,06 |
| | Total | | |
| | Q3 | 2.335,97 | 1.954,24 |
| | Med | 1.082,22 | 984,94 |
| | Q1 | 533,33 | 547,19 |
| | Mín | 0,00 | 0,00 |
| | <i>Médio</i> | <i>1.423,16</i> | <i>1.422,01</i> |
| | Máx | 514.939,88 | 117.254,25 |
| | Rendimento do Trabalho | | |
| | Q3 | 1.589,38 | 1.563,39 |
| | Med | 696,3 | 726,98 |
| | Q1 | 246,72 | 312,68 |
| | Mín | 0,00 | 0,00 |
| | <i>Médio</i> | <i>778,24</i> | <i>415,95</i> |
| | Máx | 105.994,15 | 240.762,06 |
| | Outros Rendimentos | | |
| | Q3 | 670,55 | 343,95 |
| Med | 282,93 | 0,00 | |
| Q1 | 45,69 | 0,00 | |
| Mín | 0,00 | 0,00 | |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003 e da PNAD 2002, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

A distribuição percentual do rendimento domiciliar mensal, segundo a composição do tipo de rendimento, mostra que os rendimentos monetários têm pesos distintos no rendimento total em todos os décimos de rendimento. Pode-se observar na Tabela 3.3, que apresenta a composição relativa dos rendimentos domiciliares por décimos de rendimento, maior peso dos rendimentos não-monetários e do aluguel estimado líquido nos primeiros décimos de rendimentos domiciliares totais (aqueles de menor rendimento domiciliar médio total), comparado aos últimos décimos (aqueles de maior rendimento domiciliar total médio), cujo componente mais relevante é o rendimento monetário.

Tabela 3.3 – Composição Relativa dos Rendimentos Domiciliares nos décimos de rendimento da POF (em %)

| Décimos | Componentes do Rendimento Mensal Domiciliar Médio | | | |
|--------------|---|-----------|---------------|--------------------------|
| | Rendimento Total Mensal Domiciliar Médio | Monetário | Não-Monetário | Aluguel Líquido Estimado |
| Total | 100 | 86 | 4 | 10 |
| 1 | 100 | 65 | 13 | 22 |
| 2 | 100 | 71 | 10 | 19 |
| 3 | 100 | 74 | 8 | 17 |
| 4 | 100 | 76 | 7 | 17 |
| 5 | 100 | 78 | 7 | 15 |
| 6 | 100 | 80 | 6 | 15 |
| 7 | 100 | 82 | 5 | 13 |
| 8 | 100 | 85 | 4 | 11 |
| 9 | 100 | 88 | 3 | 9 |
| 10 | 100 | 90 | 4 | 6 |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003, valores do rendimento domiciliar atualizado pelo INPC (Maio 2009).

Sendo assim, verifica-se a necessidade de optar-se pelo uso do rendimento monetário mensal domiciliar, e não do rendimento mensal domiciliar total, para efeito da comparação entre os rendimentos da POF e os rendimentos da PNAD, e para efeito da aplicação das diferentes medidas relativas de estratificação socioeconômica. No entanto, deve-se estar atento para o fato de que este procedimento somente minimiza as diferenças entre os rendimentos monetários provenientes da POF, comparados aos da PNAD. Uma comparabilidade completa não é possível devido às características das pesquisas.

3.2– As Medidas Relativas de estratificação socioeconômica aplicadas a POF 2002/2003

No Capítulo 2 foram listadas algumas das medidas relativas de estratificação socioeconômica dos domicílios disponíveis na literatura nacional e internacional. É importante destacar que, dentre estas definições, apenas o Critério Brasil não utiliza o rendimento domiciliar como ponto de partida para a estratificação. O Critério Brasil faz uso da noção de propensão ao consumo domiciliar, independentemente do número de pessoas residentes no domicílio e, a partir de uma escala proposta, divide os domicílios em “classes” ou grupos socioeconômicos²⁷.

A partir da literatura, verificou-se que esta metodologia é a que possibilita a melhor identificação do estrato médio no Brasil, de forma mais estável, ou de outra forma, menos suscetível a variações econômicas conjunturais. Por esta característica, optou-se pela aplicação do Critério Brasil na POF como referência de estratificação e a ele serão comparadas as demais medidas relativas, de forma a possibilitar a escolha de uma medida a ser utilizada na PNAD.

Vale lembrar que não é feita a aplicação direta do Critério Brasil na PNAD porque essa base de dados, apesar de nos informar da existência ou não nos domicílios dos itens de estratificação do Critério Brasil, não nos informa a quantidade destes itens, impossibilitando assim aplicação direta desta metodologia.

²⁷ Vale aqui ressaltar que para o Critério Brasil, a classe/estrato é uma característica domiciliar. Soma-se a isso o fato de que, como visto no Capítulo 2, não é feita na literatura levantada (Guerra et al, 2006; Bernajee e Duflo, 2007; Banco Mundial, 2007; Wilson e Dragusanu, 2008; Neri, 2008) nenhuma aplicação de método de padronização dos rendimentos (como adulto equivalente ou rendimento domiciliar per capita, por exemplo), ou seja, faz-se uso do rendimento domiciliar. Com isso, baseado na literatura e em função da opção feita pelo Critério Brasil como base comparativa dos critérios de estratificação socioeconômica, optou-se por não se aplicar nenhum tipo de padronização dos rendimentos, quer seja por adulto equivalente, quer seja adotando o rendimento domiciliar per capita. Em linhas gerais, esta prática é adotada por tratar-se de estudo sobre posse de bens e serviços e não estudo sobre pobreza.

3.2.1 – O Critério Brasil

A aplicação do Critério Brasil aos dados da POF é direta e, portanto, não precisa de nenhuma adaptação. O resultado da distribuição dos domicílios segundo “classes sociais” é apresentado na Tabela 3.4. Observa-se que ao redor de 1% dos domicílios estão na classe A, pouco mais de dois quintos estão na classe D, quase um quinto dos domicílios estão na classe E e na classe C, considerada a classe média, é composta por mais de um quarto dos domicílios brasileiros, em 2002/2003.

Na mesma Tabela 3.4, observa-se o rendimento monetário mensal médio dos domicílios por classe socioeconômica. O maior percentual encontrado é formado por domicílios das classes D e E, ou seja, em 2002/2003 o Brasil era um país de classe “baixa”²⁸ em função da grande concentração de domicílios nestas classes, cujo rendimento monetário mensal médio é de R\$988,59 e R\$513,09, respectivamente²⁹. Já os menores percentuais são referentes aos domicílios das classes A1, A2 e B1, que são as classes de maior rendimento monetário mensal médio. Verifica-se também que o rendimento médio monetário mensal domiciliar situa-se entre as classes C1 e C2.

O Critério Brasil discrimina grandes grupos de acordo com sua capacidade de consumo de determinados produtos e serviços, classificando-os a partir de um sistema de pontos, descrito no Capítulo 2. A estratificação por este critério, entretanto, pode gerar algumas distorções como as que podem ser observadas nos valores mínimos e máximos das classes da Tabela 3.4, de rendimentos monetários mensais domiciliares das classes socioeconômicas segundo o Critério Brasil. Visto que o que é averiguado pelo Critério Brasil é a posse de um determinado item e sua quantidade no domicílio, mas não o seu estado de conservação, nem a forma de obtenção desse item, domicílios de rendimento monetário baixo, mas que possuem itens do critério em função de uma doação ou herança, podem pertencer às classes mais altas. Da mesma forma, domicílios que não possuem itens em quantidade

²⁸ Assumindo que as classes A1, A2, B1 e B2 são representantes da comumente conhecida “classe alta”, as classes C1 e C2 representam a “classe média” e as classes D e E representam a “classe baixa”.

²⁹ O salário mínimo da época era de R\$200,00 (R\$282,93 em valores de Maio de 2009).

suficiente para obter uma pontuação elevada, mesmo com rendimentos elevados, não pertencerão às classes mais altas.

Tabela 3.4 – Estatísticas básicas da distribuição dos Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares, segundo classes socioeconômicas calculadas pelo Critério Brasil, Brasil, 2002/2003.

| Classe | N | n | % | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | Q1 (R\$) | MEDIANO (R\$) | Q3 (R\$) | Máx (R\$) |
|---------------------|------------|--------|-------|-------------|----------------------|-----------|----------|---------------|-----------|------------|
| A1 | 35.808 | 36 | 0,07 | 15.386,00 | (2.482,88) | 406,72 | 7.591,45 | 15.204,85 | 16.378,23 | 45.816,45 |
| A2 | 724.115 | 539 | 1,49 | 14.204,00 | (861,56) | 58,36 | 6.966,32 | 10.723,55 | 18.705,67 | 96.179,88 |
| B1 | 1.713.453 | 1.337 | 3,53 | 9.015,53 | (320,21) | 61,54 | 4.668,41 | 7.159,89 | 10.759,89 | 544.189,13 |
| B2 | 4.139.153 | 3.149 | 8,53 | 5.282,06 | (160,64) | 0,00 | 2.520,81 | 4.144,70 | 6.382,00 | 104.471,87 |
| C1 | 6.550.937 | 5.431 | 13,50 | 2.923,07 | (60,07) | 0,00 | 1.435,89 | 2.364,03 | 3.554,90 | 51.881,61 |
| C2 | 9.012.954 | 7.623 | 18,57 | 1.848,56 | (42,52) | 0,00 | 853,52 | 1.388,85 | 2.240,84 | 57.913,47 |
| D | 19.689.541 | 21.139 | 40,57 | 988,59 | (12,34) | 0,00 | 443,26 | 744,12 | 1.213,43 | 38.549,76 |
| E | 6.668.677 | 9.314 | 13,74 | 513,09 | (16,23) | 0,00 | 203,71 | 352,49 | 613,97 | 40.997,14 |
| Σ | 48.534.638 | 48.568 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Média Brasil | | | | 2.201,39 | (38,21) | 0,00 | 533,33 | 1.082,22 | 2.335,97 | 544.189,13 |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Fazendo um agrupamento das subclasses na Tabela 3.5, de rendimentos monetários mensais domiciliares das classes socioeconômicas, segundo o Critério Brasil, agrupadas, fica ainda mais evidente a enorme diferença entre os rendimentos mensais médios auferidos pela população em domicílios da classe A e os rendimentos mensais médios auferidos pela classe E, isto é, 1,18% dos domicílios brasileiros – aqueles da classe A, possuem um rendimento médio 27,8 vezes maior que do que os 19,18% da classe E. Ainda mais, os domicílios da classe A possuem um rendimento médio 14,4 vezes maior do que os 43,52% da classe D. O agrupamento das classes C1 e C2 possui um rendimento monetário médio mensal domiciliar 4,52% maior que o rendimento monetário médio dos domicílios brasileiros. A diferença entre o valor médio e o mediano do rendimento monetário mensal domiciliar na classe C mostra que, apesar da média deste rendimento ser de R\$2.300,83, 50% dos domicílios brasileiros desta classe auferiam até R\$1.727,33 mensais.

Tabela 3.5 – Estatísticas básicas da distribuição de Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares das Classes Socioeconômicas, segundo o Critério Brasil, Agrupadas, Brasil, 2002/2003.

| Classes Agrupadas | N | n | % | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | MEDIANO (R\$) | Máx (R\$) |
|---------------------|------------|--------|--------|-------------|-------------------|-----------|---------------|------------|
| A | 759.923 | 575 | 1,57% | 14.260,00 | (823,94) | 58,36 | 11.011,34 | 96.179,88 |
| B | 5.852.606 | 4.486 | 12,06% | 6.375,10 | (159,95) | 0,00 | 4839,62 | 544.189,13 |
| C | 15.563.891 | 13.054 | 32,07% | 2.300,83 | (37,25) | 0,00 | 1.727,33 | 57.913,47 |
| D | 19.689.541 | 21.139 | 40,57% | 988,59 | (12,34) | 0,00 | 744,12 | 38.549,76 |
| E | 6.668.677 | 9.314 | 13,74% | 513,09 | (16,23) | 0,00 | 352,49 | 40.997,14 |
| Média Brasil | | | | 2.201,39 | (38,21) | 0,00 | 1.082,22 | 544.189,13 |

Fonte: POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Existem duas possibilidades para a adaptação do Critério Brasil aos dados da PNAD. Um deles seria a utilização dos limites de renda do grupo identificado como Classe C, porém, pelos motivos anteriormente descritos, isto não seria possível na medida em que, mesmo com a média de rendimentos sendo de R\$2.300,83, os limites inferior e superior são zero e R\$57.913,47, respectivamente. Outra alternativa seria a identificação do grupo que engloba a classe C, relativamente. Pelo Critério Brasil, foi visto que este engloba cerca de 32% dos domicílios. Assim, a partir desta informação e das técnicas utilizadas por outros pesquisadores, efetuou-se a escolha do corte percentual a ser empregado na delimitação da classe média (classe C), a quem se denominou “estrato médio” brasileiro.

3.2.2 – Aplicações de Outras Medidas Relativas de Estratificação Socioeconômica

De forma a estabelecer a medida relativa a ser utilizada neste estudo, para o desenho de um panorama sociodemográfico do estrato médio brasileiro (“classe” média) e suas tendências de crescimento, aplicou-se as demais técnicas objetivas de estratificação socioeconômica. A primeira técnica utilizada é aquela que reproduz de forma aproximada os percentuais obtidos para cada estrato socioeconômico obtido a partir da aplicação do Critério Brasil de forma agrupada, ou seja, 10% mais ricos, 30% intermediários e 60% mais pobres.

Na Tabela 3.6, de rendimentos monetários mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos agrupados, observa-se que os domicílios 10% mais ricos, auferem um rendimento mensal médio 15,6 vezes maior que os domicílios 60% mais pobres, os quais vivem com um rendimento mensal médio de R\$658,26, enquanto que os mais ricos vivem com um rendimento mensal médio acima de 10 mil reais mensais. Os domicílios 30% intermediários auferem um rendimento mensal médio 12,74% superior ao da classe C do Critério Brasil, que representa 32,07%. Percebe-se, ainda, que pelo Critério Brasil a classe C brasileira seria constituída por 15,5 milhões de domicílios, enquanto que pelo agrupamento de décimos de renda na proporção 10/30/60, o grupo correspondente a “classe” média corresponderia a pouco mais de

14,5 milhões de domicílios. Por fim, verifica-se que o rendimento médio é razoavelmente maior neste agrupamento e que a porção de população mais pobre é relativamente alta.

Tabela 3.6 – Estatísticas básicas da distribuição de Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo o Agrupamento de Décimos (10/30/60), Brasil, 2002/2003.

| Agrupamento de Decis | N | n | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | MEDIANO (R\$) | Máx (R\$) |
|--|-------------------|---------------|-----------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| 10% mais Ricos | 4.851.759 | 3.665 | 10.286,00 | (246,63) | 4.933,01 | 7.775,24 | 544.189,13 |
| 30% intermediários | 14.559.769 | 16.486 | 2.594,01 | (16,74) | 1.427,39 | 2.335,97 | 4.933,01 |
| 60% mais Pobres | 29.123.110 | 28.417 | 658,26 | (4,06) | 0,00 | 623,32 | 1.427,17 |
| <i>Critério Brasil – Classe C</i> | 15.563.891 | 13.054 | 2.300,83 | (37,25) | 0,00 | 1.727,33 | 57.913,47 |

Fonte: POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Na tentativa de verificar se haveria uma outra forma de agrupamento que mais se aproximasse do valor do rendimento monetário médio mensal para os domicílios da classe C do Critério Brasil, aplicou-se a proporção de 10/40/50, utilizada por Barros e Mendonça (1995); Barros, Mendonça e Duarte (1997); e Hoffmann (1998 e 2002). Observa-se, na Tabela 3.7 de rendimentos monetários mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos agrupados que, apesar do número de domicílios integrantes do agrupamento dos 40% intermediários ser ainda maior do que o da classe C segundo o Critério Brasil (19, 4 e 15,5 milhões respectivamente), o valor do rendimento monetário mensal médio auferido por esses domicílios é mais próximo ao da classe C do que o valor do agrupamento realizado na Tabela 3.6. De fato, esse rendimento é apenas 2% menor do que o da classe C segundo o Critério Brasil. Isso ocorre porque ao incorporar domicílios ao agrupamento intermediário, por estes serem oriundos do agrupamento inferior, de menor rendimento monetário médio mensal, o rendimento do grupamento intermediário se reduz.

Tabela 3.7 – Estatísticas básicas da distribuição Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo o Agrupamento de Décimos (10/40/50), Brasil, 2002/2003.

| Agrupamento de Decis | N | n | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | MEDIANO (R\$) | Máx (R\$) |
|-----------------------------------|------------|--------|-------------|-------------------|-----------|---------------|------------|
| 10% mais Ricos | 4.851.759 | 3.665 | 10.286,00 | (246,63) | 4.933,01 | 7.775,24 | 544.189,13 |
| 40% intermediários | 19.421.516 | 16.486 | 2.255,72 | (16,24) | 1.082,22 | 1.966,03 | 4.931,78 |
| 50% mais Pobres | 24.261.363 | 28.417 | 541,16 | (3,34) | 0,00 | 533,33 | 1.082,18 |
| Critério Brasil – Classe C | 15.563.891 | 13.054 | 2.300,83 | (37,25) | 0,00 | 1.727,33 | 57.913,47 |

Fonte: POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Ao utilizar-se a medida utilizada por Hoffmann (2007), de quintos de rendimento monetário domiciliar mensal médio, e considerando-se como estrato médio o terceiro quinto (20%) intermediário, é possível a comparação com o Critério Brasil agrupado em cinco classes distintas, como proposto pela Tabela 3.8 de rendimentos monetários mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos. Nessa medida, o corte é homogêneo, de forma que cada faixa é composta de 20% dos domicílios. Observa-se, porém, que com essa medida a quantidade de domicílios das classes C e D fica bastante reduzida, da mesma forma em que ficam reduzidos todos os rendimentos mensais médios de cada classe. O mesmo pode ser visto no valor dos rendimentos monetários mensais domiciliares medianos de todas as classes, que também ficam menores do que os encontrados quando se utiliza o Critério Brasil. Dessa forma, entende-se que esta medida de estratificação socioeconômica não pode ser considerada como adequadamente próxima ao Critério Brasil.

Tabela 3.8 – Estatísticas básicas da distribuição Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo Quintos de Rendimentos, Brasil, 2002/2003.

| QUINTIS | N | n | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | MEDIANO (R\$) | Máx (R\$) |
|------------------------|--------------------------|----------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|------------------------|-------------------------|
| A | 9.710.858 | 7.448 | 7.006,98 | (144,20) | 2.857,63 | 4.931,78 | 544.189,13 |
| B | 9.700.669 | 8.209 | 2.023,51 | (8,02) | 1.427,39 | 1.966,14 | 2.856,43 |
| C | 9.709.093 | 9.405 | 1.094,04 | (3,05) | 820,41 | 1.082,22 | 1.427,17 |
| D | 9.708.649 | 11.158 | 623,45 | (1,69) | 432,32 | 623,32 | 820,30 |
| E | 9.705.368 | 12.348 | 257,14 | (1,96) | 0,00 | 286,71 | 432,32 |
| <i>Critério</i> | | | | | | | |
| <i>Brasil –</i> | <i>15.563.891</i> | <i>13.054</i> | <i>2.300,83</i> | <i>(37,25)</i> | <i>0,00</i> | <i>1.727,33</i> | <i>57.913,47</i> |
| <i>Classe C</i> | | | | | | | |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Já ao se fazer uso da medida proposta pela Universidade de Nova Iorque - NYU, é possível a realização da estratificação a partir da divisão do rendimento monetário mensal domiciliar em quintos e do agrupamento dos três quintos intermediários como estrato médio, deixando os 20% superiores como o estrato alto e os 20% inferiores como o estrato baixo, conforme a Tabela 3.9 de rendimentos monetários domiciliares dos estratos socioeconômicos. Observa-se que mesmo com o número elevado de domicílios pertencendo ao estrato médio, o valor dos rendimentos monetários mensais médio e mediano são inferiores ao valor dos rendimentos da classe C obtida pela aplicação do Critério Brasil, por conta de sua composição que engloba boa parte dos domicílios que pertenceriam à classe D, segundo o Critério Brasil. Assim, pode-se concluir que essa medida não pode ser considerada como adequadamente próxima a medida do Critério Brasil, por não apresentar semelhanças nem em termos de rendimento monetário mensal médio, nem em termos de número de domicílios.

Tabela 3.9 – Estatísticas básicas da distribuição Rendimentos Monetários Mensais Domiciliares dos Estratos Socioeconômicos, segundo a Universidade de Nova Iorque (NYU), Brasil, 2002/2003.

| Estrato NYU | N | n | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | MEDIANO (R\$) | Máx (R\$) |
|---------------------------------|------------|----------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------------|------------------|
| Alto | 9.710.858 | 7.448 | 7.006,98 | (144,20) | 2.857,63 | 4.931,78 | 544.189,13 |
| Médio | 29.118.411 | 28.772 | 1.246,78 | (7,37) | 432,32 | 1.082,22 | 2.856,43 |
| Baixo | 9.705.368 | 12.348 | 257,14 | (1,96) | 0,00 | 286,71 | 432,32 |
| <i>Critério</i> | | | | | | | |
| <i>Brasil – Classe C</i> | 15.563.891 | 13.054 | 2.300,83 | (37,25) | 0,00 | 1.727,33 | 57.913,47 |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Por fim, ao utilizar-se a medida proposta pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT, cujos resultados se encontram na Tabela 3.10, de rendimentos monetários mensais domiciliares, verifica-se que o estrato C (MIT) difere da classe C agrupada do Critério Brasil, tanto em termos dos rendimentos monetários mensais domiciliares médio e mediano, quanto em termos de número de domicílios. Verifica-se também que o tamanho do estrato A/B fica superestimado, enquanto que seu rendimento médio fica reduzido, uma vez que englobaria os domicílios das classes A, B e C obtidas a partir do Critério Brasil. Por outro lado, o estrato D/E bastante fica subestimado, também diferindo do Critério Brasil e da realidade socioeconômica brasileira de 2002/2003. Dessa forma, também se optou por descartar essa medida relativa de estratificação socioeconômica.

Tabela 3.10 – Estatísticas básicas da distribuição rendimentos monetários mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos, segundo o Massachusetts Institute of Technology (MIT), Brasil, 2002/2003.

| Estrato MIT | N | n | % | MÉDIO (R\$) | ERRO PADRÃO (R\$) | Mín (R\$) | MEDIANO (R\$) | Máx (R\$) |
|--|-------------------|---------------|----------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------------|------------------|
| A/B | 20.294.386 | 16.487 | 41,8 | 4.380,46 | (79,87) | 1.352,90 | 2.760,73 | 544.189,13 |
| C | 8.987.557 | 8.742 | 18,5 | 1.060,17 | (2,78) | 811,75 | 1.053,05 | 1.352,74 |
| D/E | 19.252.694 | 23.339 | 39,7 | 437,17 | (2,66) | 0,00 | 429,52 | 811,67 |
| <i>Critério Brasil – Classe C</i> | 15.563.891 | 13.054 | - | 2.300,83 | (37,25) | 0,00 | 1.727,33 | 57.913,47 |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Como demonstrado pela estratificação socioeconômica do Critério Brasil, o país em 2002 possuía uma grande proporção de domicílios concentrada nas classes D e E, o que é corroborado pela literatura. Dessa forma, ao se realizar estas comparações entre as medidas relativas, buscou-se uma forma de estratificação socioeconômica, baseada em renda, que possibilitasse retratar essa realidade e que espelhasse, de modo similar, a estratificação resultante do Critério Brasil. As medidas que melhor se adéquam a este propósito são aquelas com a divisão dos rendimentos monetários mensais domiciliares médios em décimos e o posterior agrupamento nas proporções 10/30/60 e 10/40/50, resultando nos estratos denominados de “10% mais ricos”, “30% intermediários” e “40% mais pobres”, e “10% mais ricos”, “40% intermediários” e “50% mais pobres”, respectivamente.

3.3 – Seleção da técnica de delimitação do Estrato Médio

Com o intuito de proporcionar a escolha da medida de décimos agrupados que melhor se adéque ao propósito deste estudo, efetuou-se a comparação da posse dos itens constituintes do Critério Brasil (em quantidade) com a posse dos mesmos

itens nas medidas relativas de proporção 10/30/60 e 10/40/50, conforme a Tabela 3.12, apenas para a “classe” média brasileira.

Observa-se que há uma maior proximidade entre a quantidade média de bens e de anos de estudo da pessoa de referência dos domicílios do estrato médio, segundo o Critério Brasil e o agrupamento de decis na proporção 10/40/50, validando assim a medida de agrupamento de décimos. O número mínimo e a mediana do Critério Brasil são coincidentes com a proporção 10/30/60 e, quando comparado com o número mínimo e a mediana da proporção 10/40/50, há diferença apenas na mediana do número de anos de estudo da pessoa de referência do domicílio. Os erros padrão do número médio dos itens do Critério Brasil e das proporções são aproximadamente iguais.

Ainda sobre a Tabela 3.11, verifica-se que o número médio de itens obtidos para a classe C, segundo o Critério Brasil, é superior ao número mediano, exceto para os itens “empregada mensalista” e “anos de estudo”, que efetivamente são os itens cuja manutenção e ampliação tem maior impacto no orçamento mensal de um domicílio. Pode parecer curioso o fato do item “carro” possuir média próxima à mediana e não se comportar como os itens “empregada mensalista” e “anos de estudo”, porém, na medida em que o Critério Brasil averigua a posse e não o estado de conservação, nem o uso/manutenção deste bem, é compreensível este comportamento específico. Máquina de lavar roupas, geladeira e freezer (ou segunda porta de geladeira duplex), tv e vídeo cassete/dvd são itens presentes em todos os domicílios, e não há um só domicílio que não possua pelo menos um banheiro. Por fim, observa-se que em média, os domicílios da classe C, possuem pessoa de referência cujos anos de estudo equivalem ao fundamental incompleto.

Tabela 3.11 – Estatísticas básicas das quantidades de bens presentes nos domicílios do estrato médio, segundo o Critério Brasil, proporções 10/30/60 e 10/40/50, Brasil, 2002/2003.

| ITENS | CRITÉRIO BRASIL | | | | | PROPORÇÃO 10/30/60 | | | | | PROPORÇÃO 10/40/50 | | | | |
|----------------------|-----------------|-------------|-----|---------|-----|--------------------|-------------|-----|---------|-----|--------------------|-------------|-----|---------|-----|
| | NÚMERO MÉDIO | ERRO PADRÃO | MÍN | MEDIANA | MÁX | NÚMERO MÉDIO | ERRO PADRÃO | MÍN | MEDIANA | MÁX | NÚMERO MÉDIO | ERRO PADRÃO | MÍN | MEDIANA | MÁX |
| TV | 1,44 | 0,01 | 1 | 1 | 7 | 1,56 | 0,01 | 1 | 1 | 8 | 1,48 | 0,01 | 1 | 1 | 8 |
| Vídeo/dvd | 1,05 | 0,01 | 1 | 1 | 4 | 1,10 | 0,01 | 1 | 1 | 7 | 1,09 | 0,01 | 1 | 1 | 7 |
| Rádio | 1,17 | 0,00 | 1 | 1 | 8 | 1,21 | 0,01 | 1 | 1 | 8 | 1,19 | 0,01 | 1 | 1 | 8 |
| Carro | 1,04 | 0,02 | 1 | 1 | 4 | 1,13 | 0,01 | 1 | 1 | 4 | 1,12 | 0,01 | 1 | 1 | 4 |
| Empregada Mensalista | 0,57 | 0,00 | 0 | 1 | 4 | 0,59 | 0,02 | 0 | 1 | 4 | 0,60 | 0,02 | 0 | 1 | 4 |
| Máquina de Lavar | 1,02 | 0,00 | 1 | 1 | 3 | 1,02 | 0,00 | 1 | 1 | 3 | 1,02 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Geladeira | 1,03 | 0,01 | 1 | 1 | 4 | 1,05 | 0,00 | 1 | 1 | 4 | 1,04 | 0 | 1 | 1 | 4 |
| Freezer | 1,05 | 0,01 | 1 | 1 | 3 | 1,05 | 0,01 | 1 | 1 | 3 | 1,05 | 0,01 | 1 | 1 | 3 |
| Banheiros | 1,29 | 0,00 | 1 | 1 | 13 | 1,36 | 0,01 | 0 | 1 | 13 | 1,31 | 0,01 | 0 | 1 | 13 |
| Anos de Estudo | 7,27 | 0,01 | 0 | 8 | 17 | 7,48 | 0,07 | 0 | 8 | 17 | 7,00 | 0,07 | 0 | 7 | 17 |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003, valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Como os resultados encontrados na Tabela 3.11 foram muito próximos, optou-se por averiguar outras características dos domicílios brasileiros de classe média de forma a embasar a escolha por uma das duas medidas relativas: a proporção 10/30/60 ou a proporção 10/40/50. Dessa forma, na Tabela 3.12, verificou-se o percentual de domicílios do estrato médio brasileiro por grau de instrução e por faixa etária da pessoa de referência do domicílio. Observa-se que há uma coincidência entre todas as medidas de estratificação quanto a ordem de grandeza de cada grau de instrução, sendo que para os graus de instrução que vão da 4ª série fundamental ao fundamental completo e no nível superior completo, a proporção 10/40/50 mais se aproxima do percentual de domicílios encontrados pelo Critério Brasil, enquanto que no grau “analfabeto/3ª série fundamental” e médio completo, a proporção 10/30/60 é a que mais se aproxima do percentual de domicílios encontrados pelo Critério Brasil. Já com relação à faixa etária da pessoa de referência do domicílio do estrato médio brasileiro, também há uma coincidência entre todas as medidas de estratificação quanto a ordem de grandeza de cada faixa, sendo que os percentuais encontrados para a proporção 10/40/50 nas faixas de 15 até 60 anos foram mais próximos aos percentuais encontrados a partir da utilização do Critério Brasil. Para a proporção 10/30/60, apenas o percentual de domicílios da faixa acima de 60 anos foi mais próxima do percentual de domicílios encontrados pela utilização do Critério Brasil.

Tabela 3.12 – Percentual de domicílios do estrato médio brasileiro por grau de instrução e faixa etária da pessoa de referência, segundo técnicas de classificação do estrato médio, Brasil, 2002/2003.

| | Características | CRITÉRIO BRASIL | PROPORÇÃO 10/30/60 | PROPORÇÃO 10/40/50 |
|--------------------------|-------------------------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| Grau de Instrução | Analfabeto/até 3ª série fundamental | 16,53% | 20,29% | 22,79% |
| | 4ª série fundamental | 31,72% | 27,60% | 29,78% |
| | Fundamental completo | 19,66% | 16,90% | 17,09% |
| | Médio completo | 29,24% | 27,20% | 23,88% |
| | Superior completo | 2,86% | 8,02% | 6,46% |
| Faixa Etária | 15 a 29 anos | 14,00% | 12,16% | 12,75% |
| | 30 a 44 anos | 41,94% | 40,08% | 40,12% |
| | 45 a 60 anos | 28,59% | 32,63% | 31,07% |
| | 60 anos ou mais | 15,47% | 15,13% | 16,06% |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003.

Ainda com o objetivo de embasar a decisão por uma medida relativa de estratificação socioeconômica que mais se aproximasse do perfil de classe média obtido pela utilização do Critério Brasil, avaliou-se na Tabela 3.13, o tipo de arranjo familiar dos domicílios do estrato médio brasileiro. Para tal, fez-se uso de um conjunto de 12 arranjos distintos, cuja configuração poderia impactar em maior ou menor grau o pertencimento de um domicílio a uma determinada classe social. Os arranjos estabelecidos foram:

- Unipessoal: onde há apenas um morador no domicílio;
- Casal sem filhos;
- Casal sem filhos e outros: onde entende-se por outros aquela pessoa residente do domicílio que seja agregado, pensionista, empregado ou parente de empregado;

- Casal com 1 ou 2 filhos;
- Casal com 3 ou mais filhos;
- Casal com 1 ou 2 filhos e outros: onde entende-se por outros aquela pessoa residente do domicílio que seja agregado, pensionista, empregado ou parente de empregado;
- Casal com 3 ou mais filhos e outros: onde entende-se por outros aquela pessoa residente do domicílio que seja agregado, pensionista, empregado ou parente de empregado;
- Monoparental com 1 ou 2 filhos: onde os filhos residem apenas com a mãe ou com o pai;
- Monoparental com 3 ou mais filhos: onde os filhos residem apenas com a mãe ou com o pai;
- Monoparental com 1 ou 2 filhos e outros: onde os filhos residem apenas com a mãe ou com o pai e onde entende-se por outros aquela pessoa residente do domicílio que seja agregado, pensionista, empregado ou parente de empregado;
- Monoparental com 3 ou mais filhos e outros: onde os filhos residem apenas com a mãe ou com o pai e onde entende-se por outros aquela pessoa residente do domicílio que seja agregado, pensionista, empregado ou parente de empregado;
- Pessoas sem laço de parentesco.

Verifica-se que, em todas as três medidas de estratificação socioeconômica, o arranjo de maior percentual é o do tipo “casal com um ou dois filhos”, seguido pelo arranjo de “casal com 3 ou mais filhos” e “casal sem filhos” enquanto que o arranjo de menor percentual é o “monoparental com 3 ou mais filhos e outros”. O arranjo do tipo “casal com um filho ou dois filhos e outros” e o arranjo do tipo “unipessoal” também se destacam nas três medidas de estratificação. A proporção cujos percentuais mais se aproximam daqueles obtidos pela aplicação do Critério Brasil é

a 10/40/50.

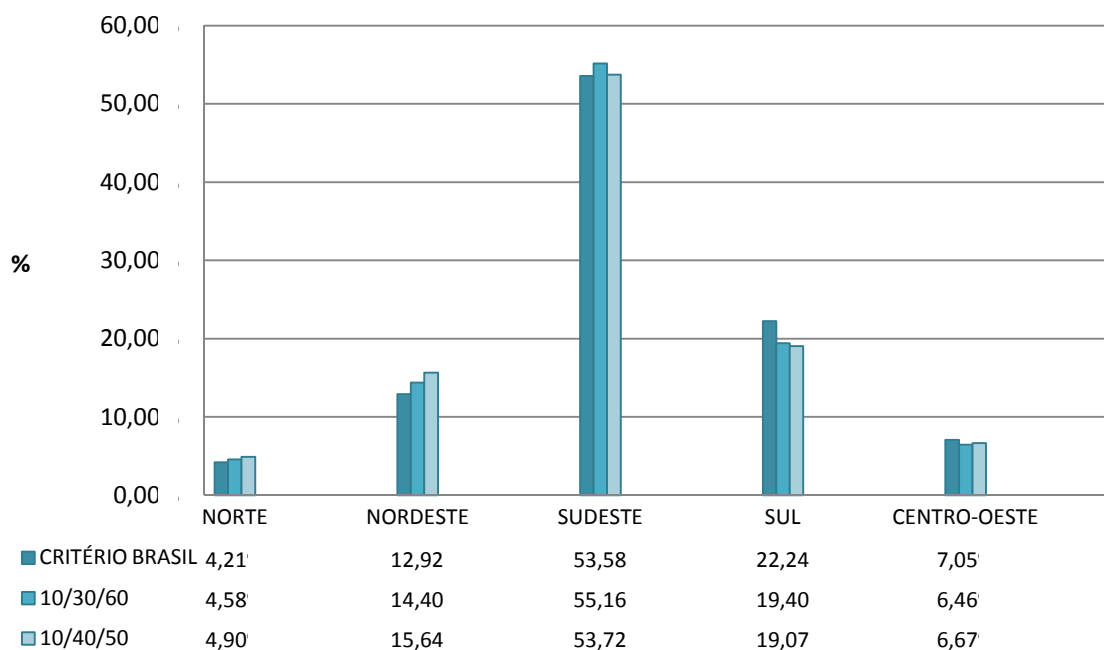
Tabela 3.13 – Percentual de domicílios do estrato médio brasileiro por tipo de arranjo familiar segundo técnicas de classificação do estrato médio, Brasil, 2002/2003.

| Tipo de Arranjo Familiar | CRITÉRIO BRASIL | PROPORÇÃO 10/30/60 | PROPORÇÃO 10/40/50 |
|--|------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Unipessoal | 8,05% | 6,78% | 6,55% |
| Casal sem filhos | 12,34% | 10,58% | 10,89% |
| Casal sem filhos e outros | 2,19% | 2,14% | 2,21% |
| Casal com 1 ou 2 filhos | 37,37% | 36,53% | 35,74% |
| Casal com 3 ou mais filhos | 12,15% | 12,62% | 13,14% |
| Casal com 1 ou 2 filhos e outros | 7,09% | 8,19% | 8,13% |
| Casal com 3 ou mais filhos e outros | 2,69% | 4,30% | 4,28% |
| Monoparental com 1 ou 2 filhos | 7,49% | 6,43% | 6,60% |
| Monoparental com 3 ou mais filhos | 1,61% | 2,11% | 2,05% |
| Monoparental com 1 ou 2 filhos e outros | 3,81% | 4,52% | 4,70% |
| Monoparental com 3 ou mais filhos e outros | 0,73% | 1,47% | 1,35% |
| Pessoas sem laços de parentesco | 4,48% | 4,33% | 4,36% |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003.

Verificou-se também a proporção de domicílios do estrato médio pelas grandes regiões brasileiras. No Gráfico 3.1 observa-se que há maior predominância do estrato médio na região sudeste, seguido da região sul e da região nordeste, para as três medidas de estratificação empregadas. As regiões com menor proporção do estrato médio são a norte e a centro-oeste. Com relação à comparação entre as proporções obtidas a partir da utilização das medidas de estratificação, pode-se perceber que a proporção 10/30/60 é a que propicia 3 em cinco proporções mais próximas daquelas obtidas pela aplicação do Critério Brasil.

Gráfico 3.1 – Percentual de domicílios do estrato médio por grandes regiões brasileiras, segundo técnicas de classificação do estrato médio, Brasil, 2002/2003.



Fonte: Microdados da POF 2002/2003.

Por fim, com o propósito de sanar qualquer dúvida sobre que medida relativa de estratificação socioeconômica deveria ser escolhida para a continuidade deste estudo, observou-se a composição relativa das despesas mensais dos domicílios do estrato médio brasileiro, na Tabela 3.14. As despesas foram dispostas em grandes grupos e percebeu-se que os grupos de maior impacto mensal nos domicílios do estrato médio, independente da medida de estratificação socioeconômica empregada, eram com alimentação, habitação e transporte, enquanto que as de menor impacto eram com educação e lazer/recreação. Observa-se que a composição relativa de despesas obtida com a utilização da medida de estratificação socioeconômica que emprega a proporção 10/40/50 foi mais próxima daquela obtida com a estratificação segundo o Critério Brasil.

Tabela 3.14 – Composição relativa das despesas mensais dos domicílios do estrato médio brasileiro. Brasil, 2002/2003.

| Tipo de Despesa | CRITÉRIO BRASIL | PROPORÇÃO 10/30/60 | PROPORÇÃO 10/40/50 |
|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| Alimentação | 19,92% | 19,38% | 20,50% |
| Habitação | 38,93% | 36,35% | 37,26% |
| Vestuário | 5,27% | 5,64% | 5,75% |
| Transporte | 13,86% | 14,26% | 13,38% |
| Saúde | 5,27% | 5,46% | 5,36% |
| Educação | 2,09% | 2,57% | 2,19% |
| Lazer/Recreação | 3,63% | 4,05% | 3,79% |
| Outras | 11,03% | 12,29% | 11,77% |

Fonte: Microdados da POF 2002/2003.

Tendo em mente que a escolha de uma medida de estratificação socioeconômica para o estudo da “classe” média (classe C) implica na delimitação da “classe” baixa (classes D e E) e da “classe” alta (classes A e B), e observando que as diferenças entre a proporção 10/30/60 e a proporção 10/40/50 são muito pequenas, apenas apresentando uma leve prevalência da proporção 10/40/50 como medida que melhor se adequaria ao propósito de espelhar de modo similar a estratificação resultante do Critério Brasil, optou-se pela proporção 10/40/50, como medida de estratificação. Dessa forma, a estratificação resulta nos estratos denominados “10% mais ricos”, “40% intermediários” e “50% mais pobres”, onde a classe C segundo o Critério Brasil (ou o estrato médio da sociedade) seria espelhada pelo estrato “40% intermediário”.

Vale lembrar que não há medida correta ou medida errada para a estratificação social, como visto nos capítulos anteriores. Há, contudo, aquela que melhor se adequa aos dados disponíveis e ao estudo proposto.

CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL

Neste capítulo é traçado um perfil sociodemográfico da “classe”³⁰ média brasileira, suas tendências de crescimento no período de 1996 a 2008, e seu potencial de consumo, a partir dos microdados da PNAD. O capítulo está dividido em 3 seções: na primeira é traçado o perfil da “classe” média brasileira em termos de rendimentos, dimensão e distribuição geográfica; na segunda são apresentadas a composição domiciliar e familiar, e seu perfil quanto a educação e ocupação; e, na terceira, é avaliado o seu potencial de consumo, a partir de sua posse de bens, no período compreendido entre 1996 e 2008.

³⁰ Optou-se pela grafia do termo classe entre aspas de forma a deixar absolutamente claro de que não se trata do sentido sociológico do termo nesta dissertação, e sim, de sua caracterização como estrato socioeconômico.

4.1– Rendimentos, dimensão e distribuição geográfica do estrato médio brasileiro no período de 1996 a 2008

Após a definição da medida relativa de estratificação socioeconômica a ser aplicada nos microdados das PNADs dos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008, observou-se a flutuação do contingente populacional dos três estratos (alto, médio e baixo) e dos seus rendimentos médios e medianos, mínimos e máximos; e, a partir da observação do valor mínimo e máximo dos rendimentos do estrato médio no ano de 2002, estabeleceu-se uma banda fixa de modo a permitir a observação da flutuação do contingente populacional, em termos absolutos.

Como visto no Capítulo 1, a distribuição de rendimentos no Brasil é caracterizada por um elevado grau de iniquidade, porém na Tabela 4.1, de rendimentos mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008, pode-se observar a redução continuada da desigualdade (medida como a diferença relativa entre o rendimento domiciliar médio mensal e o rendimento mediano³¹), sendo mais acentuada entre 2002 e 2008; e o crescimento do rendimento médio em todos os estratos, no período entre 2002 e 2008.

Também, como discutido no Capítulo 1 e corroborando os resultados analisados por Guerra et al (2006, p.60) e Ramos (2008), o rendimento médio mensal domiciliar brasileiro sofreu uma queda logo assim que se esgotaram os efeitos benéficos do controle inflacionário que havia sido alcançado com o Plano Real, que associado ao baixo crescimento econômico, levaram ao aumento do desemprego nos últimos anos da década de 90, estabilizando entre 2001 e 2005. De fato, após esse período de recessão no início dos anos 2000, o rendimento domiciliar passou a crescer e, associado à expansão do crédito ao consumidor, levou a expansão do estrato médio brasileiro. Este aspecto fica evidente ao se observar o rendimento domiciliar médio mensal nacional e dos estratos no ano de 1996, na Tabela 4.1, que é superior ao rendimento domiciliar médio mensal nacional e dos estratos do ano de 2002, e seu posterior crescimento ao longo dos demais anos. Cabe registrar que foram

³¹ Diferença relativa entre o rendimento médio mensal brasileiro e o rendimento que 50% dos domicílios brasileiros auferem mensalmente.

desconsiderados, nesta análise, os dados referentes aos rendimentos ignorados, que totalizaram percentual de 2,43 para o ano de 1996, 2,01 para 2002, 2,13 para 2006 e 2,98 para 2008.

Tabela 4.1 – Rendimentos mensais domiciliares dos estratos socioeconômicos brasileiros, nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008.

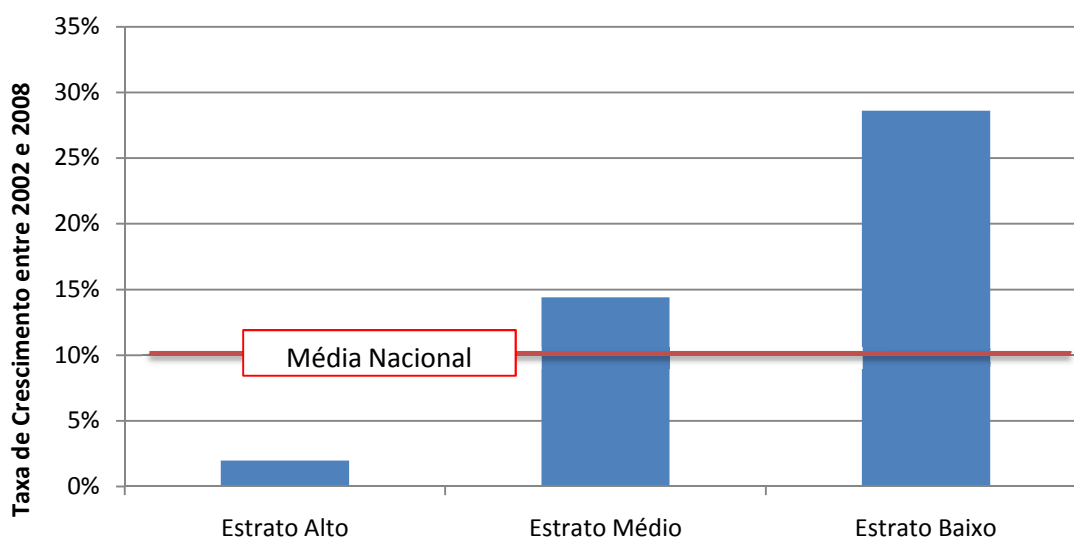
| | N | n | % | Rend. Médio | Erro Padrão | Rend. Mínimo | Rend. Mediano | Rend. Máximo | Diferença Relativa entre Rend. Médio e Mediano dos Domicílios Totais |
|------|--------------|-------------------|----------------|-------------|-----------------|--------------|---------------|-----------------|--|
| 1996 | 10 | 4.077.283 | 8.663 | 10,51 | 8.747,32 | 99,66 | 4.490,70 | 6.736,05 | 142.579,73 |
| | 40 | 15.316.242 | 32.094 | 39,50 | 2.110,41 | 6,44 | 1.075,52 | 1.852,41 | 4.483,96 |
| | 50 | 19.385.951 | 41.605 | 49,99 | 526,14 | 1,76 | 0 | 502,96 | 1073,28 |
| | Total | 38.779.476 | 82.362 | 100 | 2.016,24 | 24,35 | 0 | 1075,52 | 142.579,73 |
| 2002 | 10 | 4.658.658 | 10.250 | 10,00 | 8105,95 | 98,17 | 3.927,24 | 6.253,56 | 240.762,06 |
| | 40 | 18.576.263 | 39.973 | 39,86 | 1.905,10 | 5,06 | 986,5 | 1.682,21 | 3.924,11 |
| | 50 | 23.363.791 | 53.477 | 50,14 | 534,76 | 1,49 | 0 | 547,19 | 984,94 |
| | Total | 46.598.712 | 103.700 | 100 | 1.837,96 | 19,77 | 0 | 984,94 | 240.762,06 |
| 2006 | 10 | 5.201.242 | 11.024 | 9,89 | 8.282,18 | 93,04 | 4.070,30 | 6.336,22 | 161.370,27 |
| | 40 | 21.080.164 | 43.784 | 40,10 | 2.056,07 | 4,88 | 1.159,12 | 1.831,11 | 4.069,14 |
| | 50 | 26.287.877 | 58.401 | 50,01 | 632,11 | 1,65 | 0 | 633,62 | 1.157,96 |
| | Total | 52.569.283 | 113.209 | 100 | 1.960,01 | 19,93 | 0 | 1.157,96 | 161.370,27 |
| 2008 | 10 | 5.497.860 | 11.132 | 10,0 | 8.266,65 | 84,34 | 4.167,72 | 6.314,72 | 168.737,60 |
| | 40 | 21.352.751 | 41.843 | 38,83 | 2.179,53 | 4,72 | 1.243,28 | 1.982,41 | 4.166,68 |
| | 50 | 28.133.103 | 58.623 | 51,17 | 687,67 | 1,88 | 0 | 688,41 | 1.242,24 |
| | Total | 54.983.714 | 111.598 | 100 | 2.024,86 | 8,94 | 0 | 1.242,24 | 168.737,60 |

Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008.
Valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

De forma a melhor visualizar a variação do rendimento médio mensal domiciliar, calculou-se a taxa de crescimento do rendimento médio mensal para os estratos socioeconômicos e para o rendimento médio mensal brasileiro, no período entre

2002 e 2008 (Gráfico 4.1). Verifica-se que a taxa de crescimento do estrato médio e do estrato baixo foi maior que a taxa de crescimento do rendimento médio nacional e também maior que a taxa de crescimento do estrato alto, reafirmando a queda da desigualdade socioeconômica em termos de rendimentos.

Gráfico 4.1 – Taxa de crescimento do rendimento domiciliar médio mensal dos estratos socioeconômicos e do rendimento domiciliar médio mensal nacional entre os anos de 2002 e 2008.



Fonte: Microdados das PNADs 2002, 2006 e 2008.
Valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Ainda em relação à Tabela 4.1, aplicando-se a medida de proporção 10/40/50 para a estratificação socioeconômica no Brasil³², observou-se que o número de domicílios do estrato médio passou de 15,3 milhões em 1996 para 21,3 milhões de domicílios em 2008, domicílios esses cujo rendimento médio mensal auferido variou entre R\$1.243,28 e R\$4.166,68. Souza e Lamounier (2010, p.165) destacam que a queda da desigualdade de renda abriu espaço para a ascensão de grandes contingentes sociais a patamares mais altos e que é neste quadro que se insere a emergência de novos domicílios ao estrato médio, favorecido em larga escala pelo aumento da oferta de empregos formais e pelo aumento real dos rendimentos.

³² Onde o estrato alto corresponde aos domicílios 10% mais ricos, o estrato baixo corresponde aos domicílios 50% mais baixos, e o estrato médio corresponde aos 40% intermediários.

A análise do perfil do estrato médio ao longo do período entre 1996 e 2008, a partir da medida relativa definida em 10/40/50 permite seu acompanhamento longitudinal e a verificação de flutuações no processo de redução das desigualdades entre os estratos. No entanto, por se tratar de uma medida relativa, a análise fica restrita ao processo distributivo no qual, se um estrato aumenta sua participação relativa, outro estrato necessariamente terá sua participação reduzida. Dessa forma, para que seja possível a análise do crescimento absoluto do estrato médio brasileiro, definiu-se como uma banda fixa de variação de rendimentos médios mensais domiciliares os valores mínimo e máximo encontrados para o ano de 2002³³: R\$986,50 e R\$3.924,11, respectivamente.

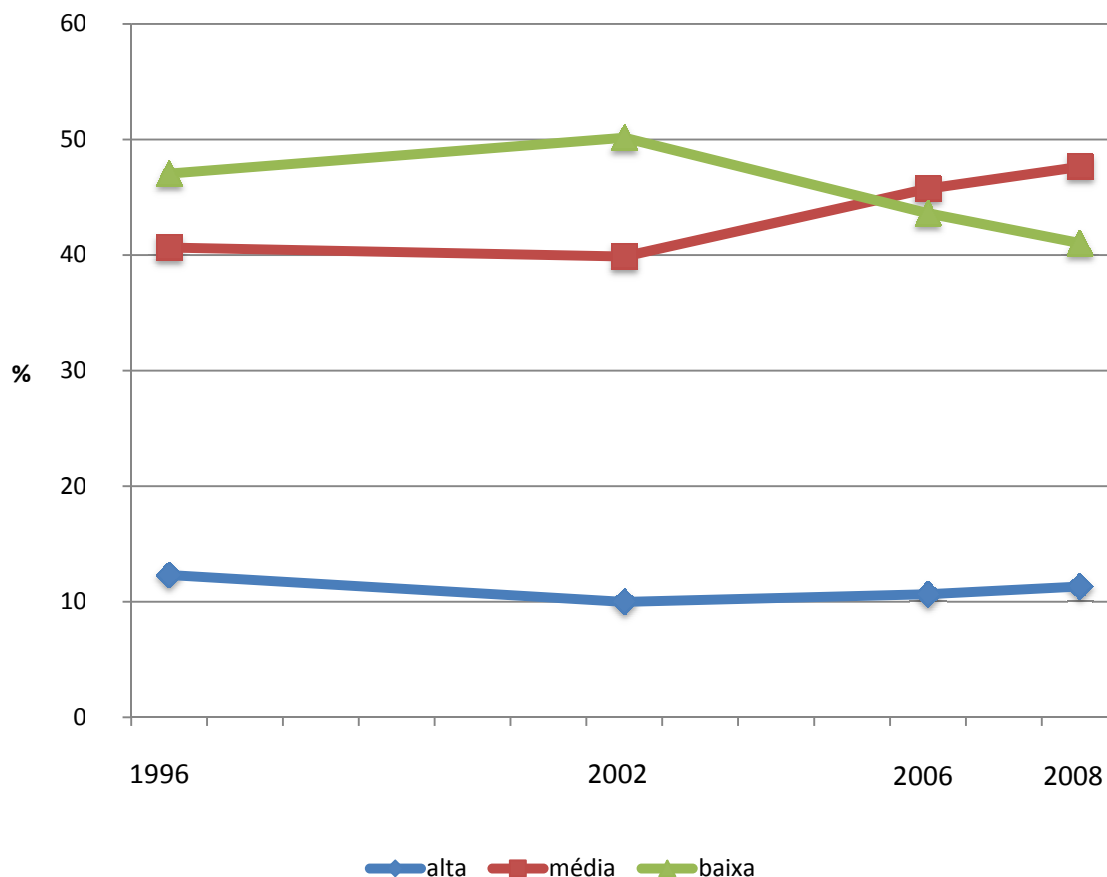
A princípio, a faixa de renda utilizada para a delimitação do estrato médio pode parecer baixa, sendo inclusive um pouco mais baixa do que a utilizada pelo CPS/FGV³⁴, porém está dentro dos limites das demais faixas absolutas listadas no Capítulo 2. Vale lembrar mais uma vez que existem diversos critérios de delimitação dos estratos socioeconômicos, mas o que mais importa na escolha daquele que se utilizará em um determinado estudo é a sua consistência.

Utilizando-se, então, esta faixa de variação de rendimento como parâmetro e aplicando-a aos anos de 1996, 2006 e 2008, pode-se verificar em números absolutos, que o total de domicílios do estrato médio passou de cerca de 15,8 milhões em 1996, para 26,2 milhões em 2008. Pelo Gráfico 4.2, observa-se que houve um crescimento percentual contínuo do número de domicílios no estrato médio entre 2002 e 2008, e um decréscimo do número de domicílios no estrato baixo. Observa-se nitidamente que houve uma inversão do percentual dos estratos médio e baixo, a partir de 2006, isto é, o estrato médio brasileiro passou a ser maior que o estrato baixo. O estrato alto, por outro lado, permaneceu praticamente constante, mas com um ligeiro crescimento entre os anos de 2006 e 2008, alcançando patamar próximo àquele de 1996.

³³ Optou-se pela faixa de rendimentos do estrato médio obtida para o ano de 2002 de forma a dar continuidade ao processo de estratificação definido após a aplicação do Critério Brasil à POF2002/2003.

³⁴ A faixa de renda utilizada para delimitar o estrato médio é: de R\$1.064 a R\$4.561.

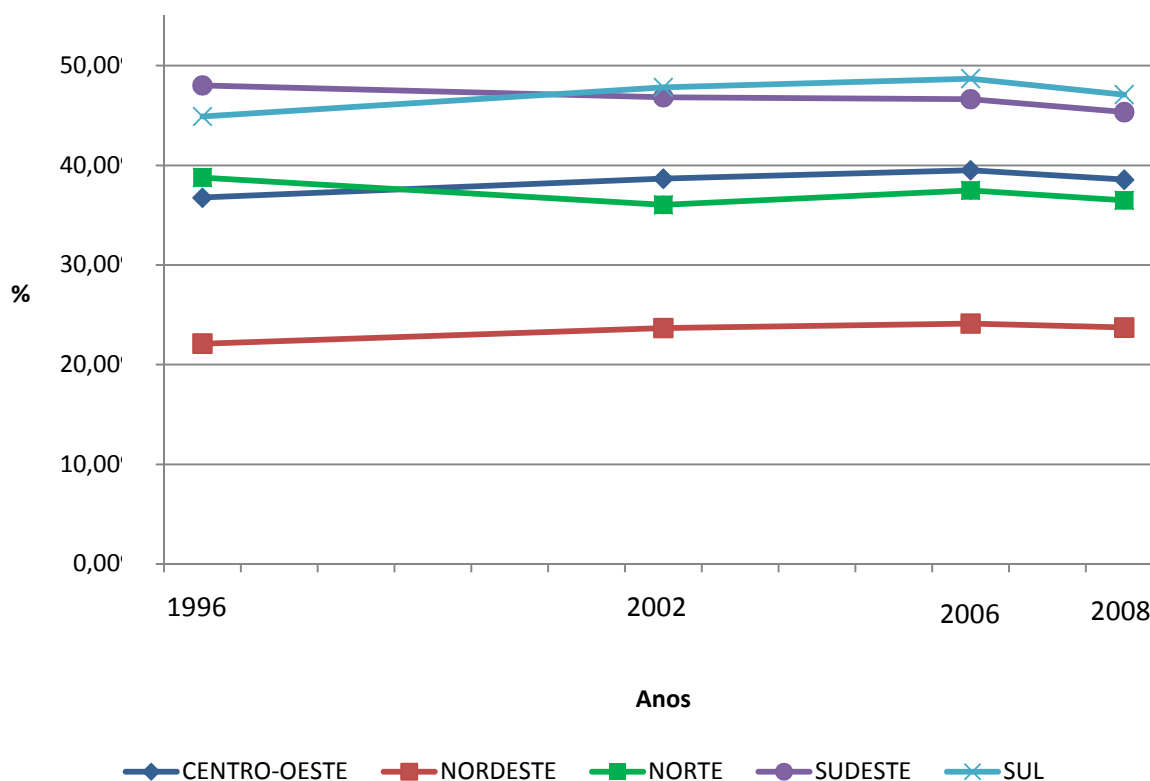
Gráfico 4.2 – Variação percentual dos estratos socioeconômicos brasileiros entre os anos de 1996 e 2008.



Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008.
Valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Para melhor entender este crescimento do estrato médio, a partir da aplicação da banda fixa, buscou-se analisar a distribuição geográfica dos domicílios deste estrato, em relação às grandes regiões brasileiras. No Gráfico 4.3, observa-se que houve um aumento da participação relativa do estrato médio nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, e um decréscimo nas regiões Norte e Sudeste. Mesmo assim, em 2008, 7 em cada 10 domicílios do estrato médio estavam localizados nas regiões Sudeste e Sul, o que é um reflexo do processo brasileiro de desenvolvimento econômico concentrador em termos sociais e espaciais.

Gráfico 4.3 – Participação relativa do estrato médio nas grandes regiões brasileiras, nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008.



Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008.
Valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

Guerra et al (2006) destacam que a conformação das famílias do estrato médio nas regiões brasileiras varia em função das características do processo de desenvolvimento regional específico e também da forma como este se vinculou à dinâmica da economia brasileira ao longo do processo de industrialização, de modernização e de especialização do aparelho estatal.

Segundo os autores, no Centro-Oeste, o estrato médio seria formado majoritariamente por domicílios cujos chefes seriam funcionários públicos no Distrito Federal e mais recentemente por domicílios provenientes do alargamento das atividades agrícolas modernas; no Nordeste e no Norte, o estrato médio seria mais dependente do aparato estatal, sendo que recentemente, no Nordeste, também estaria atrelado ao nascimento de pólos industriais e agrícolas, enquanto que, no Norte, estaria vinculado ao dinamismo econômico de pólos extrativistas e da Zona Franca de Manaus. Já no Sudeste, o estrato médio estaria associado em grande

parte à dinâmica do setor privado; e no Sul, este estrato seria mais desconcentrado, fruto do processo de criação de pólos agrícolas e industriais em cidades de porte médio.

No que se refere à distribuição dos domicílios entre área rural e área urbana, observa-se, na Tabela 4.2, que houve um aumento da concentração dos domicílios, tanto do estrato médio quanto dos domicílios totais, nas áreas urbanas no período entre 1996 e 2008. Outra observação interessante é a de que o percentual de domicílios brasileiros na área urbana é relativamente menor, quando comparado ao percentual de domicílios do estrato médio, o que ressalta a alta concentração do estrato médio no território nacional, e o percentual reduzido de domicílios de estrato médio na área rural (em comparação à área urbana).

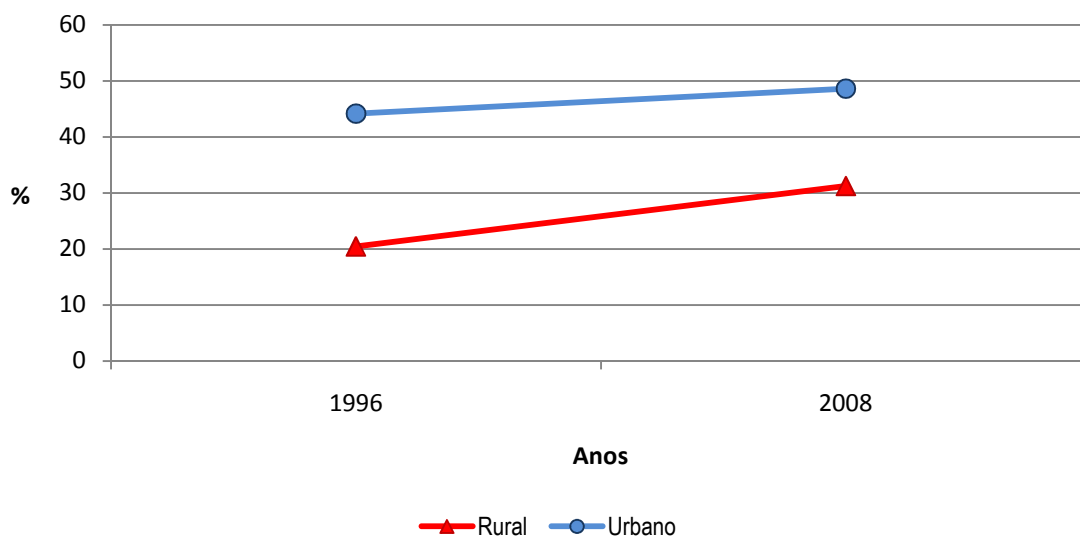
Tabela 4.2 – Distribuição percentual dos domicílios do estrato médio e totais entre área rural e urbana, segundo proporção 10/40/50 e banda fixa, Brasil 1996 e 2008.

| | | Estrato Médio | Brasil |
|------|--------|---------------|--------|
| 1996 | Rural | 9,74 | 18,92 |
| | Urbano | 90,26 | 81,08 |
| | Total | 100,00 | 100,00 |
| 2008 | Rural | 9,27 | 13,71 |
| | Urbano | 90,73 | 86,29 |
| | Total | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Microdados das PNADs 1996 e 2008, IBGE.

A análise da participação percentual do estrato médio nas áreas rural e urbana, a partir do Gráfico 4.4, mostra ter ocorrido um crescimento percentual de domicílios do estrato médio em ambas as áreas, ocorrendo de maneira mais acentuada na área rural o que poderia ser explicado pelo crescimento do agronegócio.

Gráfico 4.4 – Participação percentual do estrato médio nas áreas rural e urbana, entre os anos de 1996 e 2008, segundo proporção 10/40/50 e banda fixa, Brasil.



Fonte: Microdados das PNADs 1996 e 2008.
Valores atualizados pelo INPC (Maio 2009).

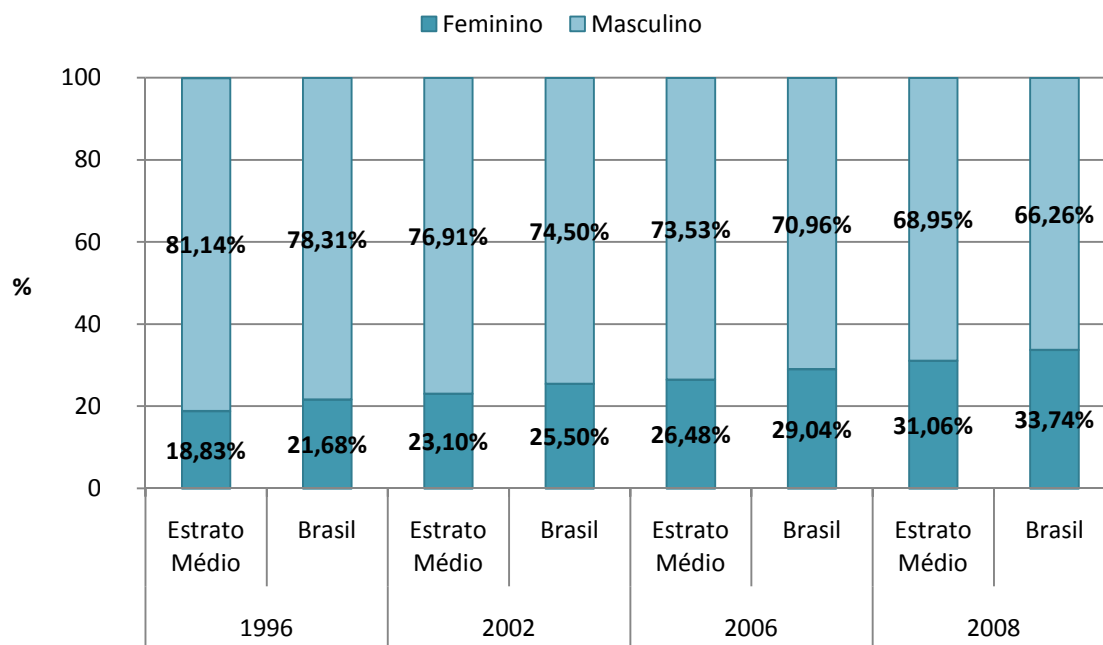
4.2– Perfil e tendências do estrato médio brasileiro, de 1996 a 2008, a partir da medida relativa 10/40/50

Desenvolveu-se uma análise da evolução das características dos domicílios do estrato médio em termos de composição domiciliar e familiar, de educação e de ocupação, comparando-as com os domicílios brasileiros totais, a partir da técnica de medida relativa de proporção 10/40/50, selecionada no Capítulo 3.

4.2.1– Composição domiciliar e familiar

Segundo Cavenaghi (2009), mudanças importantes nos domicílios brasileiros, em termos tanto de tamanho quanto composição, aconteceram nas últimas décadas, como consequência da queda da fecundidade e de mudanças nas formas de organização familiar, incluindo um aumento do número de domicílios sob responsabilidade feminina, em resposta às alterações nas relações de gênero e também ao crescente número de separações e divórcios. Ao analisar a composição do estrato médio em termos de sexo, percebe-se, ao longo dos anos, uma participação relativa maior do sexo masculino na chefia dos domicílios do estrato médio, especialmente se comparados aos domicílios totais. Ainda assim, observa-se um aumento continuado da participação relativa da chefia feminina dos domicílios.

Gráfico 4.5 – Distribuição por sexo da responsabilidade pelos domicílios do estrato médio brasileiro e total, nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008.



Fonte: Microdados das PNADs 1996 e 2008, IBGE.

Observa-se que o aumento gradativo da chefia feminina ocorreu tanto na área urbana, quanto na rural, sendo que nesta ainda há uma prevalência do sexo masculino.

Cavenaghi (2009) também explica que mesmo com a fecundidade em níveis baixos, sua queda contínua reflete na redução continuada do número de moradores por domicílio. Isto pode explicar a queda do número médio de moradores nos domicílios brasileiros que, como mostra a Tabela 4.3, que mostra a distribuição percentual dos domicílios por sexo do responsável e número de moradores, segundo a área de residência, a média de moradores no Brasil passou de 3,86 pessoas para 3,28 pessoas, tendo ocorrido de forma semelhante tanto na área urbana quanto na rural do estrato médio, sendo que a redução do número médio de moradores nos domicílios do estrato médio da área urbana, em torno de 17% entre 1996 e 2008, foi mais acentuada do que a redução na área rural, em torno de 13% e também mais acentuada do que a ocorrida na média de moradores no Brasil como um todo, que foi de cerca de 15%. Pode-se observar que a redução ocorreu nos domicílios com quatro ou mais moradores, sendo que a maior redução relativa se deu nos domicílios de cinco moradores.

Tabela 4.3 – Distribuição percentual dos domicílios por sexo do responsável e número de moradores, segundo a área de residência. Brasil, 1996, 2002, 2006 e 2008.

| Características | | Área de Residência | | | Área de Residência | | | Área de Residência | | | Área de Residência | | |
|------------------------------------|----------|--------------------|----------|----------|--------------------|----------|----------|--------------------|----------|----------|--------------------|----------|--------|
| | | 1996 | | | 2002 | | | 2006 | | | 2008 | | |
| | | Estrato Médio | | Brasil | Estrato Médio | | Brasil | Estrato Médio | | Brasil | Estrato Médio | | Brasil |
| Urbano | Rural | Urbano | Rural | | Urbano | Rural | | Urbano | Rural | | | | |
| Sexo do responsável pelo domicílio | Masc. | 80,21 | 90,83 | 78,31 | 76,00 | 87,58 | 74,49 | 72,38 | 86,45 | 70,95 | 67,65 | 83,64 | 66,26 |
| | Fem. | 19,79 | 9,17 | 21,69 | 23,98 | 12,42 | 25,51 | 27,62 | 13,55 | 29,05 | 32,37 | 16,36 | 33,74 |
| | Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Nº de moradores do domicílio | 1 | 5,04 | 2,07 | 8,47 | 5,96 | 2,23 | 9,97 | 6,84 | 2,44 | 11,41 | 6,33 | 2,79 | 12,24 |
| | 2 | 14,43 | 10,51 | 16,38 | 17,03 | 13,04 | 18,34 | 19,23 | 17,42 | 20,49 | 20,75 | 19,08 | 22,21 |
| | 3 | 21,64 | 16,54 | 20,83 | 24,61 | 22,03 | 23,04 | 25,92 | 22,90 | 24,29 | 27,37 | 24,43 | 24,89 |
| | 4 | 26,66 | 23,25 | 23,58 | 26,66 | 25,08 | 23,76 | 25,53 | 26,32 | 22,72 | 25,05 | 25,05 | 22,00 |
| | 5 | 16,25 | 19,63 | 14,96 | 13,91 | 16,14 | 13,02 | 12,37 | 13,61 | 11,52 | 11,90 | 14,60 | 10,75 |
| | 6 | 7,61 | 12,86 | 7,37 | 6,06 | 9,14 | 6,09 | 5,28 | 8,78 | 5,07 | 4,57 | 6,35 | 4,30 |
| | 7 | 3,88 | 5,92 | 3,78 | 2,77 | 4,65 | 2,79 | 2,47 | 3,63 | 2,29 | 2,06 | 3,56 | 1,86 |
| | 8 | 2,13 | 3,36 | 2,11 | 1,42 | 3,42 | 1,46 | 1,19 | 2,40 | 1,14 | 1,01 | 1,60 | 0,87 |
| | 9+ | 2,36 | 5,86 | 2,52 | 1,58 | 4,27 | 1,53 | 1,17 | 2,50 | 1,07 | 0,96 | 2,54 | 0,88 |
| | Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Nº. Médio de moradores | 4,01 | 4,70 | 3,86 | 3,73 | 4,35 | 3,59 | 3,57 | 4,01 | 3,40 | 3,49 | 3,89 | 3,28 | |
| Nº. de domicílios | 1,39E+07 | 1380411 | 3,98E+07 | 1,72E+07 | 1.406.256 | 4,76E+07 | 1,94E+07 | 1.709.843 | 5,37E+07 | 1,96E+07 | 1.749.125 | 5,67E+07 | |

Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008, IBGE.

Em termos de arranjos domiciliares, a Tabela 4.4 oferece um panorama das mudanças ocorridas no período. Observa-se uma queda do percentual de famílias estendidas nos domicílios do estrato médio, ou seja, daquelas onde há o convívio de duas ou mais gerações no mesmo domicílio³⁵, e um aumento percentual de arranjos com um menor número de filhos e até mesmo sem filhos. Percebe-se também que o maior aumento relativo, tanto nos domicílios do estrato médio quanto nos domicílios totais, foi no arranjo do tipo casal sem filhos. Também há crescimento no número de domicílios onde há apenas um morador.

³⁵ Na Tabela 4.4, entende-se como 'outros' os pais ou sogros do responsável pelo domicílio e/ou de seu cônjuge.

Banerjee (2009) acredita que a redução do número de filhos no estrato médio da sociedade está relacionada ao desafio que representa o investimento nas futuras gerações. Os pais que estão inseridos neste estrato se preocupam em assegurar que seus filhos não sofram uma mobilidade social descendente e buscam investir neles de forma a assegurar-lhes um futuro melhor e mais estável, em termos econômicos. Dessa forma, quanto menos filhos, maior a capacidade familiar de investimento nesse futuro.

Tabela 4.4 – Distribuição percentual de arranjos domésticos do estrato médio e total Brasil, para os anos de 1996, 2002, 2006 e 2008.

| | Estrato Médio | | | | Brasil | | | |
|---|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1996 | 2002 | 2006 | 2008 | 1996 | 2002 | 2006 | 2008 |
| Casal com 1 ou 2 filhos | 35,1 | 36,8 | 36,5 | 36,4 | 32,0 | 33,5 | 33,3 | 32,6 |
| Casal com 3 ou + filhos | 17,4 | 12,0 | 9,6 | 8,5 | 17,6 | 13,2 | 10,6 | 9,1 |
| Casal com 1 ou 2 filhos e outros | 8,4 | 8,6 | 8,8 | 9,6 | 6,7 | 6,5 | 6,4 | 6,8 |
| Casal com 3 ou + filhos e outros | 5,7 | 4,3 | 3,4 | 2,7 | 4,4 | 3,3 | 2,5 | 2,0 |
| Casal sem filhos | 9,2 | 10,7 | 12,2 | 13,3 | 10,1 | 11,0 | 12,3 | 13,5 |
| Casal sem filhos e outros | 1,8 | 2,1 | 2,3 | 2,5 | 1,9 | 1,9 | 2,1 | 2,2 |
| Monoparental com 1 ou 2 filhos | 5,4 | 6,9 | 7,7 | 7,9 | 6,7 | 8,3 | 9,1 | 9,5 |
| Monoparental com 3 ou + filhos | 2,4 | 2,1 | 1,8 | 1,7 | 2,8 | 2,5 | 2,1 | 2,1 |
| Monoparental com 1 ou 2 filhos e outros | 4,1 | 5,2 | 5,4 | 5,6 | 3,9 | 4,5 | 4,8 | 4,7 |
| Monoparental com 3 ou + filhos e outros | 2,1 | 1,8 | 1,6 | 1,4 | 1,6 | 1,5 | 1,3 | 1,1 |
| Pessoa só | 4,5 | 5,4 | 6,2 | 5,9 | 8,2 | 9,7 | 11,1 | 12,0 |
| Pessoas sem laços de parentesco | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,5 |
| Chefe com outro parente | 3,3 | 3,6 | 3,9 | 4,0 | 3,5 | 3,6 | 3,8 | 3,8 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Nº de domicílios | 1,53E+07 | 1,86E+07 | 2,11E+07 | 2,14E+07 | 3,97E+07 | 4,76E+07 | 5,37E+07 | 5,67E+07 |

Fonte: Microdados das PNAD, IBGE.

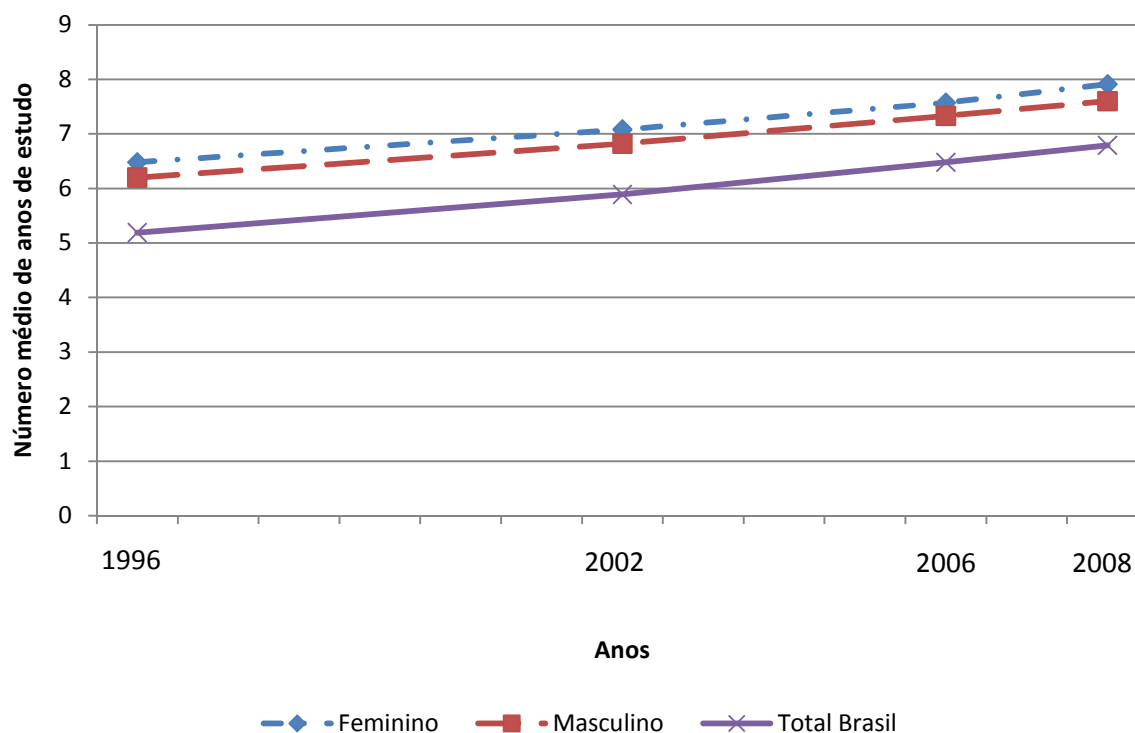
4.2.2– Educação

Souza e Lamounier (2010) explicam que a redução da desigualdade está estreitamente relacionada com o acesso à educação, principalmente com a universalização do ensino fundamental. Os autores relatam que desde os anos 90, o sistema educacional brasileiro passa por mudanças profundas, de forma que hoje a escolarização básica já se tornou praticamente universalizada, e novas oportunidades surgem no âmbito da educação de nível médio e superior. Os principais problemas, no entanto, estariam relacionados à qualidade da educação e à equidade da distribuição das oportunidades educacionais. Os autores lembram, também, que a valorização da educação formal sempre foi, por excelência, um dos símbolos da identidade do estrato médio, mais especificamente a educação de nível superior:

“Tudo leva a crer que tal valorização ocorre em razão tanto de antigas considerações de status – a herança bacharelista – como de fatores realistas que atuam em nossa sociedade: a alta taxa de retorno e a necessidade cada vez maior da educação para o acesso a posições mais qualificadas no mercado de trabalho.” (Souza e Lamounier, 2010, p.158)

A observação do Gráfico 4.6, de número médio de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios do estrato médio, por sexo e total Brasil, leva a verificação de que em paralelo ao aumento continuado da média de anos, tanto para o estrato médio, quanto para o Brasil como um todo, os responsáveis de sexo feminino possuem um número médio de anos de estudo maior que os responsáveis de sexo masculino.

Gráfico 4.6 – Número médio de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios do estrato médio brasileiro, por sexo, e total Brasil nos anos de 1996, 2002, 2006 e 2008.



Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008, IBGE.

Uma análise da Tabela 4.5, de distribuição percentual dos níveis de educação dos chefes dos domicílios do estrato médio, por sexo e total Brasil, permite a observação da redução gradativa dos responsáveis com menos instrução, tanto nos domicílios do estrato médio quanto para os domicílios brasileiros em geral. Os domicílios do estrato médio são os que apresentam uma maior redução relativa de responsáveis com apenas até a 3ª série. Observa-se também um considerável aumento relativo de responsáveis que possuem ensino médio, nos domicílios em geral e principalmente no estrato médio. Outro aspecto a se destacar é um aumento generalizado dos domicílios cujo responsável possui educação de nível superior, sendo que a maior proporção é a de domicílios de estrato médio sob responsabilidade feminina.

Conforme Souza e Lamounier, a evolução da desigualdade educacional no Brasil possui a tendência, ao longo dos anos, de adquirir a forma de “U” invertido, isto é, cresceu até o final dos anos 90 e, desde então, passou a cair. Dessa forma, as

maiores diferenças de escolaridade seriam entre gerações, ou seja, os filhos seriam mais educados que os pais e estes seriam mais educados que os avós.

Tabela 4.5 – Distribuição percentual do nível de educação dos chefes dos domicílios do estrato médio, por sexo, e total Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008).

| Nível de Educação | Estrato Médio | | | | | | | | Brasil | | | |
|----------------------------|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | 1996 | | 2002 | | 2006 | | 2008 | | 1996 | 2002 | 2006 | 2008 |
| | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | | | | |
| Analfabeto /até 3ª série | 28,5 | 24,5 | 24,9 | 20,7 | 21,4 | 18,3 | 19,3 | 17,7 | 39,2 | 33,1 | 28,7 | 26,9 |
| 4ª a 7ª série | 29,7 | 35,9 | 26,7 | 32,8 | 25,0 | 29,4 | 22,8 | 26,6 | 30,1 | 29,5 | 27,9 | 25,7 |
| Fundamental completo | 11,8 | 17,1 | 12,3 | 16,4 | 13,6 | 16,0 | 14,2 | 16,7 | 11,6 | 12,4 | 13,4 | 14,3 |
| Médio completo | 15,7 | 15,3 | 19,6 | 21,0 | 22,2 | 25,3 | 24,9 | 26,4 | 10,4 | 14,5 | 18,2 | 19,9 |
| Superior | 14,1 | 7,0 | 16,0 | 8,5 | 17,5 | 10,5 | 18,4 | 12,2 | 8,5 | 10,0 | 11,5 | 12,8 |
| Ignorado ou sem declaração | 0,2 | 0,3 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 0,3 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Nº de domicílios | 2,9E+06 | 1,2E+07 | 4,3E+06 | 1,4E+07 | 5,6E+06 | 1,6E+07 | 6,6E+06 | 1,5E+07 | 4,0E+07 | 4,8E+07 | 5,4E+07 | 5,7E+07 |

Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008, IBGE.

Segundo Corbucci³⁶ (2007), três iniciativas teriam contribuído para o aumento do número de chefes com nível superior nos domicílios brasileiros: o aumento do número de cursos e vagas ofertados, a ampliação do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e a instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni). No entanto, Corbucci ainda assinala que o acesso à educação superior continua restrito no Brasil, por conta de dois fatores específicos: a qualidade deficiente do ensino fundamental e médio públicos, que não oferecem as condições mínimas para que os

³⁶ Pesquisador do IPEA.

alunos disputem em condições de igualdade as vagas oferecidas pelas instituições públicas de ensino superior, e a falta de recursos para arcar com os elevados custos do ensino privado.

Souza e Lamounier (2010) consideram que estes dois fatores geram insatisfação com o sistema educacional que se reflete na busca por ensino compensatório, onde se destaca a educação profissional; e na demanda por políticas públicas de caráter compensatório, como o sistema de cotas que, no entanto, não propicia o emprego de esforços na melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio.

4.2.3– Ocupação

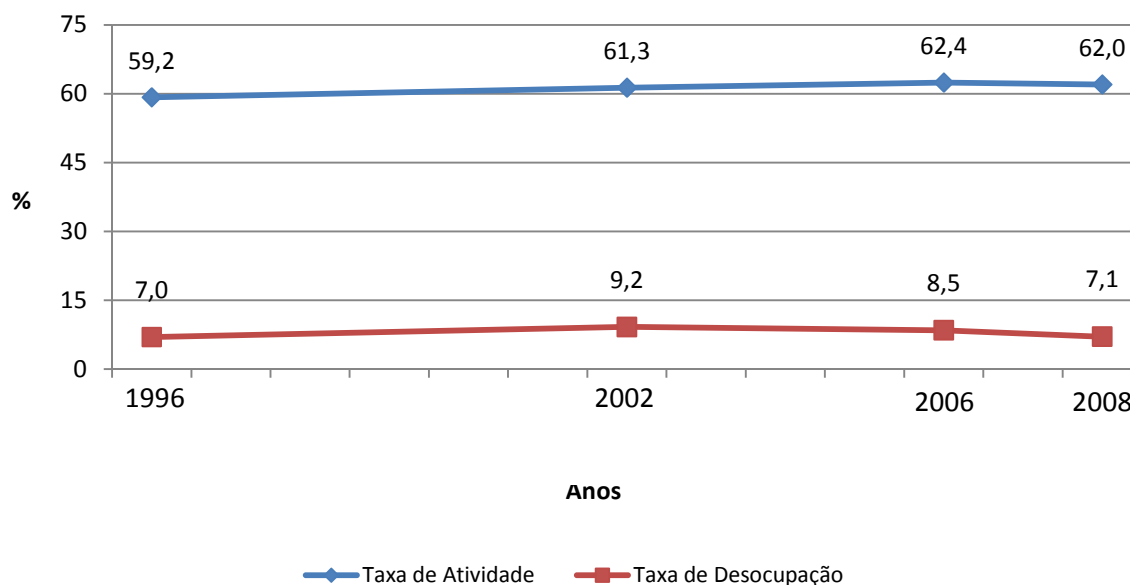
O emprego estável e a carteira assinada são outros ícones do estrato médio da sociedade, como também o é o talento empreendedor. Segundo o IPEA (2009), a realidade do mercado de trabalho, após 2003, apresenta aspectos positivos como a gradativa queda da taxa de desemprego (que havia crescido continuamente na década de 1990), a redução da informalidade e a recuperação dos rendimentos, desgastados durante o período de 1995 a 2003.

O Gráfico 4.7, de evolução das taxas de atividade e de ocupação no Brasil, vai de encontro à análise do IPEA e mostra que houve um crescimento gradual da Taxa de Atividade³⁷ no período entre 1996 e 2008, paralelamente a uma redução da Taxa de Desocupação³⁸ que, após haver subido de 7,0% em 1996 para 9,2% em 2002, caiu para 8,5% em 2006 e 7,1% em 2008.

³⁷ A taxa de atividade é a percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

³⁸ A taxa de desocupação é a percentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Gráfico 4.7 – Evolução da Taxa de Atividade e da Taxa de Desocupação, Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008).



Fonte: IBGE - PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008.

Analisando-se, então, a distribuição relativa da situação de ocupação dos domicílios cujos chefes encontravam-se economicamente ativos no Gráfico 4.8, verifica-se o aumento do percentual de domicílios cujo chefe ocupa trabalho formal³⁹, passando de 56,01% para 59,71% no estrato médio, e de 45,59% para 50,78% no total dos domicílios brasileiros. Da mesma forma, é possível observar a queda do percentual de domicílios com chefes em ocupação informal⁴⁰, que passou de 42,35% para 39,22% no estrato médio, e de 50,86% para 48,65% no total dos domicílios brasileiros, lembrando que este total engloba os domicílios de todos os estratos socioeconômicos. Apesar dessa redução relativa da informalidade nos domicílios cujos chefes encontravam-se economicamente ativos nos anos analisados, verifica-se que este percentual ainda é bastante elevado, inclusive no estrato médio.

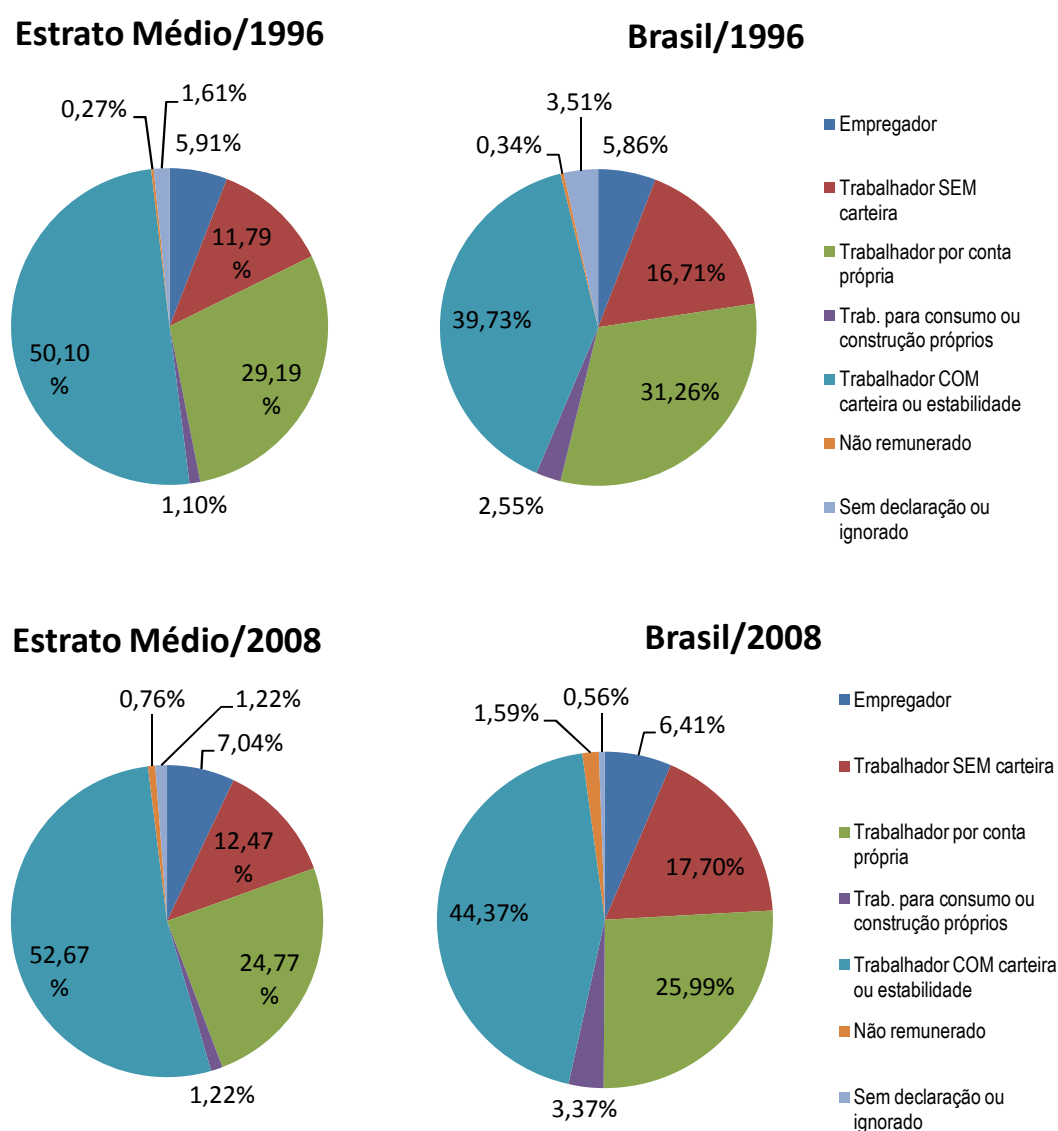
Souza e Lamounier (2010, p.76) lembram que nas últimas duas décadas houve grande expansão de negócios no país, incluindo novos empregadores,

³⁹ Trabalhadores formais = empregador + trabalhadores com carteira ou com estabilidade

⁴⁰ Trabalhadores informais = trabalhadores sem carteira + para consumo ou construção próprio + por conta própria + não remunerados.

microempresários e trabalhadores por conta própria. No entanto, não seriam poucos os obstáculos ao empreendedorismo, como as dificuldades burocráticas, as excessivas exigências legais e trabalhistas, as restrições ao crédito para pequenas e médias empresas, e a alta carga tributária. Com isso, inúmeros trabalhadores por conta própria ainda estariam na informalidade.

Gráfico 4.8 – Distribuição percentual da situação de ocupação dos chefes de domicílio economicamente ativos, no estrato médio e total Brasil (1996 e 2008).



Fonte: Microdados das PNAD, IBGE.

A jornada semanal de trabalho do chefe do domicílio, que em 1996 possuía uma maior concentração na faixa de mais de 49 horas, seguida pela faixa de 40 a 44 horas, passou a ter esta concentração invertida, com uma queda relativa maior na faixa acima de 49 horas, para os domicílios brasileiros, como pode ser observado na Tabela 4.6, de distribuição percentual da jornada semanal de trabalho, por faixas de carga horária, dos chefes dos domicílios do estrato médio, por sexo, e total Brasil. Comparando-se a jornada semanal de trabalho dos chefes do sexo feminino e dos chefes do sexo masculino, pode-se verificar que tanto em 1996, quanto em 2008, a jornada semanal de trabalho feminina se concentrava de 15 a 44 horas, enquanto que a masculina tinha concentração nas faixas de 40 a 44 horas e acima de 49 horas.

Ainda na Tabela 4.6 pode ser observado que, em 2008, homens e mulheres chefes de domicílio em todas as regiões possuem maior concentração de jornada semanal de trabalho na faixa de 40 a 44 horas, sendo esta concentração maior na região Sul.

Tabela 4.6 – Distribuição percentual da jornada semanal de trabalho, por faixas de carga horária, dos chefes dos domicílios do estrato médio, por sexo, e total Brasil (1996, e 2008).

| | Estrato Médio | | | | | | | | | | Brasil |
|------------------|---------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|
| | Centro-Oeste | | Nordeste | | Norte | | Sudeste | | Sul | | |
| | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. | Masc. | |
| 1996 | | | | | | | | | | | |
| Até 14 horas | 2,85 | 1,03 | 3,43 | 1,06 | 2,80 | 1,46 | 3,19 | 1,18 | 4,31 | 1,22 | 2,20 |
| 15 a 39 horas | 19,27 | 9,27 | 17,58 | 10,80 | 17,37 | 11,17 | 13,43 | 6,35 | 13,67 | 6,28 | 9,26 |
| 40 a 44 horas | 20,92 | 27,35 | 19,45 | 27,89 | 21,38 | 26,15 | 19,29 | 29,64 | 24,03 | 33,55 | 24,54 |
| 45 a 48 horas | 7,16 | 17,72 | 6,19 | 15,94 | 6,79 | 20,95 | 8,25 | 19,82 | 6,34 | 13,34 | 15,23 |
| Mais de 49 horas | 16,06 | 36,64 | 12,14 | 30,98 | 14,65 | 31,96 | 9,94 | 27,86 | 11,70 | 35,29 | 25,28 |
| Sem declaração | 33,74 | 7,99 | 41,21 | 13,33 | 37,01 | 8,32 | 45,89 | 15,16 | 39,95 | 10,32 | 23,50 |
| No de domicílios | 182.320 | 818.846 | 449.663 | 1.810.732 | 131.834 | 492.475 | 1.654.267 | 6.890.893 | 466.240 | 2.418.972 | 4,0E+07 |
| 2008 | | | | | | | | | | | |
| Até 14 horas | 3,76 | 1,00 | 4,07 | 1,68 | 3,25 | 0,61 | 2,96 | 1,22 | 5,16 | 1,59 | 2,65 |
| 15 a 39 horas | 15,91 | 9,52 | 16,78 | 15,36 | 19,58 | 12,46 | 14,45 | 6,69 | 14,23 | 8,34 | 12,08 |
| 40 a 44 horas | 25,49 | 36,25 | 18,10 | 29,23 | 21,65 | 32,26 | 22,52 | 37,11 | 25,99 | 38,40 | 28,41 |
| 45 a 48 horas | 7,65 | 15,52 | 5,69 | 13,43 | 8,06 | 16,87 | 7,02 | 14,91 | 5,60 | 11,70 | 11,53 |
| Mais de 49 horas | 10,93 | 27,32 | 12,26 | 23,23 | 11,26 | 25,23 | 10,04 | 22,06 | 10,55 | 26,44 | 17,58 |
| Sem declaração | 36,25 | 10,41 | 43,10 | 17,06 | 36,20 | 12,57 | 43,02 | 18,01 | 38,47 | 13,53 | 27,74 |
| No de domicílios | 505.317 | 1.096.139 | 1.227.373 | 2.268.102 | 378.392 | 732.947 | 3.310.240 | 7.683.772 | 1.209.884 | 2.940.585 | 5,7E+07 |

Fonte: Microdados das PNADs, IBGE.

4.3– Potencial de consumo do estrato médio, a partir da medida relativa 10/40/50

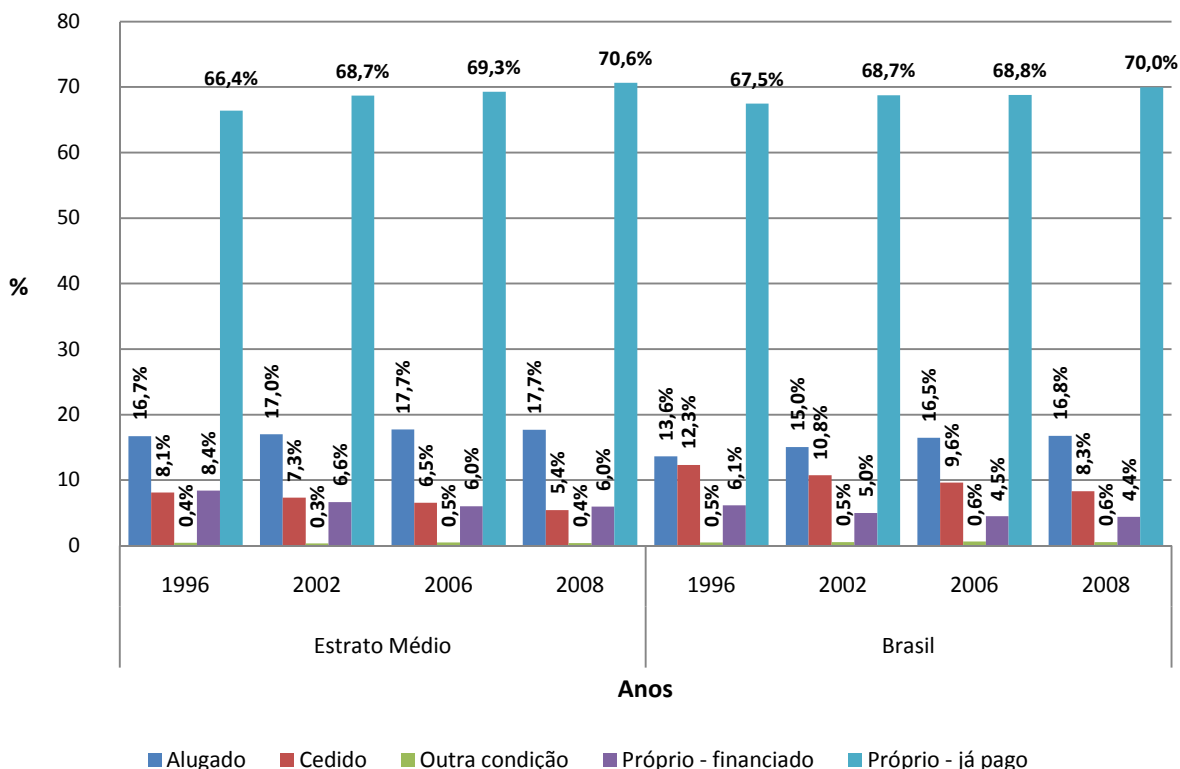
Para Souza e Lamounier (2010), o aumento da oferta de empregos formais e o aumento real dos rendimentos domiciliares propiciaram um aumento do potencial do consumo. Os autores lembram que a posse de uma razoável margem do rendimento para gastos discricionários é usualmente considerada como condição para um domicílio fazer parte do estrato médio. Entretanto, no passado recente, a expansão do crédito ao consumidor, fez com que o montante dos gastos possa ter se tornado um indicador impreciso do padrão de vida. O acesso ao crédito haveria banalizado o consumo de bens até então relativamente inacessíveis aos domicílios de menor rendimento médio mensal, erodindo assim o seu valor simbólico para a definição de uma identidade de estrato médio. O estrato médio passaria, então, a buscar o consumo de bens conspícuos, detonadores de prestígio.

Guerra et al (2006), por outro lado, acreditam que o padrão de consumo do estrato médio ainda se configura como uma característica que o diferencia dos demais estratos, e que, por tanto, deve ser avaliado para a sua melhor compreensão.

Os dados da PNAD não favorecem o levantamento do montante de bens duráveis adquiridos pelos domicílios e não possuem informação sobre outro bem típico ícone do estrato médio: o carro. Porém, favorecem a observação da evolução do acesso a estes bens, incluindo a observação da propriedade do imóvel de residência.

Observa-se no Gráfico 4.9, de distribuição percentual da situação de posse do domicílio, no estrato médio e total Brasil, um crescimento da participação relativa de domicílios próprios já pagos, com redução das demais situações de posse, tanto no estrato médio, quanto nos domicílios brasileiros em geral. Pode-se verificar, também, que o estrato médio é o que possui proporcionalmente um maior percentual de domicílios financiados, quando comparado aos domicílios brasileiros de todos os estratos, sendo que em 2008 esta diferença é de 36%.

Gráfico 4.9 – Distribuição percentual da situação de ocupação dos domicílios, no estrato médio e total Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008).

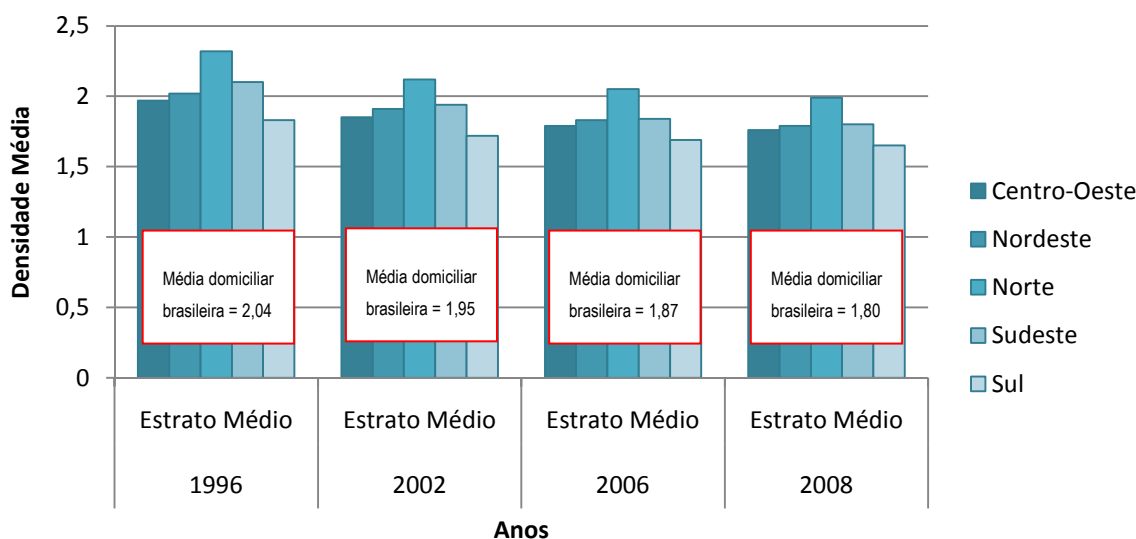


Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008, IBGE.

Souza e Lamounier (2010) argumentam que o típico imóvel do estrato médio é mais espaçoso, contando com um número de cômodos maior do que no estrato mais baixo. Esta característica associada à queda da fecundidade e às alterações da composição domiciliar e dos arranjos familiares ocorridas no período entre 1996 e 2008 (que podem ser observados na seção 4.2.1), levam a uma redução do adensamento domiciliar⁴¹, conforme demonstra o Gráfico 4.10, de densidade média de moradores por cômodo utilizado como dormitório nos domicílios do estrato médio, nas Regiões Brasileiras. Percebe-se que, ao longo dos anos, a densidade domiciliar se reduz em todas as regiões brasileiras sendo que, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste apresenta tendência a se equiparar, enquanto que a na região Norte e na região Sul a densidade domiciliar permanece como sendo os extremos superior e inferior, respectivamente.

⁴¹ A densidade domiciliar é razão entre o número de moradores e o número de cômodos usados como dormitório nos domicílios.

Gráfico 4.10 – Densidade média de moradores por cômodo utilizado como dormitório nos domicílios do estrato médio, nas regiões brasileiras (1996, 2002, 2006 e 2008)



Fonte: Microdados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2008, IBGE.

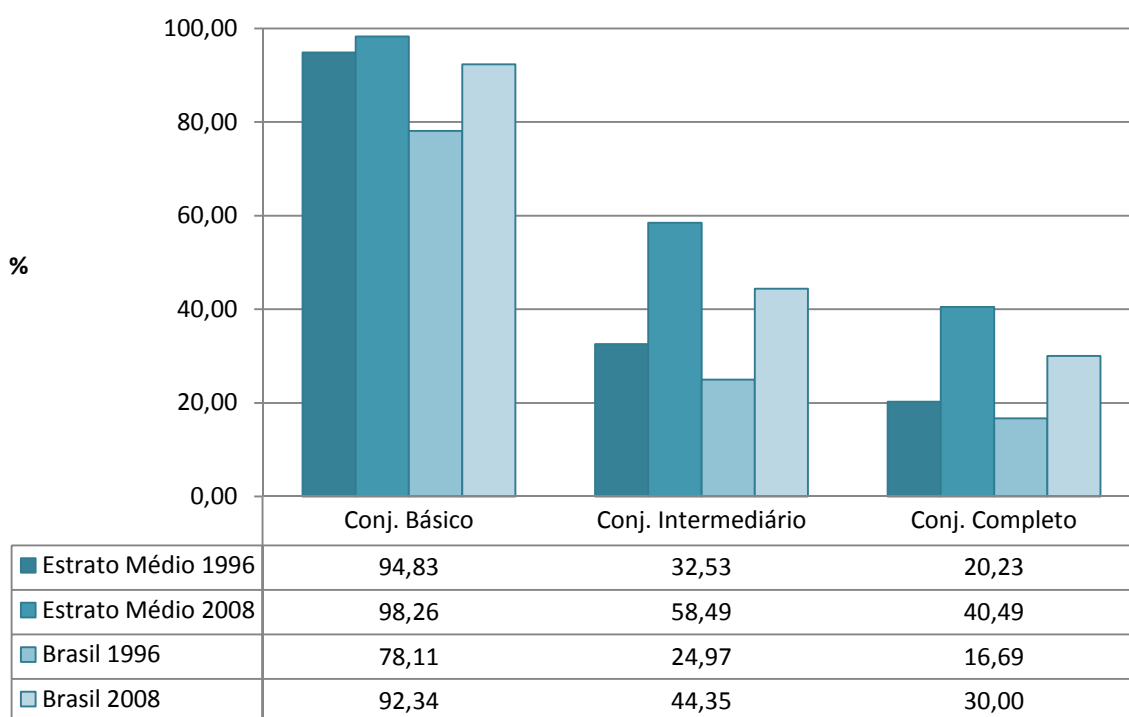
Para a avaliação da evolução do padrão de consumo do estrato médio, agrupou-se os bens duráveis em três categorias (IPEA, 2009):

- Conjunto Básico: que compreende fogão e geladeira de qualquer tipo;
- Conjunto Intermediário: que agrega TV (de qualquer tipo), rádio e telefone fixo ao conjunto básico;
- Conjunto Completo: que inclui máquina de lavar roupas e TV em cores no conjunto intermediário.

No Gráfico 4.11, de percentual dos domicílios com posse de conjunto de bens duráveis, para o estrato médio e total Brasil, pode-se verificar que houve aumento do número de domicílios com posse ao menos do conjunto básico de bens duráveis, tanto no estrato médio quanto no total Brasil, entre 1996 e 2008. O acesso aos conjuntos intermediário e completo também aumentou no período, sendo que o maior aumento relativo foi o do conjunto completo no estrato médio (100%). É importante ressaltar que, uma vez que o total Brasil engloba os domicílios de todos os estratos e que o estrato mais pobre possui um maior número absoluto de domicílios do que o estrato mais rico, o percentual de domicílios com posse dos

conjuntos intermediário e completo refletirá essa realidade, apresentando um crescimento relativo menor.

Gráfico 4.11 – Percentual dos domicílios com posse de conjunto de bens duráveis, para o estrato médio e total Brasil (1996 e 2008).



Fonte: Microdados das PNADs, IBGE.

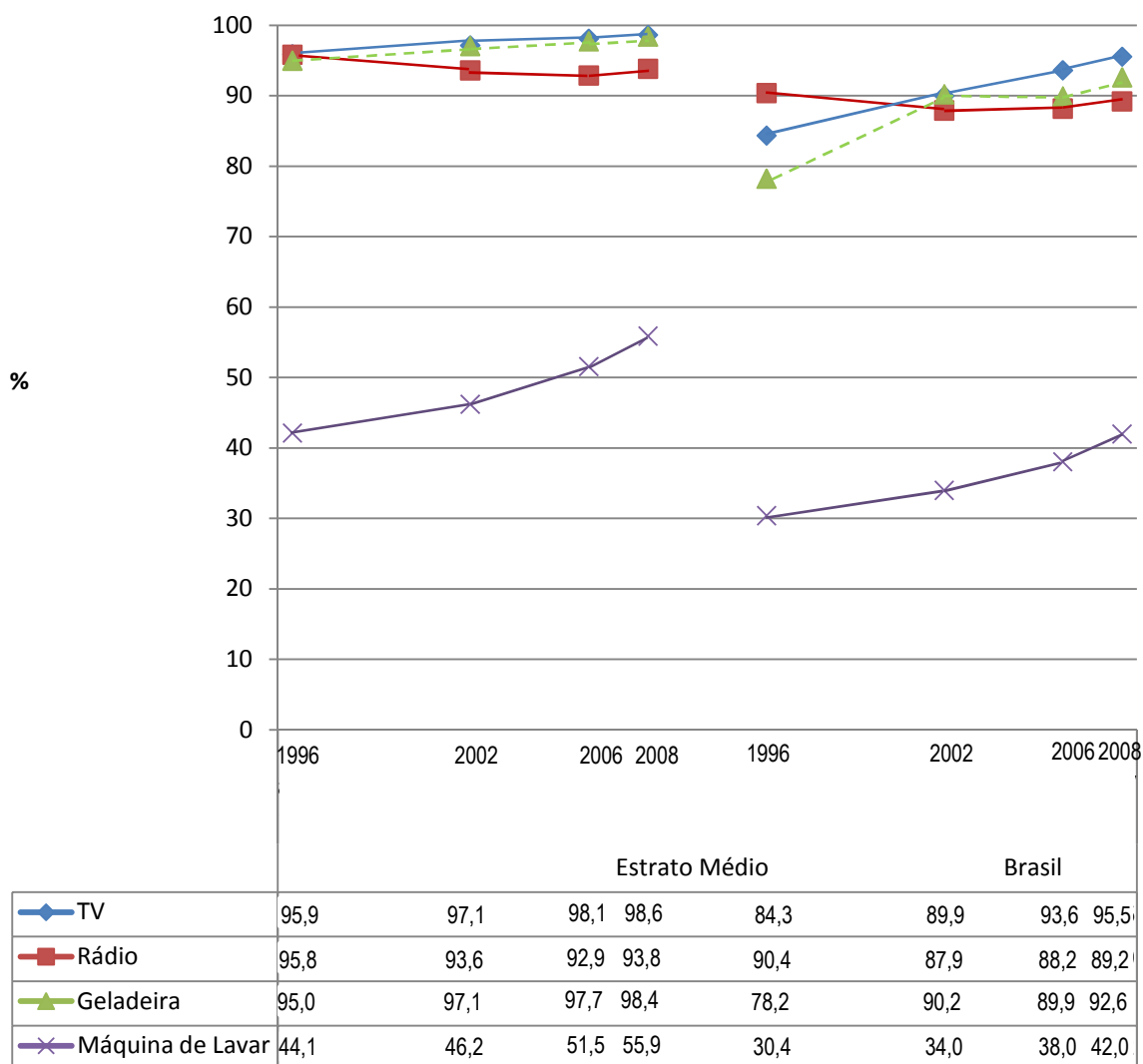
Televisão, geladeira, rádio, vídeo-cassete/DVD⁴², telefone e máquina de lavar roupas compõem o “enxoval” característico de um domicílio do estrato médio (Souza e Lamounier). Enquanto a posse de TV, rádio e geladeira já se encontram massificadas, a posse de telefone, computador e o acesso a internet tem evoluído ao longo do tempo.

No Gráfico 4.12, de percentual de domicílios com posse de TV, rádio, geladeira e máquina de lavar, no estrato médio e total Brasil, pode ser observado o crescimento da posse de máquina de lavar, enquanto que a posse de TV, rádio e geladeira já estão massificadas tanto no estrato médio, quanto no total Brasil. O aumento de

⁴² Bem não pesquisado pela Pnad.

domicílios com posse de máquina de lavar é relativamente maior, e em maior velocidade, no estrato médio do que no total Brasil.

Gráfico 4.12 – Percentual dos domicílios com posse de TV, rádio, geladeira e máquina de lavar, para o estrato médio e total Brasil (1996 e 2008).

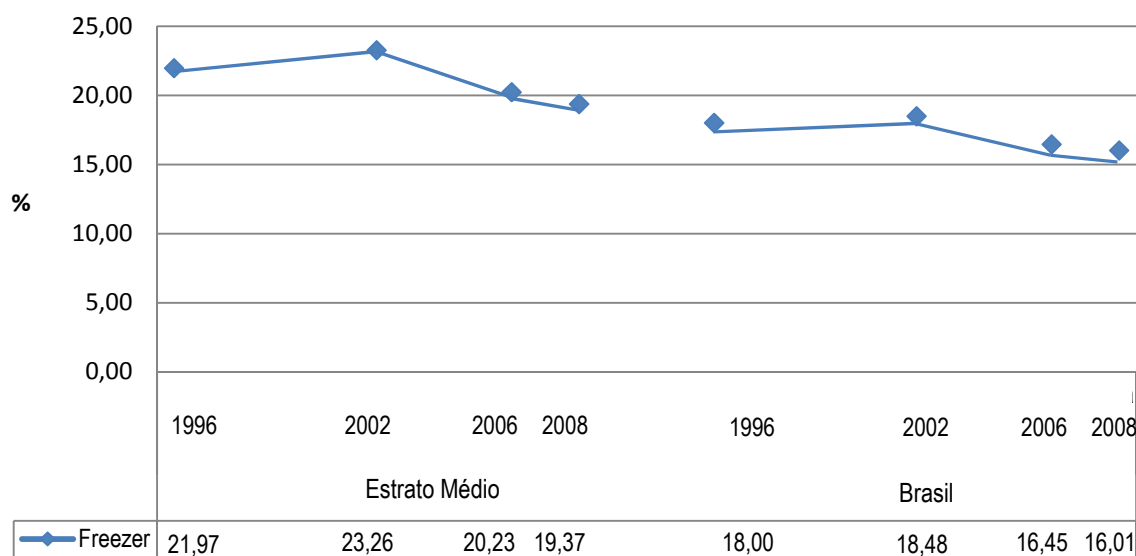


Fonte: Microdados das PNADs, IBGE.

Ao se analisar a evolução da posse de freezers pelos domicílios do estrato médio e total Brasil, observou-se que houve queda gradativa após 2002. Pode-se interpretar esta tendência encontrada como reflexo de duas situações: a primeira seria o evento

dos apagões elétricos nos anos de 2001/2002 que fizeram com que os domicílios reduzissem o uso desse bem e eventualmente a sua aquisição, como forma a contribuir para a redução dos gastos energéticos. A segunda seria a queda no preço e o aumento da variedade de modelos das geladeiras de duas portas, que reduziriam a necessidade de posse do freezer.

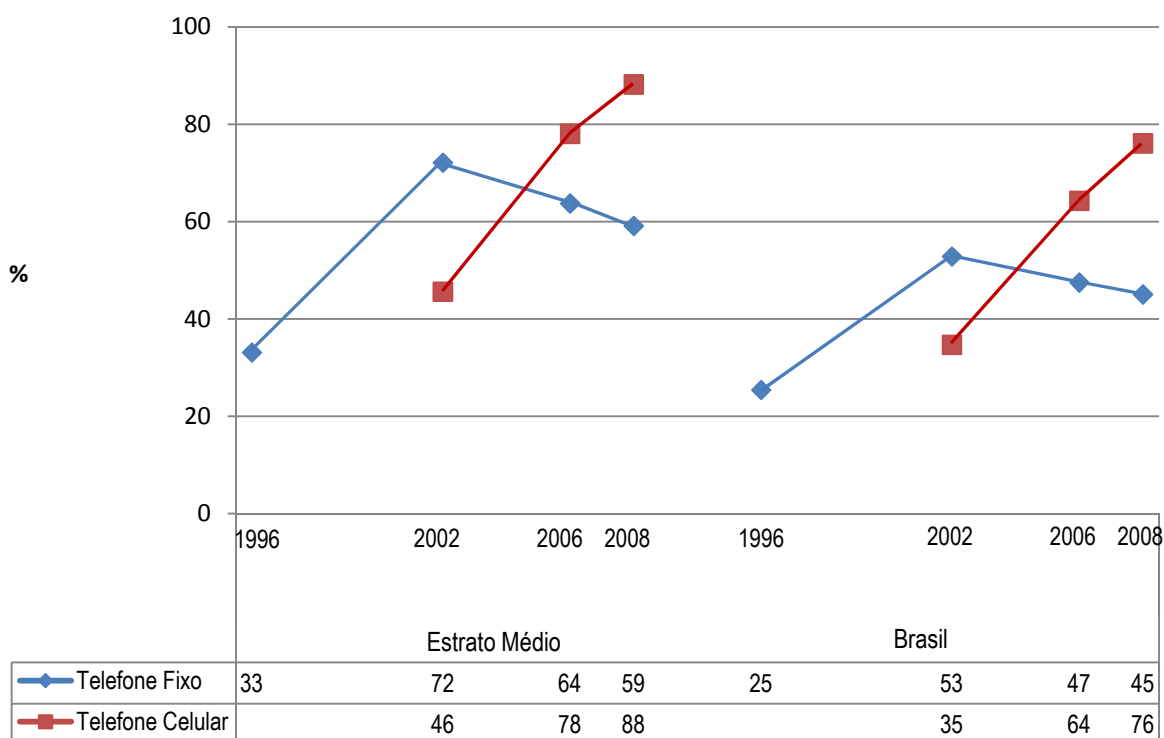
Gráfico 4.13 – Percentual dos domicílios com posse de freezer, para o estrato médio e total Brasil (1996 e 2008).



Fonte: Microdados das PNADs, IBGE.

O Gráfico 4.14, de distribuição percentual dos domicílios com posse de telefone fixo e de telefone celular, no estrato médio e no total Brasil, pode-se notar o aumento percentual dos domicílios com telefone fixo entre 1996 e 2002, que pode ser reflexo da privatização da telefonia nos últimos anos da década de 1990, levando a uma maior penetração do telefone fixo nos lares brasileiros em geral. Após 2002, observa-se uma queda percentual dos domicílios com telefone fixo e um aumento da posse de telefone celular. Esta tendência encontrada pode ser entendida como consequência da maior facilidade de aquisição de telefones celulares, em relação aos fixos, além de sua maior mobilidade e da forma pré-paga de ligações por celular, inexistente nos fixos. Verifica-se uma tendência à massificação da posse de telefones celulares no estrato médio brasileiro.

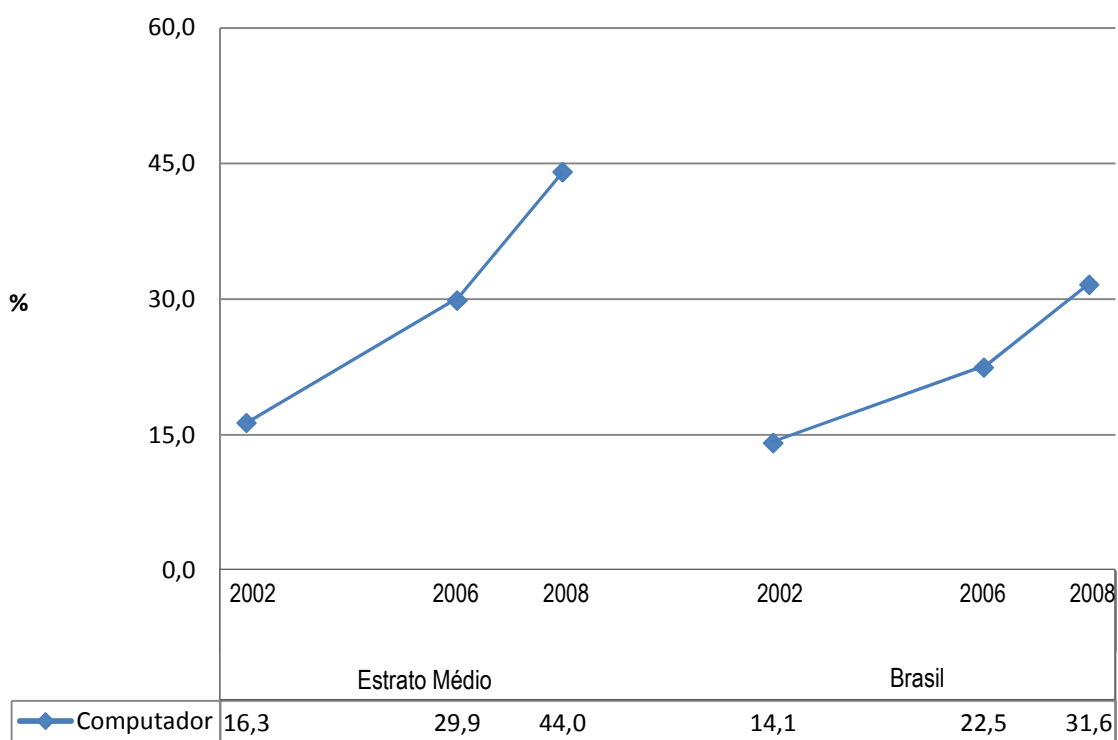
Gráfico 4.14 – Percentual dos domicílios com posse de telefone fixo e de telefone celular, para o estrato médio e total Brasil (1996, 2002, 2006 e 2008).



Fonte: Microdados das PNADs, IBGE.

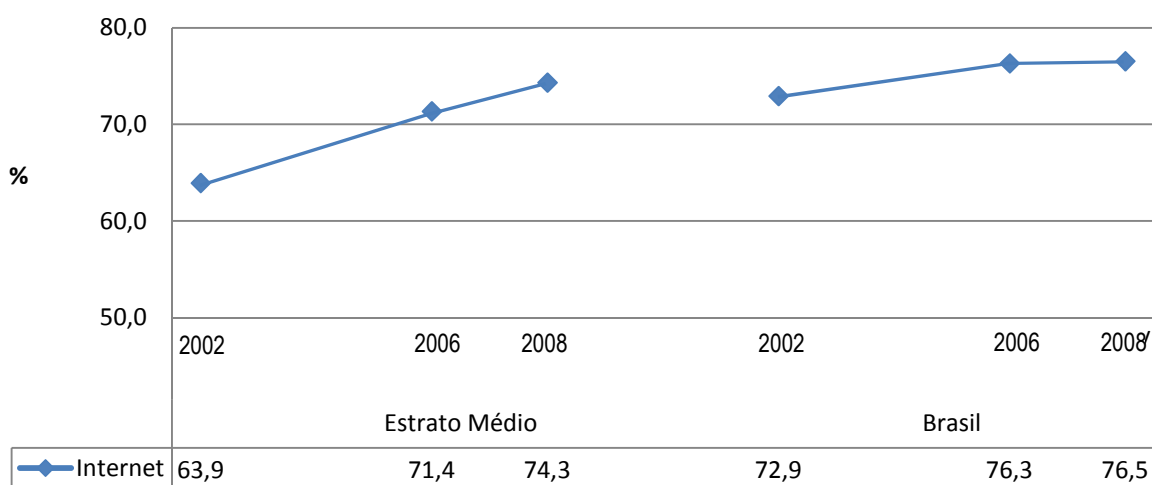
Por fim, observa-se no Gráfico 4.15, de percentual dos domicílios com posse de computador, para o estrato médio e total Brasil, que o computador tem aumentado sua penetração nos domicílios brasileiros em geral, sendo que o maior aumento relativo desta penetração ocorreu no estrato médio, em comparação ao total de domicílios brasileiros. Buscou-se, também, observar a evolução percentual do acesso à internet nos domicílios que possuem computador (Gráfico 4.16). Pode-se verificar que há aumento, tanto no estrato médio quanto no total dos domicílios brasileiros, do percentual de domicílios com computador que tem acesso à internet. Porém, este aumento não acompanha a mesma intensidade do aumento de domicílios com computador (Gráfico 4.15). Este fato pode ocorrer em função dos altos custos de acesso à internet domiciliar praticados no Brasil.

Gráfico 4.15 – Percentual dos domicílios com posse de computador, para o estrato médio e total Brasil (2002, 2006 e 2008)⁴³.



Fonte: Microdados das PNADs 2002, 2006 e 2008, IBGE.

Gráfico 4.16 – Percentual dos domicílios com posse de computador que tem acesso à internet, para o estrato médio e total Brasil (2002, 2006 e 2008)⁴⁴.



Fonte: Microdados das PNADs 2002, 2006 e 2008, IBGE.

⁴³ Informação não disponível na Pnad 1996.

⁴⁴ Informação não disponível na Pnad 1996.

Percebe-se com a análise dos gráficos que, com o advento do Plano Real, da estabilidade e do crescimento econômico, houve a emergência de um contingente domiciliar, ávido por consumir, num primeiro momento de forma a satisfazer suas necessidades básicas, e posteriormente, de forma a satisfazer-se conspicuamente.

Em reportagem especial da revista *Veja* (2002), sobre a “sedução do consumo”, o professor Everardo Rocha⁴⁵ observa que comprar é um ato de afirmação social. Comprar as mesmas coisas que amigos e colegas de trabalho seria uma maneira de ser aceito pelo grupo. Rocha acredita que o consumo seria uma das formas mais óbvias de demonstrar inserção num determinado meio, mesmo que esse meio esteja longe da realidade da pessoa. Na sociedade atual, hábitos de consumo mais refinados ajudariam nos relacionamentos, na vida amorosa e até na carreira. Na mesma reportagem, Jaime Troiano⁴⁶ diz que “Até hoje, anos depois da abertura econômica, o consumidor brasileiro ainda busca formas de compensar a emoção adiada tantas vezes em compras que ele não pôde fazer”.

Mesmo com a crise econômica que abateu o mundo em 2008, o Brasil está conseguindo manter seu crescimento econômico, com melhora no poder aquisitivo dos brasileiros e o estrato médio tem desempenhado importante papel para esta manutenção, com a sua resposta positiva aos estímulos ao consumo de bens duráveis dados pelo governo federal, sob a forma de redução de IPI.

⁴⁵ Antropólogo, professor da PUC do Rio de Janeiro e autor dos livros “Magia e Capitalismo” e “A Sociedade do Sonho”.

⁴⁶ Sociólogo e consultor de marcas.

CAPÍTULO 5– CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve o compromisso de entender como são delimitados os estratos socioeconômicos e buscar o traçado do perfil do estrato médio - um estrato específico, porém protagonista de muitas transformações recentes. Ao longo deste estudo pôde-se observar que, no espaço de pouco mais de uma década (de 1996 a 2008), houve uma importante alteração na evolução da identidade social da população, com a queda da desigualdade e com o alargamento de seu estrato médio que passou a abarcar 26,2 milhões de domicílios em 2008, contra 15,8 milhões de domicílios em 1996⁴⁷.

O Brasil passou por inúmeras transformações econômicas, sociais e demográficas ao longo do século XX, que convergiram para o atual crescimento do estrato médio da sociedade. Ao passo em que, a partir de 1985 deu-se início ao mais longo período democrático da história brasileira, este também foi um período de estagnação econômica e social, cuja reversão só teve início em 2003. A crise da década de 1980, com seus choques inflacionários, medidas recessivas e queda dos

⁴⁷ Número de domicílios obtido pelo emprego da banda de rendimento domiciliar do estrato médio em 2002.

rendimentos, foi seguida pela estabilização econômica e implementação de reformas estruturais, com impulso à abertura comercial, financeira e tecnológica, à privatização e à reorientação da política social, nos anos 1990. Tão logo acabaram os efeitos positivos do controle da inflação introduzido pelo Plano Real, as reformas e a abertura do mercado ao exterior acabaram por enfraquecer a indústria nacional, levando a um baixo crescimento econômico, altas taxas de desemprego, perdas de rendimento e incremento das desigualdades sociais. Somente com a estabilização econômica alcançada a partir de 2003, num cenário de crescimento da economia mundial, de conquista de sucessivos saldos positivos da balança comercial brasileira e de implementação de políticas públicas focadas na redução das desigualdades, foi que milhões de brasileiros passaram a experimentar a mobilidade social ascendente.

A existência desta grande mobilidade evidencia o amadurecimento social e econômico do país na medida em que implica na redução das desigualdades de rendimentos, bastante visível ao se observar as diferentes taxas de crescimento dos rendimentos ao longo do período entre 2002 e 2008, demonstradas no Gráfico 4.1 e ao se observar a variação do percentual de participação dos estratos socioeconômicos, no Gráfico 4.2.

Cabe ressaltar, contudo, que a literatura credita essa ascensão ao estrato médio como baseada na ampliação do mercado de trabalho formal, ou seja, do emprego e do empreendedorismo; e do acesso ao crédito, gerando expansão da demanda por bens e serviços; amparados pela estabilidade econômica. De fato, verificou-se na seção 4.2.3 que houve um aumento da taxa de atividade no Brasil e um aumento relativo do trabalho formal nos domicílios do estrato médio com chefes economicamente ativos. Assim, fica a dúvida: Uma alteração macroeconômica implicaria na reversão desse quadro?

O estudo realizado por Souza e Lamounier (2010) mostra ser alto o percentual de responsáveis por domicílios do estrato médio brasileiro que teme perder seu atual padrão de vida ou não poder perpetuá-lo aos seus filhos.

As alterações encontradas na composição domiciliar e familiar, como as mudanças nos arranjos familiares com crescimento do número de domicílios com nenhum ou até dois filhos, a redução do adensamento domiciliar e o aumento da participação

feminina no mercado de trabalho, segundo Alves (2008), permitem às mulheres a dedicar maior atenção aos estudos e ao emprego.

De fato, a análise da Tabela 4.5, de distribuição percentual do nível de educação dos chefes dos domicílios por sexo, mostra que mesmo havendo um aumento generalizado dos domicílios cujo chefe possui educação de nível superior, a maior proporção de domicílios cujo responsável possui educação de nível superior é a de domicílios de estrato médio com chefia feminina.

No que se refere à ocupação, foi possível a observação do aumento percentual relativo de domicílios cujo chefe ocupa trabalho formal, passando de 56,01% para 59,71% no estrato médio, e de 45,59% para 50,78% no total dos domicílios brasileiros, acompanhado da queda percentual de domicílios com chefes em ocupação informal, que passou de 42,35% para 39,22% no estrato médio. Também foi possível a observação do maior aumento relativo do percentual de domicílios cujo chefe possui a ocupação de empregador, no estrato médio, em comparação com o total de domicílios brasileiros, mesmo com as dificuldades encontradas no Brasil, “com excessivas exigências legais e trabalhistas” (Souza e Lamounier, 2010).

Por fim, observou-se o aumento dos domicílios do estrato médio com ativos, ao longo do período estudado. Guerra et al (2006) destacam que “o peso da classe média na estrutura do consumo nacional é muito expressivo e estudar sua composição pode revelar muito do comportamento desse grupo”, e ainda que as PNADs, não possibilitem a análise detalhada da evolução dos padrões de consumo, foi possível a observação de que, em termos de situação de propriedade do imóvel de residência, de acesso aos conjuntos de bens básico, intermediário e completo, e de acesso a computadores e internet, houve um aumento da posse desses bens por parte do estrato médio. Surgem, porém uma curiosidade e uma dúvida: qual seria o tamanho do endividamento do estrato médio? E será que o nível desse endividamento dos novos domicílios participantes do estrato médio não acabaria por se transformar em risco de mobilidade descendente em períodos de crise econômica?

Muito ainda pode ser estudado a respeito do estrato médio, tanto em termos quantitativos, com a divulgação dos resultados da POF 2008/2009 e até mesmo do

Censo 2010, quanto a partir de pesquisas com foco comportamental, com estudos qualitativos e etnográficos específicos. Na verdade, a POF 2008/2009 abre a perspectiva de análise mais aprofundada da evolução das desigualdades de rendimentos entre os diferentes estratos socioeconômicos, avaliando-se o efeito dos rendimentos não monetários na redução dessas desigualdades. A POF 2008/2009 possibilitará também investigação aprofundada do perfil de consumo do estrato médio e de suas diferenças internas (subgrupos) e ainda de suas diferenças em relação aos demais estratos. Mesmo assim, este tipo de estudo tem sua relevância na medida em que buscou gerar subsídios para a formulação de políticas públicas e para a formulação de estratégias competitivas para a iniciativa privada interessada nesse crescente segmento de mercado – o estrato médio. Assim, esta dissertação cumpre o papel de trazer para o público as características fundamentais deste estrato socioeconômico, dialogando com a literatura nacional e internacional sobre o assunto (Guerra et al, 2006; Hoffman, 2007; Banerjee, 2007 e 2009; Alves, 2008; Goldman Sachs, 2008; Neri, 2008; Souza e Lamounier, 2010), a partir de uma discussão metodológica sobre as diversas formas de estratificação socioeconômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEP. **Critério de classificação econômica Brasil**. 2008. Disponível em; <[http://www.abep.org/codigosguias/ Criterio_Brasil_2008.pdf](http://www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2008.

ABEP; IBOPE. **CCBE 2008**: critério de classificação econômica no Brasil. Disponível em: <http://mktmidia.ibope.com.br/CCEB2008/IBOPEM%C3%ADdia_CCEB2008.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2008.

ALVES, J. E. D. **15 anos da CIPD do Cairo**: População e Desenvolvimento. 2009.

_____. **A demografia e o crescimento da classe média brasileira**. O Pensador Selvagem, p. 1 - 2, Outubro, 2008.

_____. **15 anos da CIPD do Cairo**: População e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, jun. 2009.

ALVES, J. E. D.; WATANABE, M. **Nova estrutura populacional pode acelerar o crescimento econômico**. Valor Econômico, São Paulo, p. A2, 08 de maio de 2008.

ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. **Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1. **Anais....** Caxambu: ALAP, 2004.

BANERJEE, A.; DUFLO, E. **What is Middle Class about the Middle Class around the World?** MIT, December 2007.

BANERJEE, A. **A classe média não quer ser rica**. Revista Época, São Paulo, 27 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI19849-15227,00-ABHIJIT+BANERJEE+A+CLASSE+MEDIA+NAO+QUER+SER+RICA.html>.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (orgs.) **Cultura, consumo e identidades**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BARROS, R. P.; MENDONÇA R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. IPEA, Texto para Discussão No. 377. Rio de Janeiro, 1995.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; DUARTE, R. P. N. **Bem-Estar, pobreza e desigualdade de renda**: Uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. IPEA, Texto para Discussão No. 454. Rio de Janeiro, 1997.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. IPEA, Texto para Discussão No. 800. Rio de Janeiro, 2001.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P. **Uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 117-147, jul. 2006.

BARROS, R.P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade no Brasil encontra-se subestimada?** Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais. Rio de Janeiro. Março, 2007.

BIRDSALL, N.; GRAHAM, C.; PETTINATO, S. **Stuck in the tunnel**: Is globalization muddling the middle class? Center on Social and Economic Dynamics, Working Papers no. 14, Agosto de 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Classes e Estratos Sociais no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo, FGV, 1981.

_____. **Classe Média**. São Paulo, Folha de São Paulo, 2006.

CASTRO, L. B. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, F. (et al.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. (et al.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAVENAGHI, S. Perfil dos domicílios e das famílias. In: **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Ministério da Saúde. Brasília, 2009.

DINIZ, B.P.C.; SILVEIRA, F.G.; BERTASSO, B.F.; MAGALHÃES, L.C.G.de.; SERVO, L.M.S. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil . In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Orgs.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, 2007

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: o Governo Lula. In: Giambiagi, F. (ET AL) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: Giambiagi, F. (ET AL) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GUERRA, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (Orgs) Classe Média – Desenvolvimento e crise. In: **Atlas da nova estratificação social no Brasil**. São Paulo. Ed. Cortez, 2006.

GOLDMAN SACHS – WILSON, D.; DRAGUSANU, R. **The Expanding Middle: The Exploding World Middle Class and Falling Global Inequality**. Global Economics Paper nº. 170, July 2008.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, F. (et al.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. (et al.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Ed. USP, 1998.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 19, 2002, p. 213-235.

_____. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: **Desigualdade de Renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Barros et al (orgs.) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), volume 1, 2007.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: **primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, CD-ROM.

_____ Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-2003: **Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª versão, 2005a, CD-ROM.

_____ Pesquisas Nacional por Amostra de domicílios 1996: **Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.

_____ Pesquisas Nacional por Amostra de domicílios 2002: **Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.

_____ Pesquisas Nacional por Amostra de domicílios 2006: **Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.

_____ Pesquisas Nacional por Amostra de domicílios 2008: **Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.

_____ Pesquisas Nacional por Amostra de domicílios 2008: **Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM.

IPEA: Comunicado da Presidência. **PNAD 2006: primeiras análises**. Setembro de 2007.

IPEA: Comunicado da Presidência. **PNAD 2007: primeiras análises**. Setembro de 2008.

IPEA: Comunicado da Presidência. **PNAD 2008: primeiras análises**. Setembro de 2009.

IPEA: **Trajetória recente da mudança na identidade e na estrutura social brasileira**. Comunicado da Presidência nº34. Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

KARSALAKIAN, E. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo, Ed. Atlas, 2000.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. São Paulo, Makron Books, 2000.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

NERI, M. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social**. Rio de Janeiro, EPGE/FGV, 2006.

_____. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, PCS/FGV, 2008.

_____. **Miséria e a Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, PCS/FGV, 2008.

_____. Crônica de uma crise anunciada. Choques externos e a nova classe média. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

NETTO, A. D. Meio Século de Economia Brasileira: desenvolvimento e restrição externa. In: GIAMBIAGI, F. (et al.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PESSOA, D. G. C.; SILVA, P. L. N. **Análise de dados amostrais complexos**. IBGE, Março de 1998.

Revista Desafios. **PNAD 2006: Um novo país emerge das estatísticas**. Ed. nº. 37. Novembro de 2007, disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=337&edicao=37.

Revista The Economist. **A Special report on the new middle class in emerging markets: Burgeoning Bourgeoisie**. Fevereiro de 2009, disponível em: http://www.economist.com/specialreports/displayStory.cfm?story_id=13063298.

Revista Veja: **Reportagem Especial “A Sedução do Consumo”**. Dezembro de 2002, disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/investimento2002/consumo.html>.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do Consumidor**. LTC, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, F. C. T. A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, M. Y. (et al.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. 20ª reimpressão.

_____. Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, M. Y. (et al.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. 20ª reimpressão.

SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. X. Y.; AZZONI, C. R.; CAMPOLINA, B.; BARRA, A. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão, n. 1.278).

SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. F. Tipologia socioeconômica das famílias das grandes Regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos. In: **I Congresso da Associação Latino Americana de População**. ALAP: Caxambu (MG), Brasil, set. 2004.

SOARES, S. S. D.; OSÓRIO, R. G. Desigualdade e bem-estar no Brasil na década da estabilidade. In: **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Barros et al (orgs.) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), volume 1, 2007.

SOARES, S. S. D. **Impacto das Transferências Governamentais e da Tributação na Distribuição de Renda no Brasil**. IPEA, 2004.

_____. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004**. Econômica, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 83-115, 2006.

_____. **O Ritmo da queda na desigualdade no Brasil é adequado?** Evidências do contexto histórico e internacional. Brasília, Maio, 2008.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304 p.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2010.

TAVARES, M. C. **A crise financeira: duração e impacto no Brasil e na AL**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16019

TORRES, H. **Quem é a classe média no Brasil?** Gazeta Mercantil, Março de 2004.

WORLD BANK: **The Middle Class Consensus and Economic Development**. May, 2000.

WORLD BANK: **Global Economic Prospects 2007: managing the next wave of globalization**. December, 2006. Disponível em: http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469372&piPK=64165421&menuPK=64166322&entityID=000112742_20061206155022

ANEXOS

Tabela A1.1 – Percentual da renda apropriada pelos décimos de rendimentos e desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini e pela Razão entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres – Brasil – 1960 a 2005.

| | | % da Renda Apropriada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Taxa de crescimento da renda | | | | | | | |
|---|-----------------|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------------------------|------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----|
| | | 1960 | 1970 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 1960-1970 | 1970-1980 | 1981-1990 | 1960-1980 | 1981-2002 | |
| Renda Média | | | | | 305 | 314 | 265 | 267 | 322 | 367 | 348 | 325 | 374 | 340 | 293 | 308 | 383 | 391 | 391 | 397 | 376 | 382 | 383 | 360 | 372 | 395 | | | | | | |
| Percentual da renda total apropriada por décimos | Primeiro | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 2,1 | 7,2 | -1,7 | 9,5 | 0,9 | |
| | Segundo | 2,3 | 2,1 | 2,0 | 1,8 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,8 | 1,6 | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 1,7 | 1,6 | 1,6 | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 1,8 | 1,8 | 1,9 | 2,0 | 1,0 | 6,9 | -1,1 | 7,9 | 1,9 | |
| | Terceiro | 3,4 | 3 | 3,0 | 2,6 | 2,5 | 2,4 | 2,5 | 2,4 | 2,5 | 2,4 | 2,2 | 2,0 | 2,2 | 2,5 | 2,4 | 2,4 | 2,3 | 2,3 | 2,4 | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 2,6 | 2,8 | 2,8 | 0,9 | 6,8 | -0,6 | 7,8 | 2,1 | |
| | Quarto | 4,7 | 3,8 | 3,6 | 3,4 | 3,3 | 3,3 | 3,3 | 3,3 | 3,4 | 3,2 | 3,0 | 2,8 | 3,0 | 3,5 | 3,3 | 3,3 | 3,3 | 3,3 | 3,2 | 3,3 | 3,4 | 3,3 | 3,5 | 3,5 | 3,7 | 3,7 | 0,2 | 6,3 | -0,2 | 6,5 | 2,2 |
| | Quinto | 6,2 | 5 | 4,4 | 4,5 | 4,4 | 4,3 | 4,3 | 4,3 | 4,4 | 4,3 | 4,1 | 3,8 | 4,1 | 4,7 | 4,3 | 4,4 | 4,3 | 4,3 | 4,3 | 4,4 | 4,5 | 4,5 | 4,6 | 4,7 | 4,8 | 0,2 | 5,6 | 0,1 | 5,8 | 2,3 | |
| | Sexto | 7,7 | 6,2 | 5,6 | 5,8 | 5,7 | 5,6 | 5,6 | 5,6 | 5,7 | 5,6 | 5,4 | 5 | 5,4 | 6,1 | 5,7 | 5,7 | 5,7 | 5,7 | 5,7 | 5,7 | 5,8 | 5,8 | 5,8 | 6,1 | 6,2 | 6,3 | 0,0 | 5,9 | 0,4 | 6 | 2,3 |
| | Sétimo | 9,4 | 7,2 | 7,2 | 7,7 | 7,6 | 7,4 | 7,5 | 7,4 | 7,6 | 7,5 | 7,2 | 6,8 | 7,3 | 8 | 7,5 | 7,4 | 7,5 | 7,5 | 7,5 | 7,5 | 7,6 | 7,6 | 7,7 | 7,9 | 7,9 | -0,5 | 6,9 | 0,7 | 6,4 | 2,2 | |
| | Oitavo | 10,9 | 10 | 9,9 | 10,6 | 10,5 | 10,4 | 10,3 | 10,4 | 10,4 | 10,4 | 10,2 | 9,8 | 10,4 | 10,7 | 10,1 | 10,4 | 10,6 | 10,5 | 10,4 | 10,4 | 10,5 | 10,5 | 10,6 | 10,7 | 10,6 | 1,4 | 6,9 | 1,0 | 8,4 | 2,2 | |
| | Nono | 14,7 | 15,2 | 15,4 | 16,4 | 16,5 | 16,6 | 16,3 | 16,2 | 16,2 | 16,3 | 16,2 | 16,1 | 16,5 | 16,3 | 15,9 | 16,3 | 16,5 | 16,4 | 16,3 | 16,3 | 16,2 | 16,2 | 16,3 | 16,2 | 16,0 | 2,6 | 7,1 | 1,3 | 9,9 | 2,1 | |
| | Décimo | 39,7 | 46,5 | 47,9 | 46,5 | 47 | 47,5 | 47,4 | 48,1 | 47 | 47,9 | 49,5 | 51,6 | 49,0 | 45,8 | 48,6 | 47,9 | 47,6 | 47,7 | 47,9 | 47,4 | 47,2 | 46,8 | 46,0 | 45,0 | 45,0 | 3,9 | 7,3 | 1,8 | 11,5 | 2,4 | |
| R (10+/40-) | 13,7 | 18,6 | 19,7 | 21,5 | 22,6 | 23,1 | 22 | 23,3 | 21,9 | 24,2 | 26,8 | 30,2 | 26,7 | 21,8 | 24,5 | 24,1 | 24,6 | 24,5 | 24,1 | 23,2 | 22,9 | 21,9 | 21,1 | 19,5 | 19,1 | - | - | - | - | - | | |
| Coeficiente de Gini | 0,5 | 0,57 | 0,59 | 0,58 | 0,59 | 0,6 | 0,59 | 0,6 | 0,59 | 0,6 | 0,62 | 0,64 | 0,62 | 0,58 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,59 | 0,58 | 0,57 | 0,57 | - | - | - | - | - | |

Fonte: Censo 1960, 1970 e 1980; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Adaptado de Barros, Carvalho e Franco (2004).

Nota1 no original: A distribuição utilizada foi a da população economicamente ativa com renda positiva, segundo a renda pessoal total, expressa em Reais de outubro de 2002.

Nota2 no original: R (10+/40-) = razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.

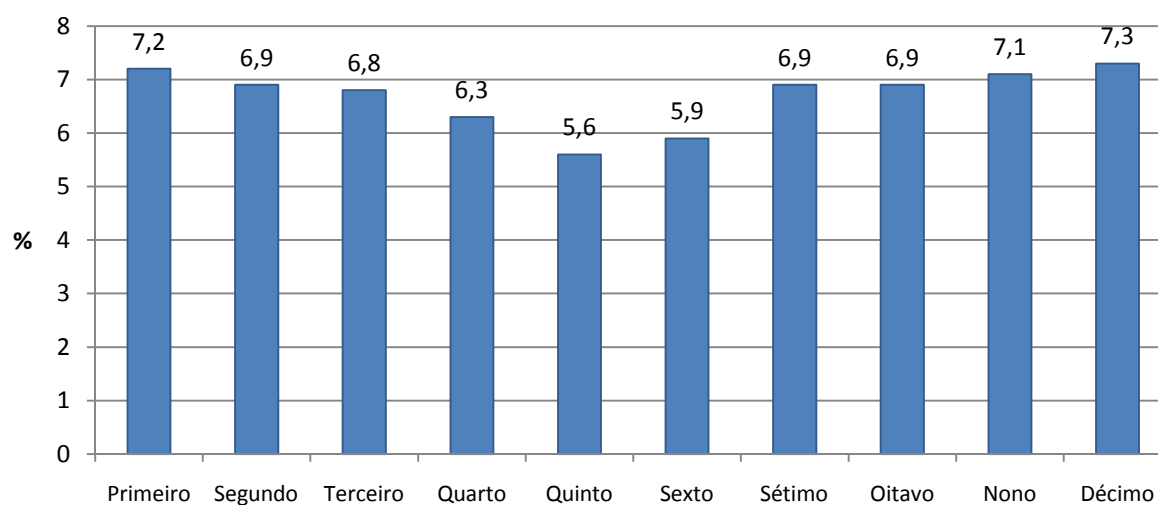
Nota3: A PNAD não foi a campo em 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 (anos censitários) e em 1994.

Tabela A1.2 – Síntese de indicadores macroeconômicos para o período de 1974 a 2004, em médias anuais – Brasil.

| Indicadores | 1974/1978 | 1979/1980 | 1981/1983 | 1984 | 1985/1989 | 1990/1994 | 1995/1998 | 1999/2002 | 2003 | 2004 |
|--|-----------|-----------|-----------|--------|-----------|-----------|-----------|-----------|------|------|
| Crescimento do PIB (%a.a.) | 6,7 | 8 | -2,2 | 5,4 | 4,3 | 1,3 | 2,6 | 2,1 | -0,2 | 3,8 |
| Inflação (IGP dez./dez., %a.a.) | 37,8 | 93 | 129,7 | 223,9 | 471,7 | 1.210,00 | 9,4 | 8,8 | 9,3 | 7,5 |
| Balança comercial (US\$ milhões) | -2.283 | -2.831 | 2.818 | 13.090 | 13.453 | 12.067 | -5,6 | 3,5 | 24,8 | 34 |
| Saldo em conta corrente (US\$ milhões) | -6.548 | -11.724 | -11.584 | 95 | -359 | -314 | -26,4 | -20,1 | 4,1 | 10,5 |

Fonte: Adaptado de Hermann (2005) e de Castro (2005).

Gráfico A1.1 – Taxa de crescimento (%) da renda, por décimos da distribuição, entre 1970 e 1980 - Brasil



Fonte: Barros e Mendonça (1992)

A – Q.1: VARIÁVEIS E CATEGORIAS UTILIZADAS, POF 220/2003

| Variável | Descrição⁴⁸ |
|--|---|
| Tipo de Registro | Identifica o tipo de dado a que se referem os registros. |
| Unidade da Federação | Identifica a unidade da federação. |
| Sequencial | Identifica o número sequencial para cada um dos setores da amostra. |
| Dígito Verificador | Identifica o dígito verificador do número sequencial atribuído ao setor da amostra. |
| Número do Domicílio | Identifica o domicílio. |
| Estrato Geográfico | Identifica: área urbana – Município da capital, Resto da Região Metropolitana, Resto da UF e área rural. |
| Fator de Expansão (domicílio) | Identifica o fator de expansão ajustado às previsões totais (para 15/01/2003) de algumas variáveis, segundo estratos geográficos definidos. |
| Código da relação com a pessoa de referência da UC | Indica para cada unidade de consumo a relação do grau de parentesco, ou a natureza da subordinação existente entre cada membro da unidade de consumo e a pessoa de referência da mesma (responsável). |
| Quantidade de Moradores | Número total de moradores no domicílio. |
| Sexo da pessoa | Identifica o sexo do morador do domicílio. |
| Idade Calculada | Contem a idade de cada morador, em anos completos, calculada com base na data de nascimento e na data de início do preenchimento da Caderneta de Despesas Coletivas. |

⁴⁸ Para melhor compreensão, consultar o documento de Descrição do Registro, POF 2002/2003.

| Variável | Descrição |
|---|---|
| Anos de estudo | Número de anos de estudo para cada morador. |
| Renda total mensal da UC | Valor em reais do rendimento bruto mensal da UC, obtido através do somatório dos rendimentos brutos monetários de todos os moradores da UC, acrescido da parcela relativa aos rendimentos não-monetários. |
| Tipo do domicílio | Subgrupo dos domicílios particulares permanentes. |
| Quantidade de banheiros | Número de banheiros localizados dentro da propriedade e que servem como tal aos moradores do domicílio. |
| Número do Quadro | Número correspondente ao questionário de despesas coletivas no qual foi feito o registro de despesa. |
| Número do Grupo | Identifica o grupo ao qual pertence a aquisição e somente existe para informações sobre aquisições de alimentos e artigos de higiene e limpeza. |
| Código do Item | Identifica o tipo de despesa ou rendimento. |
| Quantidade do bem | Quantidade do bem durável existente no domicílio. |
| Código da forma de obtenção da última aquisição | Indica de que forma foi obtido o bem. |
| Valor do item | Identifica o valor da despesa ou do rendimento. |
| Código da forma da remuneração recebida | Identifica a forma de remuneração do trabalho recebida pelo informante no trabalho declarado. |
| Valor da Dedução com previdência pública deflacionado e anualizado | Valor informado com o pagamento de previdência pública que incidiu no último rendimento. |
| Valor da Dedução com imposto de renda na fonte, deflacionado e anualizado | Valor informado com o pagamento de imposto de renda na fonte que incidiu no último rendimento. |

| Variável | Descrição |
|--|---|
| Valor da Dedução com outros tipos de deduções, deflacionado e anualizado | Valor informado com outras deduções que incidiu no último rendimento. |
| Espécie do empregado doméstico | Identifica se mensalista ou diarista. |

Fonte: IBGE, 2003.

A – Q.2: VARIÁVEIS E CATEGORIAS UTILIZADAS, PNADS 1996, 2002, 2006 E 2008

| Variável | Categorias Utilizadas | Descrição |
|--------------------------------------|---|--|
| Sexo | Masculino Feminino | Sexo do morador |
| Idade | 0 a 120 anos | Idade do morador |
| Espécie do domicílio | Particular permanente ⁴⁹ | Classificação dos domicílios particulares segundo a espécie. |
| Telefone fixo convencional | Sim Não | Presença de linha telefônica fixo instalada no domicílio. |
| Telefone móvel celular ⁵⁰ | Sim Não | Presença de uma linha telefônica móvel (celular) no domicílio. |
| Geladeira | Sim, de 1 ou 2 portas Não | Presença de geladeira de uma ou duas portas no domicílio. |
| Freezer | Sim Não | Presença de freezer no domicílio. |
| Rádio | Sim Não | Presença de rádio no domicílio. |
| TV em cores | Sim Não | Presença de TV em cores no domicílio. |
| TV em preto e branco | Sim Não | Presença de TV em cores no domicílio. |
| Máquina de lavar roupa | Sim Não | Presença de máquina de lavar roupas no domicílio. |
| Microcomputador ⁵¹ | Sim Não | Existência de microcomputador no domicílio, inclusive portátil. |
| Acesso à Internet ⁵² | Sim Não | Questiona o uso do computador para acessar a internet, caso o domicílio possua computador. |
| Tipo do domicílio | Casa Apartamento Cômodo | Subgrupo dos domicílios particulares permanentes |
| Condição de ocupação do domicílio | Próprio – já pago Próprio – ainda pagando Alugado Cedido ou Outra condição | Classificação dos domicílios particulares permanentes quanto à condição da ocupação. |

⁴⁹ Foram utilizados apenas os dados referentes aos **domicílios particulares permanentes**.

⁵⁰ Informação não disponível na Pnad 1996.

⁵¹ Informação não disponível na Pnad 1996.

⁵² Informação não disponível na Pnad 1996.

| Variável | Categorias Utilizadas | Descrição |
|------------------------------|--|---|
| Anos de Estudo | Sem instrução e menos de 1 ano 1 - 14 anos 15 anos ou mais | Anos de Estudo (todas as pessoas) |
| Rendimento mensal domiciliar | Valor R\$ | Rendimento mensal domiciliar (exclusive o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos e pessoas de menos de 10 anos de idade). |

Fonte: IBGE, 2008.

A.I - IMAGENS QUE EXEMPLIFICAM O IMPACTO DO CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA NA MÍDIA NACIONAL

(a)

Exibição de Notícia

Agência Estado: Classe média volta a ter aumento de renda
(12/11/2007 - 11:20)

Tendência é de que a renda continue a crescer de maneira generalizada nos domicílios de todas as classes sociais ao menos até 2008. Nos domicílios 10% mais ricos (R\$ 7.063,00, em média), o incremento de renda foi de 7,1% no ano passado em relação a 2005

(b)

Exibição de Notícia

O Popular: A renda da classe média dá sinais de recuperação.
(12/11/2007 - 11:12)

São Paulo

Depois de anos em queda, a renda da classe média dá sinais de recuperação. Praticamente todas as faixas de domicílios do País tiveram sua renda elevada em 2006, diferentemente do que aconteceu de 2002 a 2005, quando aumentos substanciais aconteceram só nas classes mais baixas, por conta de transferências promovidas por programas assistenciais, como o Bolsa Família, e dos fortes aumentos do salário mínimo.

(c)



(d)

Gazeta Mercantil (SP): Classe média já representa 52% da população
(06/08/2008 - 10:03)

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) derrubou ontem a velha tese de que só temos chance de enriquecer na vida quando nascemos ou casamos. Ao contrário do que aconteceu nas últimas décadas, brasileiros hoje têm mais possibilidade de subir na vida do que de cair na pobreza.

(e)

El País (Espanha): El 51,8% de las familias brasileñas se consideran de clase media

(08/08/2008 - 18:22)

Tres millones de personas dejaron la pobreza en cinco años, según el Instituto de Investigación Económica Aplicada

(f)

O GLOBO 2ª edição • Domingo, 22 de março de 2009

ABALO GLOBAL

Após euforia dos últimos anos, classe média agora tem consumo estagnado

Segundo LatinPanel, vendas nos supermercados têm quedas de até 3%

Bruno Rosa

Os efeitos no bolso

DESEMPENHO DAS VENDAS POR CLASSE SOCIAL

Em relação ao ano anterior

| | | |
|----|------|------|
| AB | 2007 | 2008 |
| AB | +3% | +4% |
| B | +3% | +3% |
| C | +3% | -3% |

O consumo de classe C

| | |
|------|------|
| 2007 | 2008 |
| 0% | 0% |

Desempenho dos supermercados

Em relação ao ano anterior

| | |
|------|------|
| 2007 | 2008 |
| 27% | 7% |
| 25% | 1% |
| 19% | 1% |
| 11% | 4% |
| 5% | 2% |

Quanto ganham as famílias

| | | |
|-----------|-----------|-----------|
| AB | C | DE |
| R\$ 4.651 | R\$ 1.861 | R\$ 1.860 |

Que metodologia é essa?

Segundo o instituto de pesquisa LatinPanel, do grupo que atua em mais de 70 países, as fam. no Brasil com ganhos mensais entre R\$ 1.861 e R\$ 4.650 (4 a 10 salários mínimos) são da classe média e estão agrupadas na classe C. O instituto Nielsen Brasil e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também consideram classe média as famílias da classe C, que pelo seu critério têm renda mensal de R\$ 1.065 a R\$ 4.591. No país, as empresas de pesquisa usam os critérios de classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). Porém, alguns institutos dividem as classes sociais, como a C, criando as subclasses C1 e C2. O mesmo acontece com a B. Por isso, o Instituto Target inclui parte da classe B e parte da C como classe média. Outra diferença é a forma de se avaliar a renda mensal das famílias. A Abep tem como referência a renda mensal das famílias. Com isso, LatinPanel, FGV e Nielsen optaram por usar faixas de renda, com valores mínimos e máximos dos ganhos.

FGV/IES, Latin Panel, FGV e Acomp Consultoria

que teve maior expansão: — As famílias da classe C são as que mais sofrem, pois têm o maior nível de endividamento do país. Com meio de perder o emprego, estão mais criteriosas na compra. A Feconércio-RJ comprova a avaliação. Pesquisa aponta que o total das famílias da classe média que pretendem consumir nos próximos três meses caiu de 23%, em janeiro de 2008, para 17%, em janeiro de 2009. O recuo foi maior que a queda entre as classes A e B: de 21% para 18%.

— Essas famílias estão cautelosas e concentrando os gastos em bens de primeira necessidade — afirma Christian Travassos, da Feconércio-RJ. Nos supermercados, o consumidor já troca de marca. A consultoria Nielsen Brasil revela que, em 2008, a participação dos produtos de alto preço caiu de 28% para 21%. Os de médio valor subiram de 28% para 32%. As mudanças não se restringem às gôndolas. Antônio Cesar Carvalho, da Acomp Consultoria, destaca o menor gasto com alimentação fora do lar, com recuo de até 20%.

Ulysses Reis, professor da Fundação Getúlio Vargas, diz que a maioria das famílias de classe média não trocará de carro nem de celular esse ano: — É um movimento natural. Se não precisa, não compra. Há cortes até em itens básicos.

Rodrigo Bandeira, que trabalha no site ManiaVirtual, diz que as pesquisas de preço na internet têm aumentado: — Todos estão mais seletivos na hora de fazer as compras. Eu mesmo, por exemplo, reduzi as compras de livros, CDs e DVDs. Segundo a LatinPanel, a venda de sobremesa em pó teve queda de 9% ano passado, assim como bolo pronto (14%). Até o símbolo do real está em queda livre: o desempenho das vendas de legume passou de alta de 27%, em 2007, para 7%, ano passado.

— Num primeiro momento, o consumidor consome menos. Depois, corta de vez — diz Ana, da LatinPanel. — O ritmo de emprego no país é o que vai determinar o ritmo de queda.

O GLOBO NA INTERNET

Quer saber mais sobre este conteúdo? Conte oglobo.com.br/assessoria

(g)

Segunda-feira, 23 de março de 2009

O GLOBO

ECONOMIA

ABALO GLOBAL

Falta de ousadia contra crise

Classe média brasileira é a 2ª mais tributada entre cinco países da América do Sul

Danielle Nogueira

As decisões tomadas pelo governo Lula para aliviar o bolso do brasileiro em um momento de crise foram tímidas, se comparadas às adotadas por alguns de nossos vizinhos como Argentina e Equador. Levantamento da consultoria Ernst & Young, feito a pedido do CLOBO, com cinco países da América do Sul, mostra que, mesmo com a criação de novas alíquotas — 7,5% e 22,5% — de imposto de Renda (IR) no país, a classe média brasileira é a segunda mais tributada, perdendo apenas para a do Peru. Se consideradas as ações anticrise para preservação de empregos, o Chile sai na frente.

Embora com economias menores que a brasileira, argentinos e equatorianos foram apontados como mais ousados, por terem ampliado as deduções. No Equador, foi permitido deduzir gastos com educação, saúde,

COMO A REGIÃO RESPONDEU À TURBULÊNCIA MUNDIAL

Equador
Número de medidas: 1
Quais foram:
• Permissão para deduzir gastos com educação, vestuário, aluguel, saúde e alimentação. As deduções são limitadas a 50% do rendimento ou US\$ 10.250 por ano

Chile
Número de medidas: 6
Quais foram:
• Devolução antecipada parcial da restrição do IR
• Suspensão de imposto sobre crédito para compra de casa própria
• Aumento da permissão para dedução de gastos com treinamento de empregados
• Isenção fiscal para contratação de

Peru
Número de medidas: 1
Quais foram:
• Aumento de isenções fiscais sobre ganhos de capital na venda de ações

Rússia: isenção para gastos com educação

Quando a comparação das medidas anticrise é feita entre os Brics — sigla que identifica o grupo de nações emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia e China — o governo russo é apontado como um dos mais atuantes, com sete ações no total. Entre as mais relevantes estão a ampliação dos limites para deduções do Imposto de Renda (IR), especialmente para as famílias de baixa renda, e a isenção das despesas com educação para trabalhadores.

A gestão do primeiro-ministro

(h)

Domingo, 5 de abril de 2009

O GLOBO

ECONOMIA

Na crise, classe C ainda vai às compras

Estudo mostra que 76% das pessoas dessa faixa de renda não abrem mão de manter padrão de consumo

Liana Melo

Depois de transpor à barreira da exclusão social, a classe C foi às compras, gostou da experiência e assumiu definitivamente seu lado consumista de ser. A ascensão social foi alimentada nos últimos três anos pelo aumento de renda e a abundância de crédito. Apesar da crise, a nova classe média — como passou a ser chamada esta parcela da pirâmide social brasileira — se recusa a abrir mão das conquistas materiais nesse período. A constatação é de pesquisa do Ibope Inteligência e da agência Nova S/B, que juntos saíram em campo para desvendar os mistérios da classe C no levantamento "Projeto + 100".

A hipótese de que a classe C é um monólito não se confirmou. Ao ser

O CONSUMISTA 40%

UNIVERSO
Homens (4,6 milhões) 38%
Mulheres (7,5 milhões) 62%

ESTADO CIVIL
Casados ou vivem juntos 52%
Solteiros 29%

PERFIL DE ATITUDE
Vaidoso, individualista, impulsivo, influenciável, ambicioso, hedonista, imediatista, curioso, inovador, aberto experimentação, volúvel, aventureiro, sonhador, extrovertido e exibicionista

PERFIL DE CONSUMO
Compra por prazer; Foca beleza, moda e status; e gasta por impulso

FAIXA ETÁRIA
55% - 25 a 44 anos

O PLANEJADOR 36%

UNIVERSO
Homens (4,4 milhões) 40%
Mulheres (6,6 milhões) 60%

ESTADO CIVIL
Casados ou vivem juntos 55%
Solteiros 26%

FAIXA ETÁRIA
67% - 35 anos ou mais

PERFIL DE ATITUDE
Busca pela boa aparência, validade

DESVENDANDO O PERFIL

DIVISÃO DA CLASSE C

| | | |
|-------------------------|-----------------------|------------------------|
| Consumista | Planejador | Retirada |
| 12,1 milhões de pessoas | 11 milhões de pessoas | 7,4 milhões de pessoas |

TOTAL 30,5 milhões

RENDA FAMILIAR

Dos 31 domicílios pesquisados em Rio, Porto Alegre, São Paulo e Recife, entre setembro e novembro de 2008

| | |
|-----------------------|---------------|
| R\$ 1.000 a R\$ 1.499 | 10 domicílios |
| R\$ 1.500 a R\$ 1.999 | 11 domicílios |
| R\$ 2.000 a R\$ 2.499 | 7 domicílios |
| R\$ 2.500 ou mais | 3 domicílios |

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)